



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE CAXIAS – CESC
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E FILOSOFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JOÃO MARCELO COUTINHO SOUSA DE SIQUEIRA

CAXIRIMBU: ENTRE O LATIFÚNDIO MARANHENSE E A REVOLUÇÃO CAMPONESA

CAXIAS – MA

2024

JOÃO MARCELO C. S. DE SIQUEIRA

CAXIRIMBU: ENTRE O LATIFÚNDIO MARANHENSE E A REVOLUÇÃO CAMPONESA.

Monografia apresentada junto ao curso de Ciências Sociais Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, para obtenção de grau de Licenciatura em Ciências Sociais

Orientadora: Profa. Dra. Elieyd Sousa de Menezes

Caxias – MA

2024

JOÃO MARCELO C. S. DE SIQUEIRA

S618c Siqueira, João Marcelo Coutinho Sousa de

Caxirumbu: entre o latifúndio maranhense e a revolução camponesa / João Marcelo Coutinho Sousa de Siqueira. __Caxias: Campus Caxias, 2024.

102f.

Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Maranhão – Campus Caxias, Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

Orientador: Prof^a. Dra. Elieyd Sousa de Menezes.

1. Latifúndio. 2. Caxirumbu. 3. Agronegócio. 4. Questão agrária.
I. Título.

CDU 332.02(812.1)

Elaborada pelo bibliotecário Wilberth Santos Raiol CRB 13/608

**CAXIRIMBU: ENTRE O LATIFÚNDIO MARANHENSE E A
REVOLUÇÃO CAMPONESA**

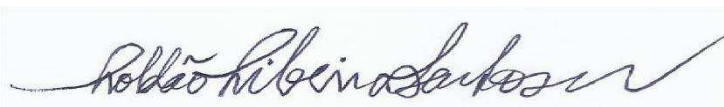
JOÃO MARCELO COUTINHO SOUSA DE SIQUEIRA

Apresentada em: 02/ 09/ 2024

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Elieyd Sousa de Menezes – Orientadora
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA



Prof. Dr. Roldão Ribeiro Barbosa
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA
Examinador 1



Prof. Dr. Emmanuel de Almeida Farias Júnior
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA
Examinador 2

Dedico esse trabalho, a cada campones que bate a enxada, que planta, que colhe para cada um que não o faz poder viver. Dedico a toda a comunidade do Caxirumbu, e a cada trabalhador da comunidade, somente eles sabem o poder da colonização do latifúndio.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao meu pai João Marcelo Coêlho de Siqueira, por sempre fazer de tudo para que seus filhos conseguissem sonhar, e me ensinou a sempre tentar viver, apesar de tudo que tenta te matar, se não fosse por ele, provavelmente eu nunca estaria me formando em Ciências Sociais.

Agradeço também a minha mãe Mara Rejane Silva e Sousa, por ter sido uma mulher que apesar de tudo que atravessou sua vida e carrega até hoje, tentou oferecer para seus filhos o conforto que ela nunca teve em sua infância.

Agradeço a minhas irmãs, Mikay Sousa de Siqueira por ter feito meu ambiente doméstico um ambiente de leitura e teoria. E a minha irmã Marcella Silva e Sousa, por ser uma pessoa que carrega tantos fardos, mas mesmo assim almeja sempre o amor.

Agradeço a minha esposa Elian Emanuely Coutinho Sousa de Siqueira por estar ao meu lado, por lutar comigo, enquanto uma mulher negra me mostrar que devemos continuar amando, e a paixão é o que move nossa alma. Obrigado por ter transformado uma criança em um adulto que sabe brincar, Eu te amo, e se não fosse por você isso não estaria aqui.

Agradeço a meus avós: Carlos Siqueira, Maria Coêlho, Maria Julia Sousa e João Lourenço de Sousa, se vocês não tivessem corrido, através do trabalho e estudo, provavelmente tudo seria diferente.

Agradeço a meus amigos, Cauã Saraiva Barroso, nos conhecemos desde de infância, se não fosse pela sua amizade, talvez eu teria caído e não buscado melhorar antes disso, você sempre me mostrou o poder do brio e de boas amizades. Benjamin, você é um amigo que qualquer um gostaria de ter, sempre presente e tentando ajudar. Sena, você é aquele que sabe o valor de ter amigos importantes, e por isso mesmo luta para manter. Silvestre, você é aquele amigo que quando se entra no coração, apresenta o quão humano um ser humano é.

Agradeço a Roldão Ribeiro Barbosa, se não fosse pelo senhor eu nunca encontraria a luta, e a visão de que o mundo é a luta dos oprimidos. Agradeço a Elieyd Menezes minha orientadora, que me acrescentou no mundo da pesquisa e da vida enquanto Cientista Social como ninguém.

Agradeço a universidade pública existir, se não fosse por ela, o que é difícil se tornaria impossível. Agradeço a cada trabalhador que da sua alma para manter esse mundo funcionando; Venceremos!

EPÍGRAFE

“Ecologia sem luta de classe é jardinagem.”

Chico Mendes

RESUMO

O Brasil é um dos países com maior concentração de terra do mundo, o latifúndio é uma marca que está na raiz brasileira, o agronegócio que tem como seu objetivo a acumulação através da fronteira MATOPIBA agora mantém o latifúndio. Dentro dessa perspectiva esse trabalho tem como objetivo analisar a acumulação e concentração de terras causado pelo agronegócio em seu avanço e os impactos ocasionados na comunidade do Caxirimbu. A pesquisa foi de natureza qualitativa-quantitativa na qual foi realizado um trabalho de campo in loco na comunidade do Caxirimbu com entrevistas, fotos e constatações empíricas, documentos e jornais. Através de dados encontrados na rede mundial de computadores e relatórios foi possível auferir o avanço do agronegócio em Caxias. Através de ampla pesquisa bibliografia utilizando autores como: Marx, Alberto Guimarães foi possível entender o movimento da manutenção do latifúndio e juntamente com autores como: Alfredo Wagner e Viveiros reconstruir as dinâmicas do campo para se entender a formação da questão agrária que hoje se encontra na região de Caxias, mais precisamente o Caxirimbu. Com esse apanhado é possível constatar que a “nova” fronteira latifundiária -agronegócio- que cerca o Caxirimbu é uma modernização conservadora que visa a acumulação de terra e especulação por conta do seu próprio caráter causa impactos diretos como: pulverização veneno, contaminação da água, inundações entre outros e impactos indiretos como: semi-proletarização do agricultor, pauperização, ausência de política públicas. Dessa forma o novo latifúndio fragiliza o camponês e se apropria da sua terra como lógica de acumulação.

Palavras-chave: Latifúndio; Caxirimbu; Agronegócio; Caxias; Questão Agrária.

ABSTRACT

Brazil is one of the countries with the highest concentration of land ownership in the world; large estates (*latifúndio*) are deeply rooted in Brazilian history. Agribusiness, which aims at accumulation through the MATOPIBA frontier, now perpetuates the existence of large estates. Within this perspective, this study aims to analyze the accumulation and concentration of land caused by the expansion of agribusiness and its impacts on the Caxirimbu community. The research adopted a qualitative-quantitative approach, including fieldwork conducted in situ in the Caxirimbu community, with interviews, photographs, empirical observations, documents, and newspapers. Data gathered from the internet and reports enabled the assessment of agribusiness expansion in Caxias. Through extensive bibliographic research, utilizing authors such as Marx and Alberto Guimarães, it was possible to understand the movement towards maintaining large estates. Additionally, with the contributions of authors like Alfredo Wagner and Viveiros, the study reconstructs rural dynamics to understand the development of the agrarian issue currently affecting the Caxias region, particularly Caxirimbu. This comprehensive analysis allows us to conclude that the "new" large estate frontier—agribusiness—surrounding Caxirimbu represents a conservative modernization that aims at land accumulation and speculation. Due to its intrinsic nature, this frontier has direct impacts, such as pesticide dispersal, water contamination, and flooding, as well as indirect impacts, such as the semi-proletarianization of farmers, impoverishment, and lack of public policies. Consequently, the new *latifúndio* weakens peasants and appropriates their land as part of an accumulation logic.

Keywords: Large Estates (*Latifúndio*); Caxirimbu; Agribusiness; Caxias; Agrarian Issue.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 - João Marcelo Coutinho Sousa de Siqueira, Dona Lindalva e Sua Filha Ana no povoado Caxirimbu, primeiro campo.	20
Figura 2 Jornal de 1951.....	64
Figura 3 -Fronteira entre a comunidade e a transnacional.....	63
Figura 4 -Vídeo em que mostra drone jogando agrotóxico na cerca limite entre a comunidade e a monocultura.....	65
Figura 5 - Foto de local onde antes era uma horta de feijão.....	66
Figura 6 – Foto Quintal de morador no qual foi efetuado uma vala que erodiu.....	68
Figura 7 -Foto de agua contaminada sendo fervida.....	68

LISTA DE DOCUMENTOS

DOCUMENTO 1 –Demarcação da Fazenda Caxirimbu INCRA 1984.....	56
DOCUMENTO 2-Relatório Confidencial INCRA	57
DOCUMENTO 3-Recorte Relatório Confidencial INCRA.....	58
DOCUMENTO 4- Recorte Relatório Confidencial INCRA	60
DOCUMENTO 5- Relatório CPT 1985.....	59
DOCUMENTO 6- Lei de Reforma Agrária da Fazenda Caxirimbu, 2000.....	61

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1-Plantação de soja por Hectáres Caxias-MA.....	53
GRÁFICO 2-VTI de Terra em Caxias-MA.....	54
GRÁFICO3-Operações de Crédito em Caxias-MA.....	85

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 -Mapa Região Leste Maranhense, Cartografia Social- Boletim Informativo- 2019.....	51
MAPA 2 – Limites do Caxirumbu cortados pela MA-034.....	55
MAPA 3 –Caxirumbu localizado dentro do distrito de Caxias.....	55
MAPA 4-GINI TERRAS MATOPIBA 2017	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Impactos Diretos, Reivindicações, Resistencia e Consequencias do Agronegocio sob a comunidade Caxirimbu, 2024	68
Quadro 2- Impactos Indiretos, Reivindicações, Resistencias e Consequencias do Agronegocio sob a comunidade Caxirimbu, 2024.....	71

LISTA DE SIGLAS

SUDENE- Superintendencia de Desenvolvimento do Nordeste

CPT- Centro Pastoral de Terra

INCRA-Instituto de Reforma Agrária

MATOPIBA- Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia.

PAA- Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar

SIF-Serviço de Inspeção Federal

PIBIC-Programa de Iniciação Científica

COOPEFARC -Cooperativa Agroecológica dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Caxias

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
2 QUESTÃO AGRÁRIA MARANHENSE.....	26
2.1 Questão agrária e modo de produção; explicação do colonial.....	26
2.2 Maranhão Colonial e Semi-Colonial	31
2.3 Maranhão; Imperialismo e Desenvolvimento do Capitalismo Selvagem.....	37
2.4 Maranhão Consolidação do Capitalismo Burocrático.	39
2.5 Maranhão Ditadura Militar: Raízes das contradições agrárias.	41
3 A QUESTÃO AGRÁRIA EM PERSPECTIVA CAXIENSE.	48
3.1 Caxias Colonial: Esboço	48
3.2 Caxias Capitalismo Selvagem.	50
3.3 Caxias: Manutenção do latifúndio; Raízes do agronegócio.....	52
3.4 Caxias e o avanço do agronegócio.....	54
4. O ASSENTAMENTO CAXIRIMBU.	59
4.1 O CAXIRIMBU.....	59
4.2 Agronegócio X Caxirumbu: os impactos do latifúndio	67
5-CAXIRIMBU: O LATIFUNDIO DA COLONIA CONTINUA.	79
5.1 Renda da Terra.....	79
5.2 Agronegócio em Totalidade.....	81
5.3 MATOPIBA: A Fronteira do Imperialismo Neoliberal em Caxias	87
5.4 Caxirumbu: A Conservação da Colônia.	90
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	99

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa que se apresenta nessa monografia não foi apenas escolha, foi uma necessidade. Uma necessidade que surge do cenário material que se apresenta diante do próprio devir histórico social. Estudar o modo de produção e suas manifestações no campo vem quando você entra em contato com as contradições que surgem a partir disso- conflitos, fome, movimentos sociais- quando se busca a teoria se leva ao porque que o caminho está sendo percorrido dessa forma.

O tema que é abordado nas linhas que se seguem veio a mim através principalmente de duas caminhadas o PIBIC Projeto de Iniciação Científica realizado em 2021-2022 no qual através da orientação de Roldão Barbosa tive a missão de entender e transcrever o percurso corrido pelo movimento social do Itapecuruzinho, um movimento de massas periféricas que surge para reivindicar a existência de um bairro que iria ser tomado por questões de terra em plena ditadura¹. Esse primeiro PIBIC, fez um pesquisador que ansiava para entender os processos sociais se chocar com a realidade material a partir de fontes primárias desses processos, entender que um bairro com pessoas iria desaparecer para virar um bairro de rico e fazenda para gado, para um garoto de 18 anos foi querer ir atrás das bases que ditavam e exerciam isso para se fosse escrever a história que se passava, escrever a partir de oque gerava essa violência. E do PIBIC realizado em 2022-2023 que através da orientação da minha atual orientadora Elieyd Menezes fez um pesquisador que já detinha conhecimentos sobre certos processos, já detinha um arcabouço sobre o fato de que a historia é a historia da luta de classes que são violentadas e exploradas entrasse em contato com o campo, com comunidades, com a realidade caxiense que não é exposta no contemporâneo, fui capaz de enxergar aquilo que a mídia não pública sobre o campo caxiense/maranhense, sobre que essa questão no campo brasileiro, é uma questão do “coração” desse modo de produção. Foi possível através desse último PIBIC visualizar indo a campo, o modo de produção do latifúndio modernizado fazendo fronteira com essas comunidades, foi possível ver o quão perto ele estava e o quão estrago fazia indireta e diretamente aquelas comunidades visitadas.

A partir disso, foi decidido a necessidade de abordar a questão agrária, entender os processos produtivos do campo. A questão agrária enquanto área do conhecimento é

¹ Ver mais em: SIQUEIRA, João Marcelo Sousa de. AUTOCRACIA BURGUESA E AUTO-ORGANIZAÇÃO: OS LIMITES DA DEMOCRACIA BURGUESA NA PERSPECTIVA DE MOVIMENTOS SOCIAIS DE BAIRRO EM CAXIAS MARANHÃO. Terra Sem Amos, Teresina, 2022.

relativamente recente no cenário brasileiro², enquanto uma forma de abordar o campo enquanto uso, posse e propriedade privada da terra entendido de acordo com o modo de produção e as relações de propriedades que a regem é um campo que por esse nome específico são recentes. A importância de se analisar a questão agrária está na importância de se entender a configuração produtiva do campo e com isso seu movimento real, e sobre que forma surge e se constitui o campo brasileiro e suas contradições.

A questão do campo brasileira só pode ser elucidada se entendermos o modo de produção que foi imputado e que se instala aqui, e se modifica. Somente é possível entender porque o Brasil tem uma das maiores concentrações de terra do mundo³ se entendermos que isso é uma herança colonial, do mercantilismo escravista, da semi-feudalidade que desagua nesse capitalismo burocrático administrado por países imperialistas que habilita um golpe para garantir essa concentração.

Dessa forma temos um país com uma das maiores desigualdades territoriais do mundo em que o agronegócio que se propaga nas mídias dominantes como a o agro é pop que espalha que a nova economia brasileira que o fator garantidor do futuro do país é o agro empreendimento é um discurso pois na análise da questão agrária ele faz a manutenção do latifúndio colonial pelo seu próprio modo de existir.

O agronegócio se demonstrou um projeto que nasce para manter o latifúndio, e ampliar ele, através de grilagens e de fragilização do camponês. As estatísticas da distribuição de terra maranhense nos últimos censos⁴ demonstra que com o avanço desse setor agrário-exportador a concentração fundiária aumenta. E junto com ele os conflitos sociais do campo também, não atoa o Maranhão entra em uma crescente de conflitos no campo⁵.

Em Caxias Maranhão o fator que até algumas décadas era estranho surge como essa manutenção latifundiária e traz consigo mais conflitos para essa região como analisados no Boletim da Cartografia Social da Amazonia. A pergunta que fica, é como esse modo de acumulação que amplia e faz a manutenção do latifúndio impacta o camponês? impacta o camponês presente na comunidade do Caxirimbu?

O **objeto** desse trabalho são os impactos sofridos pela comunidade do Caxirimbu, enquanto um assentamento que faz fronteira a nova forma de latifúndio chamada agronegócio.

² Ver mais em: STÉDILE, João Pedro. Questão Agrária. In: CALDART, R., PEREIRA, I. B., ALETEJANO, P., FRIGOTTO, G. (ORGS). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p.639-645

³ Ver mais em: <https://www.oxfam.org.br/publicacao/menos-de-1-das-propriedades-agricolas-e-dona-de-quase-metade-da-area-rural-brasileira/>

⁴ Ver mais em: https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/02_00_Texto.pdf

⁵ Ver mais em: <https://apublica.org/2024/04/conflitos-no-campo-atingem-maior-numero-ja-registrado-no-brasil-desde-1985/>

Então o **objetivo** que se logra é: entender essa dinâmica de ampliação do latifúndio, de concentração de terras e de que forma ela impacta a comunidade do Caxirumbu, ou seja, de que forma esse modo acumulativo no campo que tem em seu centro a concentração e terra impacta o camponês e a comunidade do Caxirumbu, e para isso é efetuado três premissas básicas: primeiro entender a questão agrária maranhense e caxiense para se entender o que é esse latifúndio, como ele se forma e porque da concentração junto com apreensões categoriais básicas como: latifúndio, agronegócio, camponês, questão agrária, modo de produção. Segundo ir a campo, e conseguir qualitativamente pontuar problemáticas da comunidade Caxirumbu com essa dinâmica, tanto problemáticas diretas como indiretas que são relatadas entrelinhas que estão no terceiro capítulo. E por último analisar de forma profunda as categorias, a relação de produção, o que se forma ao lado da Comunidade e se isso realmente consegue abarcar o objetivo geral.

As fontes utilizadas nesse trabalho se consistem em uma caminhada muito longa, pois foi literalmente desde meu primeiro PIBIC, posteriormente refinado com o segundo e claro efetuado a tentativa de ser um pouco melhor nesse que se mostra. As fontes primárias na quais tive acesso como documentos e jornais foram conseguidas através de pesquisa em acervos digitais nacionais/regionais através de garimpos de pesquisa. Fontes como entrevistas, fotografias e vídeos foram alcançadas através de uma rede de contatos que foram montadas através do estágio em gestão no qual efetuei na coordenação de direitos humanos em Caxias e pude falar com uma líder quilombola: Rosa Barroso na qual me direcionou em um evento com lideranças do Caxirumbu e posteriormente foram marcadas visitas.

As fontes bibliográficas utilizadas para reconstrução histórica necessária ao se fazer entender o latifúndio modernizado são principalmente fontes secundárias que tratam e fazem acesso direto a fontes primárias, exemplo: Jerônimos de Viveiros, Milton Torres, Matthias Assunção, Alfredo Wagner Berno de Almeida entre outros são por essência fontes secundárias que se utilizam de fontes primárias em seu tratamento textual, fontes primárias inclusas diretamente no trabalho.

O aporte teórico que utilizo para entender o movimento real do objeto que estudo- a acumulação do latifúndio- é o materialismo histórico dialético, pois a partir desse consigo captar a dinâmica do modo de produção no campo e suas regras/raízes nas quais se sustenta esse padrão de acumulação. Através de: Karl Marx, Lênin, Engels, José Mariateguá, Alberto Guimarães, Jacob Gorender, Florestan Fernandes, Maria José de Melo entre outros logros captar o movimento real da questão agrária.

E partindo dessa base teórica busco vários autores que conversam/adotam na sua medida com essa ou não para ir trabalhando e analisando o agronegócio em Caxias e as questões

agrárias maranhenses. Autores como: Ignácio Rangel, Guilherme Delgado, Sergio Silva, Celso Furtado, João Pedro Stédile entre outros no que busco captar esses padrões presentes na acumulação do latifúndio modernizado.

O mais importante de todo esses processos foi de longe o trabalho de campo exercido a partir do enriquecimento teórico. O trabalho de campo como quase todos detém uma história, e um impacto de imediato, o meu não foi diferente e é importante situa-los no primeiro dia.

A ida ao Caxirumbu não foi obra do acaso. A escolha do Caxirumbu não foi como jogar um dado de 4 lados. Também não foi afinidade, eu nunca tinha tido contato com ninguém da comunidade; na verdade quando a escolha de trabalhar a questão agrária em relação a acumulação de terras e como o campesinato estava reagindo a esse impacto em Caxias-Ma surgiu de dois movimentos o primeiro uma pesquisa aprofundada sobre capitalismo brasileiro/movimentos sociais que se empreendeu no meu primeiro PIBIC 2021-2022 e segundo em uma pesquisa aprofundada junto com um *survey* na Comunidade Quilombola do Jenipapo realizada no PIBIC 2022-2023 com minha atual orientadora.

Essas duas empreitadas deram consolidação para me direcionar ao estudo do movimento do capital no campo e seus impactos nas comunidades tendo em visto o MATOPIBA, os conflitos agrários no Maranhão etc. o Caxirumbu surge nesse turbilhão enquanto oportunidade de se estudar *in loco* o maior assentamento do primeiro distrito, que estava/está na direção do avanço da fronteira do agronegócio.

A primeira visita que vai ser relatada agora surgiu a partir de uma oportunidade que tive frente a disciplina de “Estágio de Gestão Supervisionado” no qual frequentei durante o 8º período. Nesse estágio frequentei a “Secretaria de Desenvolvimento e Direitos Humanos de Caxias”, mas especificadamente no órgão de “Coordenação dos Direitos Humanos e Inclusão Produtiva”, dentro desse órgão trabalha uma senhora: Rosa Maria Barroso da Conceição, quilombola da comunidade “Olho d’água do Raposo”, através dela me informando sobre os assentamentos ela me indicou o Caxirumbu, pelo que já foi mencionado em linhas anteriores. Marcamos um encontro: evento Café da roça promovido pelas comunidades juntamente com a prefeitura e o Estado do Maranhão para coordenar algumas iniciativas de incentivo a Agricultura Familiar. Chegando lá, participei da reunião, e como prometido, tive uma breve conversa com Lindalva Goes, uma das lideranças do Caxirumbu, nessa conversa ela já me relatou problemas com o agro e outras questões estruturantes, devido ao ambiente se tornou impossível uma conversa mais aprofundada e marcamos um dia para eu ir, dia esse que será o primeiro campo.

No dia 11 de maio de 2024 peguei carona com o professor Roldão que estava interessado em verificar o avanço do agronegócio no primeiro distrito caxiense e saímos da área urbana as

9:00 horas da manhã, a comunidade Caxirimbu fica acerca de 27Km da zona urbana então chegamos por volta das 9:30. Chegando na comunidade observamos que as medidas constatadas em pesquisas anteriores não eram hipérboles, o assentamento é enorme, constituído centenas de famílias que vieram principalmente a partir da lei de reforma agrária em 2000 que institucionalizou o assentamento oficialmente.

Importante ressaltar que o relatório realizado pelo INCRA que vai ser visualizado no capítulo 3 surge a partir de inúmeras denúncias principalmente vindas da CPT acerca de mortes e expulsões que estavam sendo realizadas na região devido ao avanço do latifúndio.

Ao chegar no assentamento logo me informei sobre onde se localizava a residência de dona Lindalva, ela sendo a minha principal referência no local, ela mora na rua das azeitonas, ao final desta, uma das inúmeras ruas que compõe o assentamento rural.

Indo em direção a casa da dona Lindalva observei um poço da prefeitura e um comercial, “O Baratão” de pequeno porte, além de alguns ônibus escolares que levavam as crianças para a escola local e muitas casas de barro e algumas de tijolos, mas o que mais me chamou atenção de longe, não foi isso, mas sim o fato de que toda área do assentamento estava cercada pela plantação de soja/agronegócio.

Chegando na casa de dona Lindalva, ela estava me esperando na porta com sua filha Ana Lucia, eu a cumprimentei e me sentei em uma cadeira, nesse primeiro dia eu optei por não realizar gravações de áudio pois enquanto *survey* quis que esse primeiro contato eu pudesse me deixar absorver pelo ambiente e pelos agentes sociais sem confrontá-los com um gravador ou algo do tipo; quis resguardar essa ferramenta para outros momentos.

Ao me sentar comecei a observar o elefante branco na sala: o limite físico entre o agronegócio e a casa da dona Lindalva não passava de 10 metros. Mas fiquei com resguardo de perguntar logo sobre isso, então perguntei como foi o dia, como estava sendo, e sua filha juntamente com a mãe foi comentando sobre o encontro do Café da roça, em que esperavam que fosse uma luz de esperança para o assentamento que estava “jogado as traças” perante o comercio e incentivos públicos, nisso já comecei a me recordar de leituras que fiz sobre a divisão do campo brasileiro e de que forma o avanço das fronteiras agrícolas do agronegócio resguarda direta e indiretamente a absorção máxima do pequeno produtor o mantendo em uma situação de desgaste permanente frente a própria sobrevivência.

Depois de comentarem que cobraram as casas de farinha, e as agroindústrias para terem melhor escoamento- tema esse que vai retornar mais tarde- elas começaram a falar do confronto direto com o agronegócio, nesse momento resolvi perguntar mutuamente se aquela plantação de soja que estava a alguns passos da varanda de Lindalva já era o que eles chamam de Gaúcho(termo que representa o agronegócio), a resposta veio como esperado, eram os gaúchos e eles

estavam causando muitos problemas, o primeiro e que eu tinha ouvido ser comentado pela Dona Rosa era o veneno, a comunidade do Caxirimbu vem sendo atacada pelos agrotóxicos utilizados que resulta por exemplo na impossibilidade de cultivo de hortas próximas aos limites com os sojeiros e na morte de animais (dona Lindalva me contou rindo de uma situação em que 7 galinhas dela morreram pelo agrotóxico jogado) e outros problemas como adoecimentos. Outra questão é a invasão das terras pelo agronegócio e a impossibilidade de fazer algo, eles interessados em cortar a reserva legal que se localiza no Caxirimbu para terem acesso a outra fazenda já chegaram a falar categoricamente que iriam fazer a estrada de qualquer maneira, tentaram cooptar as lideranças - são quatro associações no Caxirimbu atualmente- e ofereceram cestas básicas que foram recusadas pelos representantes. Esses foram os abusos diretos relatados pela dona Lindalva e sua filha em primeiro momento

Além disso comentaram sobre o problema da água, um problema que sempre volta pelo fato de que hoje a água da Comunidade não é potável, servindo apenas para banho e lavagem de materiais, o problema da água força aos moradores comprar água mineral para conseguir beber o que traz várias outras problemáticas em questão.

Mas continuando na narrativa das problemáticas, principalmente sua filha Ana Lucia começou a delatar problemas que estão pondo em questão o assentamento como falta de acesso a crédito, e escoamento, eu resolvi perguntar sobre os programas de acesso da agricultura familiar e ela juntamente com sua mãe começaram a me explicar a situação do assentamento frente a esses programas: o PRONAF, o maior programa de incentivo a agricultura familiar eles estão bloqueados por problemas que aconteceram em 2007/2008 última vez que o acionaram. Pelo que me relataram, quando acionaram o PRONAF não tiveram apoio competente para conseguirem efetuar a manutenção do campo-agrícola e da criação de animais, muitos morreram e os agricultores não conseguiram pagar as prestações ficando bloqueado o assentamento, isso perdura até hoje, em que os que desejam o PRONAF não conseguem pelo status do assentamento, isso me trouxe várias questões como a burocratização a dificuldade do acesso a esses programas o que leva a cada vez mais o desincentivo dessas comunidades, o Delgado fala muito disso sobre isso como “capitalismo burocrático” a burocracia como ferramenta de dominação, Alfredo Wagner comenta quando fala sobre as Agro estratégias, conceito esse fundamental para pensarmos a situação do Caxirimbu.

Além dessa burocratização foi falado sobre outros programas de créditos que não se comparam ao PRONAF como: Agroamigo e CredAmigo que vamos falar mais no segundo dia que oferecem microcréditos aos agricultores familiares, porém meu pensamento foi claro: o microcrédito apenas ajuda na manutenção da desmobilização social pois está longe de servir como um apoio basilar para esses produtores. (Debate necessário sobre capitalismo financeiro,

neoliberalismo e o que é o agronegócio)

Depois de falarem sobre o PRONAF, eu resolvi dar uma volta para visualizar melhor o território, Dona Lindalva e Ana Lucia levaram-me até uma parte próximo da casa delas em que o quintal de sua vizinha é literalmente o campo de soja, isso me levou a pensar nas fronteiras neoliberais, MATOPIBA, etc... a cabeça borbilhava de toda a teoria que tinha absorvido para ir a campo.

Sentamo-nos próximos a essa casa com a vizinhança e conversamos sobre as problemáticas do Caxirimbu hoje, reclamaram sobre os políticos que não estavam dando apoio necessário, sobre a desorganização do movimento social do assentamento em que no momento de conversa com o gerente do Gaúcho poderia ter havido cooptação de uma das lideranças, todavia eles preferiram não entrar em detalhes por ser especulação.

Nos explicaram que são 4 associações, cada uma com 74 famílias associadas +/- que servem para organizar a venda para as cooperativas que hoje são a única/principal fonte de renda dos agricultores familiares, irei retornar a comentar sobre as cooperativas no segundo dia em que conversei com o representante da COOPFARC a principal cooperativa de escoamento do Caxirimbu.

Continuamos a conversa sobre dificuldades locais e como o agronegócio juntamente com a falta de apoio e de políticas públicas estão colocando em questionamento a manutenção do Caxirimbu, Ana Lucia sempre batia na tecla da importância do agricultor familiar das políticas públicas e como hoje estão lutando por essas pela sobrevivência do assentamento, relatou que os agricultores queriam trabalhar e plantar mas sem incentivo sem escoamento sem um planejamento a agricultura familiar no Caxirimbu estava ficando em uma situação marginal.

Importante salientar que muitas pessoas vieram ao Caxirimbu na época de seu processo de assentamento 1999/2000 como Dona Lindalva. Depois de terminamos essa roda de conversa, por volta das 12:00 da tarde, me despedi de dona Lindalva e sua filha Ana Lucia e remarquei outro dia para podermos conversar.



Eu João Marcelo, primeiro da esquerda para direita, Dona Lindalva ao meu lado esquerdo e sua filha Ana Lucia na extrema direita da fotografia. Foto retirada dia 11/05/2024 no povoado Caxirimbu.

Tudo que foi abordado nesse relatório vai ser amplamente trabalhados na monografia. Depois desses dias ainda me mantive ativo naquela região por mais visitas seguintes, mas essas foram de longe as mais chocantes pela dimensão percebida ao entrar em contato com as pessoas da comunidade e visualizar a distância e o que se tratava.

A monografia basicamente foi estruturada de uma forma que consiga reconstruir o objeto de análise- o latifúndio modernizado e sua forma de acumulação frente a comunidade do Caxirimbu, seus impactos- a ponto de ao se ter contato com os impactos observados consiga se entender o movimento real. Logo os dois primeiros Capítulos intitulados respectivamente de 1- Questão Agrária Maranhense e Questão agrária Caxiense visa apontar categorias e conceitos a serem trabalhados, e mais importante, reconstruir historicamente a dinâmica que entramos em contato. O último capítulo-Assentamento Caxirimbu- tem por missão apresentar a formação do assentamento nessa dinâmica, os impactos causados pelo agronegócio latifundiário em sua dinâmica e para finalizar analisar pontualmente esses processos para entender oque é esse modo de acumulação e de que forma o que ocorre no Caxirimbu é um projeto colonial.

2 QUESTÃO AGRÁRIA MARANHENSE

2.1 Questão agrária e modo de produção; explicação do colonial.

Escrever sobre a questão agrária é desafiador por dois princípios: primeiro, a densidade do tema e segundo o desconhecimento sobre o debate real. A atribuição de questão agrária no *mainstream*⁶ enquanto “reforma agrária” ou “problema agrário” reduz o verdadeiro debate que perpassa a questão agrária, que se elucida enquanto forma de conhecer, de conhecimento sobre o meio rural, sobre o uso, a posse e a propriedade privada da terra de uma específica sociedade/territórios, do mais genérico ao mais específico; como explica Stédile:

O entendimento atual é que “a questão agrária” é uma área do conhecimento científico que procura estudar, pesquisar, conhecer, de forma genérica ou em territórios específicos, como cada sociedade organiza, ao longo de sua história, o uso, a posse e a propriedade da terra (STÉDILE, 2021, p.629)

Portanto debater sobre questão agrária é debater as contradições dos modos de produção no campo em determinadas delimitações.

Ao se fazer o estudo da forma de organização socioeconômica do meio rural de qualquer país, está-se estudando a questão agrária daquele país" (STÉDILE, 2018, P.641).

O problema de acumulação de terra em Caxias não está desligado de toda uma complexa dinâmica que se envolve nesses modos de produção, que perpassaram a formação econômica brasileira. O campesinato⁷ maranhense, que intensificou sua distribuição com as imigrações e com a abolição, vai ser definidor na estrutura do campo. Essa dinâmica só pode ser explicada com o delineamento da questão agrária e a explicitação das dinâmicas dos modos de produção que vão desaguar na atualidade do processo de conflitos do Caxirimbu.

Sendo dessa forma, se torna imprescindível um mapeamento da questão agrária ao nível Maranhão-Caxias de forma que, ao menos quando se dirigido às questões trazidas pelo agronegócio, consiga se remontar à historicidade dos fatores apresentados, podendo entender suas continuidades e rupturas dentro da totalidade que essa dinâmica está inserida.

O mapeamento da questão agrária maranhense deve ocorrer em uma mutua conversa com seu modo de produção, como já explicitado por Pedro Stédile (2018) ao se estudar uma

⁶ Tradução livre: Convencional; Corrente de pensamento dominante, comum.

⁷ Por campesinato entendemos primeiro o sentido de classe que produz e vive do seu trabalho na terra, e dentro dessa existem várias variações, o semi-proletariado, o camponês proprietário de sua terra, o camponês que detém apenas sua casa etc..., uma classe não é algo homogêneo, muito pelo contrário está permeado de particularidades econômicas-políticas, mas no geral estamos nos tratando daqueles que vivem da sua produção na terra(subsistência) em algum grau. Ver mais em: José Carlos Mariátegui, Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana, ed. Casa de las Américas, La Habana, 1973.

formação socioeconômica do meio rural de um país você está pontuando sua questão agrária.

Nesse trabalho partiremos da análise do modo de produção brasileiro enquanto um modo de produção mercantilista que é imputado no Brasil a partir de Portugal. Isso vai ser elucidado com o passar do texto no primeiro tópico aqui apresentado, todavia é importante algumas pontuações do porque essa posição e não a posição de que no Brasil houve capitalismo desde os primórdios pela justificativa da exportação do modo de produção que se encontrava embrionário no seio português o mercantilismo e o capitalismo embrionário.

Essa visão é errônea pois esquece que a característica da colonização é a incorporação de um modo de produção regressivo em sua colônia de uma forma que garanta sua dominação e extração máxima de valor

Percebe-se o conteúdo apologético dessa concepção errônea, pois com ela se admite que o sistema colonial, em vez de transportar para o território conquistado os elementos regressivos do país dominante, como de fato inevitavelmente acontece, abandonaria à sua sorte esses elementos, selecionaria os fatores novos determinantes da evolução social e deles se serviria para fundar, onde quer que fosse, sociedades de um tipo mais avançado que as metropolitanas.(GUMARÃES,1964 P.11)

Esse ponto de vista de que o Brasil já se inicia com um capitalismo teria que justificar as outras formas de colonização: Inglesa, Belga, Francesa e o porque nas colônias desses colonizadores as formas implantadas foram regressivas e serviam exclusivamente para garantir a manutenção do poder colonial⁸. Por exemplo a conhecida colonização da Índia pela Inglaterra, essa última já se encontrava na fase avançada do capitalismo, todavia no processo de colonização das Índias destruiu todo processo produtivo ali em crescente desenvolvimento, monopolizou e impediu seu desenvolvimento industrial para os limites dos monopólios ingleses travando o desenvolvimento e exportando as formas mais regressivas do colonialismo inglês.

Ao contrário desse imaginoso quadro, incorporado ao fabulário do colonialismo, a História nos mostra, não só em relação à colonização portuguesa como no que se refere a todas as outras, que as metrópoles exportam para as colônias processos econômicos e instituições políticas que assegurem a perpetuação de seu domínio. Por isso, sempre que a empresa colonial precisa utilizar processos econômicos mais adiantados, ela recorre, como contrapartida obrigatória, a instituições políticas e jurídicas muito mais atrasadas e opressivas. Desse modo, quando os instrumentos de coação econômica se mostram incapazes de atender aos objetivos preestabelecidos, o sistema de coação extraeconômica é acionado com o máximo rigor e levado às últimas

⁸ Sobre esse ponto me refiro ao precursor dessa teoria o alemão André Funder Frank em seu A agricultura brasileira: capitalismo e o mito do feudalismo (2011), fala: “Nenhuma região do Brasil, seguramente nenhuma região populosa, forma um sistema fechado ou seque historicamente isolado. Portanto nada deste sistema em seus aspectos mais essenciais, pode ser feudal” (FRANK, p.57).

consequências. (GUIMARÃES, 1964 p.13)

Como proprio Marx assinala:

No [caso do] escravo, o instrumento de trabalho é roubado diretamente. Entretanto, a produção do país para o qual o escravo foi roubado deve ser estruturada de modo a admitir o trabalho escravo, ou (como na América do Sul etc.) deve ser criado um modo de produção correspondente ao escravo.(MARX, 2011 p.74)

Dessa forma se desenvolve um modo a partir de características feudais com as necessidades do mercantilismo. Esse ponto de vista do qual não houve características feudais no Brasil é um ponto de vista que desconsidera a compreensão do que é um modo de produção e entra em uma justificativa circulacionista como a de Frank (2002), na qual a especialização e circulação da mercadoria explicaria a não existência de características feudais.

É verdade que a economia : açucareira era dependente do mercado externo e que representava também um caso extremo de especialização desde que a mesma se baseava num sistema extensivo de monocultura. Mas nenhum desses aspectos é suficiente para caracterizar determinada forma de atividade econômica como um modo capitalista de produção. Em primeiro lugar, casos extremos de especialização não podem ser um fator tão importante. A França, no século XVI, era especializada na produção de bens de luxo. Da mesma maneira o eram a Índia e outros países. Mas seria um engano classificá-los como economias capitalistas. Em segundo lugar, mesmo que na economia escravista houvesse investimento de capital, não existia na mesma um mercado livre de trabalho, mas sim um sistema escravocrata. Portanto, parece ser evidente que o sistema de colonização usado no Brasil, mais especificamente no Nordeste, não pode ser considerado como forma de exploração econômica baseada em moldes capitalistas. (ALMEIDA, 2000 p.62)

A forma circulacionista apenas considera os resultados da produção, mas não as condições sobre qual essa circulação emerge. A análise circulacionista advinda dessa teoria não faz uma análise aprofundada da produção enquanto relação de produção dominante e forças produtivas⁹. O aspecto predominante então é a produção enquanto relação de contrários força produtiva relação de produção. Dessa forma um modo produtivo é determinado primariamente pela produção.

Julgar o Brasil desde seu início enquanto capitalismo pela exportação de mercadorias não explica a formas como essa mercadoria é produzida aqui, e como era feito internamente a circulação, sobre moldes escravistas-coloniais que nascem a partir de um domínio feudal da terra. A relação dominante que vai permitir a manutenção desse modo é o domínio sobre a terra que regressa para o escravismo. Sem a aristocracia fundiária sobre relação de propriedade

⁹ Alguns críticos vão apontar para momentos históricos no qual a circulação foi predominante e pressionou a produção, porém são pontos altos que logo após a estabilização a produção novamente toma protagonista. Exemplos: Containerização e Expansão do mercado.

dominante a terra que foi imputada as formas regressivas e as de manutenção como o servo não irão ser possibilitadas.

O básico num regime econômico é o sistema de produção, isto é, o modo por que, numa determinada formação social, os homens obtêm os meios de existência. Assim, o modo por que os homens produzem os bens materiais de que necessitam para viver é que determina todos os demais processos econômicos e sociais, inclusive os processos de distribuição ou circulação desses bens (GUIMARÃES, 1964 p.17)

Mas em nenhum momento é falado que no Brasil existiu feudalismo tal qual Portugal, ou tal qual Europa ou algo do gênero. O que é debatido é que as características feudais foram tragas e imputadas de formas regressivas e sui generis coloniais e não características capitalistas, por isso será falado de semi-feudalismo, ou feudalismo-colonial pelas necessidades mercantilistas.

os mais poderosos senhores tomaram as terras dos índios que se encontrassem dentro dos limites de suas propriedades e utilizando-se de vários métodos despojaram o pequeno proprietário de suas possessões ... e, em consequência, formou-se uma classe de grandes proprietários rurais ao redor dos quais se agrupou um grande número de descendentes que trabalhavam na terra de um modo semelhante ao vassalo feudal. O pequeno proprietário rural resistiu às pressões dos grandes proprietários; mas auxiliados pelas "Câmaras" (conselhos municipais) eles aos poucos conseguiram submeter os pequenos proprietários (MANCHESTER, 1931 p.311)

A relação de propriedade que vai dominar e vai ser efetuado sua manutenção em solo brasileiro vai ser ligada a terra, e essa vai possibilitar o grande latifúndio escravista de forma regressiva como vai ser debatido de modo mais aprofundado.

Então a partir da elucidação do modo de produção e da questão agrária será possível entender as posições tomadas durante o texto. O modo de produção se constitui basicamente na forma que uma determinada sociedade organiza sua produção e distribuição material, a unidade entre a força produtiva e as relações de produção.

É sabido, por fim, que o modo de produção conjuga forças produtivas com um definido grau de desenvolvimento e relações de produção, que lhes devem ser adequadas nas fases progressivas do modo de produção. Da correspondência ou não-correspondência entre as relações de produção e o caráter das forças produtivas resulta a dinâmica própria do modo de produção e da formação social, numa etapa dada. (GORENDER, p.11 1981)

Dessa forma podemos entender que para tratarmos do modo de produção no campo precisamos elucidar tanto as forças produtivas que o regem quanto as relações de propriedades que se engendram nessa formação. As forças produtivas se constituem dos meios de produção, ou seja, aquilo que é necessário para produzir e do produtor humano, essa correlação forma as forças produtivas: "Os produtores, os trabalhadores, correspondem à força de trabalho

(Arbeitskraft). Esta força, mais os meios de produção, constituem, finalmente, as forças produtivas” (ANTUNES, 2020 p.167). As Relações de produção, ou relações de propriedade se consiste na distribuição dessa produção efetuada a partir da força produtiva, ou seja, de que forma o produto do trabalho humano nos meios de produção irá ser distribuído.

Naturalmente, a distribuição aparece ao indivíduo singular como uma lei social que condiciona sua posição no interior da produção, na qual ele produz e que, portanto, precede a produção. Originalmente, o indivíduo não tem nenhum capital, nenhuma propriedade fundiária. Desde o nascimento, está destinado pela distribuição social ao trabalho assalariado. Mas esse próprio estar destinado é o resultado do fato de que capital e propriedade fundiária existem como agentes de produção autônomos. (MARX, 2011 p.70)

Porém a distribuição, a relação de produção aparece também como distribuição dos instrumentos para produção e distribuição dos membros da sociedade em determinados locais da cadeia produtiva; a relação de propriedade.

Na concepção mais superficial, a distribuição aparece como distribuição dos produtos, e, assim, como mais afastada [da] produção e quase autônoma em relação a ela. Mas antes de ser distribuição de produtos, a distribuição é: 1) distribuição dos instrumentos de produção, e 2) distribuição dos membros da sociedade nos diferentes tipos de produção, o que constitui uma determinação ulterior da mesma relação. (Subsunção dos indivíduos sob relações de produção determinadas.) (MARX, 2011 p.71)

Sendo dessa forma discorrer sobre relação de produção é tanto argumentar sobre a distribuição da produção quanto a distribuição dos homens no meio de produção e suas ferramentas de produção; A principal relação de propriedade/dominação. Essa síntese forma de maneira dinâmica o modo de produção.

Na leitura da economia política não se trata de uma formação econômico-social¹⁰ como por exemplo a brasileira existir dois ou mais modos de produção distintos, mas o que ocorre é que dentro de um modo de produção específico- no caso brasileiro: mercantilismo semi-feudal¹¹- podem coexistir várias formas de relações de propriedade/produção distintas, porém uma em específicas é a principal; a guia.

Em todas as formas de sociedade se encontra uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e sua influência sobre as outras. E uma iluminação universal em que atuam todas as cores, e às quais modifica em sua particularidade. É um éter especial, que determina o peso específico de todas as coisas às quais põe em relevo. (MARX, 2008, p.266)

¹⁰ Ao falar de formação econômica-social me retrato a conceituação leninista. Ver mais em: MANTUANO, Thiago. Formação Econômico-Social: uma Categoria Marxista para a História. **Artifícios. Revista colombiana de estudantes de história**, [S. l.], n. 9, p. 27–41, 2017. DOI: 10.22380/2422118X.2229.

¹¹ O termo semi-feudal é trazido no sentido de: se conserva a relação de propriedade principal sendo a da terra, porém não de forma completamente feudal, então se entende um semi-feudalismo.

2.2 Maranhão Colonial e Semi-Colonial

Na situação brasileira o modo de produção imputado regressivamente e referente ao mercantilismo e o feudalismo como as principais relações de produção vão ser os marcadores guias para o modo de produção mercantilista-feudal-colonial no qual vai ter a condição colonial enquanto regressiva e subjugadora da economia brasileira para exportação e dominação.

Elucidar o modo de produção mesmo que rapidamente é necessário para elucidar as relações de propriedade que existem no campo maranhense e dessa forma sua questão agrária. Pensar em um país colonizado e imputado essas relações que formariam seu devir posterior é pensar que o monopólio da terra e sua acumulação só pode ser desvendado elucidando os mecanismos da relação de propriedade latifundiária colonial.

O modo de produção capitalista em sua forma embrionária (mercantilismo) colonizou onde hoje se denomina Brasil e em cima dos povos originários e seu modo de produção aqui já existente implementaram o modo de produção mercantilista-feudal colonial, uma colônia produtora de commodities para exportação.

Em toda conquista há três possibilidades. O povo conquistador submete o conquistado ao seu próprio modo de produção (por exemplo, os ingleses neste século na Irlanda e, em parte, na Índia); ou deixa o antigo [modo de produção] subsistir e se satisfaz com tributo (p. ex., turcos e romanos); ou tem lugar uma ação recíproca, da qual emerge algo novo, uma síntese (em parte, nas conquistas germânicas). Em todos os casos, o modo de produção, seja o do povo conquistador, seja o do conquistado, seja o que resulta da fusão de ambos, é determinante para a nova distribuição que surge. Apesar de aparecer como pressuposto para o novo período de produção, essa própria distribuição, por sua vez, é um produto da produção, e não apenas da produção histórica em geral, mas da produção histórica determinada. (MARX, 2011 p.73).

Portanto o primeiro modo de produção que vai ser o feto formador do atual Maranhão é a produção mercantilista colonial que foi imputada por Portugal através da violência colonial. Mas longe de ser uma cópia portuguesa, a colônia, enquanto protetorado é imputada a forma mais regressiva do modelo econômico, e as formas de regimes mais repressivos para garantir o domínio colonial. Não se pode esquecer a pauta do fator colonial como determinante no devir brasileiro, pois os países dominantes irão sempre lograr em manter a relação de dominação e a sobrevivência dos modelos que garantam isso.

A História nos mostra, não só em relação à colonização portuguesa como no que se refere a todas as outras, que as metrópoles exportam para as colônias processos econômicos e instituições políticas que assegurem a perpetuação de seu domínio. Por isso, sempre que a empresa colonial precisa utilizar processos econômicos mais adiantados, ela recorre, como contrapartida obrigatória, a instituições políticas e

jurídicas muito mais atrasadas e opressivas. Desse modo, quando os instrumentos de coação econômica se mostram incapazes de atender aos objetivos preestabelecidos, o sistema de coação extraeconômica é acionado com o máximo rigor e levado às últimas consequências. (GUIMARÃES, 1964 p.21-22)

Dessa forma o modo de produção brasileiro surge como esse desenho colonial regressivo, que adota a mão de obra escravizada a partir da forma mercantilista-feudal imputada na terra de Santa Cruz para fins de domínio colonial.

Na impossibilidade de contar com o servo da gleba, o feudalismo colonial teve de regredir ao escravismo, compensando a resultante perda do nível de produtividade, em parte, com a extraordinária fertilidade das terras virgens do Novo Mundo e, em parte, com o desumano rigor aplicado no tratamento de sua mão de obra. Teve, ainda, de dar outros passos atrás, em relação ao estágio mercantil que correspondia ao seu modelo, restabelecendo muitos dos aspectos da economia natural. Mas, em compensação, pôde desenvolver o caráter comercial de sua produção, não para o mercado interno, que não existia, mas para o mercado mundial. E, com o açúcar, vinculou-se profundamente à manufatura. (GUIMARÃES, 1964 p.27)

Ou como já elucidará Engels;

O estágio da produção mercantil[...]distingue-se, do ponto de vista econômico, pela introdução; 1º) da moeda metálica e com ela o capital- -dinheiro, o empréstimo, o juro e a usura; 2º) dos mercadores, como classe intermediária entre os produtores; 3º) da propriedade territorial e da hipoteca; e 4º) do trabalho escravo, como forma dominante da produção. (ENGELS, 2019 p.218)

Entendido o modo de produção embrionário brasileiro é possível desvendar um de seus pilares condicionais: o monopólio de terra, que é inerente do modo de produção com características feudais desenvolvido no Brasil. Se engendrando enquanto plantation para exportação e sesmarias concedidas ou posseiros a economia brasileira irá se desenhar enquanto um grande latifúndio colonial em que o grande exportador vai utilizar o posseiro-sesmeiro como seu apêndice para manutenção colonial garantido dessa forma a manutenção do monopólio da terra.

No sistema de plantação, como aliás no conjunto de economia pré-capitalista do Brasil-Colônia, o elemento fundamental, a característica dominante à qual estavam subordinadas todas as demais relações econômicas, é a propriedade agrária feudal, sendo a terra o principal e mais importante dos meios de produção (GUIMARÃES, 1964 p.29)

O monopólio da terra, o latifúndio praticamente inalterado até os dias atuais, apenas atualizado para as configurações imperialistas está no embrião da formação da colônia mercantilista que adota como sua principal relação de propriedade a terra e que vai configurar a formação econômica brasileira, e que explica o nascimento da concentração territorial atual pela continuação colonial.

O monopólio feudal e colonial é a forma particular, específica, por que assumiu no Brasil a propriedade do principal e mais importante dos meios de produção na agricultura, isto é, a propriedade da terra. O fato de ser a terra o meio de produção fundamental na agricultura indica um estágio inferior da produção agrícola, peculiar às condições históricas pré-capitalistas. (GUIMARÃES, 1964 p.32)

Portugal um país mercantilista vai utilizar sua colônia Brasil para produção e exportação de matéria-prima e nesse processo vai importar os processos, posteriormente irá ser subjugado pelo modo de produção inglês industrial/manufatureiro que irá trazer para si suas colônias, demonstrando o que foi dito acima: o capitalismo exige uma divisão internacional do trabalho para sua acumulação máxima.

O modo de produção escravista colonial desenhado por Gorender somente será possibilitado pelos embriões mercantilistas e feudais, o modo de produção do conquistador desenha a distribuição e as deformações que irão surgir (MARX, 2011). Dessa forma o que hoje é o Estado do Maranhão, irá ser demarcado dentro dos padrões de acumulação mercantilista feudal com o modelo latifundiário a partir das capitanias hereditárias do grão Pará.

No período que marcou o Sec. XVIII e XIX o Maranhão enquanto um estado colonial foi atravessado pelo modo de produção colonial na qual a produção de commodities por meio das plantations para finalidades de exportação foi dominante enquanto maior expressão no campo maranhense, os caracteres semi-feudais de monopólio da terra alinhados ao predominante mercantilismo-colonial escravista era a marca da via brasileira.

A teoria mercantilista, como tal, é um dado indiscutível no curso da Memória[...] a visão de Sabino é, pois, dogmática devendo a teoria, forçosamente, corresponder ao que se lhe afigurava o melhor instrumento de bem gerir o espaço maranhense. (SILVA, 2015 p.86)

Como explica Milton Torres partindo de documentação primárias do século XVIII o que vigorava no Maranhão era o mercantilismo que partindo do monopólio da terra tinha nesse seu objetivo para auferir o máximo de lucratividade e a partir das plantações locais garantir a manutenção colonial (SILVA, 2015). A própria ideia dos mecanismos de escoação mercantilistas atrelados a busca incessante de terras aparece constantemente na época.

A função utilitária da captação máxima de terras virgens e férteis traduz, por um lado, o interesse de expandir um processo que resultaria, a par de outros ativos, no incremento do tráfico negreiro (do interesse daquela parte da circulação atlântica nas mãos de grandes capitais português ou luso-brasileiros)(SILVA, 2015 p.96)

No escravismo colonial o Maranhão correspondeu como uma das maiores partes da receita brasileira, sendo o principal exportador de algodão no séc XIX por motivos externos como a guerra civil americana que tirou do cenário os EUA enquanto um dos maiores competidores econômicos de exportação algodoeira(ROLIM FILHO, 2017).

Isso já era combinado com a importação de escravizados e ampliação do latifúndio (GORENDER, 2016). Com isso a economia maranhense em sua divisão agrária escravista-colonial chega ao período do boom algodoeiro causado pela ausência de oferta americana que não incentivou a produção e teve seu declínio muito rápido.

O passado extrativista juntamente com o boom do algodão muito lembrado nas literaturas econômicas maranhenses (MESQUITA, 1987) estigmatizaria por completo o campo maranhense. Pós-boom algodoeiro a seca, com a degradação do campo causado por isso traria a tona vários problemas para o setor camponês de subsistência no maranhão que já estava marginalizado.

Em 1869, quando uma nova seca devastou as safras de subsistência em muitas partes do interior, os mesmos compradores ingleses de algodão que haviam orquestrado o boom na década anterior rejeitariam o algodão do Nordeste, “inferior”, “mal processado”. Os sertanejos – outra vez párias – não tinham a quem recorrer. “De agricultores e criadores de gado de subsistência, um grande contingente de sertanejos se transformou em agricultores comerciais e lavradores marginais, existindo em situação econômica extremamente precária, mais vulneráveis do que nunca às crises súbitas pelo fato de seus vínculos tradicionais com os grandes proprietários terem sido em grande medida enfraquecidos ou rompidos (DAVIS, 2022, p.551);

O Maranhão se encontra nessa formação agrária em que se domina o latifúndio exportador com mão de obra escravizada como modo de produção dominante, com a semi-feudalidade de subexistência sendo refém desse modo de produção e uma burguesia comerciante nascente presente nos portos representando os impérios.

Importante ressaltar que enquanto um modo de produção mercantilista semi-feudal o Maranhão/Brasil irá ter como característica principal que a propriedade da terra irá demarcar os regimentos de poder, dessa forma o fazendeiro da plantation de exportação irá delinear as outras relações de produção como já apresentado em relatos acima. O poder vai emergir do latifúndio enquanto poder encarnado do senhor de terra.

Graças a esse tipo de relações coercitivas entre os latifundiários e seus “moradores”, “agregados”, “meeiros”, “colonos”, “camaradas” e mesmo assalariados, estendendo-se também aos vizinhos de pequenos e médios recursos, alguns milhões de trabalhadores brasileiros vivem, inteiramente ou quase inteiramente, à margem de quaisquer garantias legais ou constitucionais e sujeitos à jurisdição civil ou criminal e ao arbítrio dos senhores de terras. (GUIMARÃES, 1964 p.33)

A partir da independência o cenário não vai sofrer modificações o Maranhão/Brasil irá continuar os mesmos moldes pelos aparatos de semicolônia, ou seja, a independência formal jurídica, mas o país seguindo o mesmo modelo econômico que perdurava enquanto colônia formal, só que agora da maior potência capitalista até o momento: a Inglaterra.

O capitalismo quebra suas esferas nacionais para as esferas internacionais pela necessidade de acumulação, no modo de produção capitalista com o mais alto grau de divisão do trabalho e especialização existente a divisão do trabalho internacional será uma necessidade:

A maquinaria promove, por um lado, um incremento direto da matéria-prima, tal como ocorreu, por exemplo, com a cotton gin, que aumentou a produção de algodão. Por outro lado, o barateamento dos produtos feitos à máquina e os sistemas revolucionados de transporte e de comunicação são armas para a conquista de mercados estrangeiros. Ao arruinar o produto artesanal desses mercados, a indústria mecanizada os transforma compulsoriamente em campos de produção de sua matéria-prima. Assim, por exemplo, as Índias Orientais foram obrigadas a produzir algodão, lã, cânhamo, juta, anil etc. para a Grã-Bretanha. A constante “transformação em supranumerários” dos trabalhadores nos países da grande indústria estimula de modo artificial a emigração e a colonização de países estrangeiros, transformando-os em celeiros de matérias-primas para a metrópole, como ocorreu com a Austrália, convertida num centro de produção de lã. Cria-se, assim, uma nova divisão internacional do trabalho, adequada às principais sedes da indústria mecanizada, divisão que transforma uma parte do globo terrestre em campo de produção preferencialmente agrícola voltado a suprir as necessidades de outro campo, preferencialmente industrial. Tal revolução é acompanhada de profundas modificações na agricultura, das quais não nos ocuparemos por ora. (MARX, 2011 p. 638)

O Brasil continua sua forma agrária latifundiária agora sendo efetuada sua manutenção pela classe de senhores de terras que se mantiveram no poder e pelo semi-colonialismo inglês que interessava a manutenção dessa forma de produção para se manter a divisão internacional do trabalho enquanto eles metrópoles.

Na época do maior florescimento da livre concorrência na Inglaterra, nos anos 1840-1860, os dirigentes políticos burgueses desse país eram *adversários* da política colonial e consideravam como útil e inevitável a emancipação das colônias e sua separação completa da Inglaterra. Por que? Porque a Inglaterra, desde as últimas décadas do século XVIII e primeiras do século XIX, era a “oficina do mundo” e a “rainha dos mares”. Explorava o mundo inteiro, praticamente, sem concorrentes, pois que estes foram surgindo paulatinamente a partir da segunda década do século passado. (CALVINO FILHO, 1951)

O caráter colonial se converteu em semicolônia na qual servia diretamente as necessidades da economia inglesa.

O exemplo de Portugal nos mostra uma forma um pouco distinta de dependência financeira e diplomática sob a de independência política. Portugal é um Estado independente, soberano, mas, na realidade, durante mais de duzentos anos, desde a época da guerra de sucessão na Espanha (1700-1714), acha-se sob o protetorado da Inglaterra. A Inglaterra defendeu-o e defendeu as possessões coloniais do mesmo para

reforçar sua própria posição na luta com seus adversários: Espanha e França. A Inglaterra obteve em compensação vantagens comerciais, melhores condições para a exportação de mercadorias, e, sobretudo, para a exportação de capitais para Portugal e suas colônias, a possibilidade de utilizar os portos e as ilhas portuguesas, seus cabos, etc. Este gênero de relações entre alguns grandes e pequenos Estados sempre existiu, mas na época do imperialismo capitalista converteu-se em sistema geral, passam a formar parte do conjunto de relações que regem a “partilha do mundo”, passam a ser elos da cadeia das operações do capital financeiro mundial. (LENIN, 2011, p.213)

Esse caráter semi-colonial que vai estigmatizar nossa formação social pode ser visualizado nessa época na situação maranhense ao analisar as balanças de exportações/importações; a Inglaterra se torna o novo Portugal para o Maranhão.¹²

Com isso a estrutura brasileira iria se modificando, porém, conservando as características de semicolônia e como exigência o latifúndio fruto da semi-feudalidade do regime escravista colonial.

Sua expressão máxima foi a lei de terras, a lei no 601, de 1850 na qual tornava toda terra brasileira propriedade privada, conservando o latifúndio e servindo de antessala para a abolição tardia.

Ainda no séc XIX é possível visualizar o crescimento da população camponesa que vai ser constituída principalmente por posseiros a partir de 1822. Com a pressão inglesa para o mercado de capitais e a diplomacia de canhoneira que vai resultar na proibição do tráfico negreiro a classe latifundiária dominante brasileira começa a operar a privatização das terras para impedir o acesso das terras pelos ex-escravizados e o crescente regime de posse (ASSUNÇÃO, 2015); mantendo dessa forma o latifúndio semi-colonial.

A Coroa, sofrendo pressões inglesas para substituir a mão de obra escrava pelo trabalho assalariado, com a consequente e inevitável abolição da escravidão, e para impedir que, com a futura abolição, os então trabalhadores ex-escravos se apossassem das terras, promulga, em 1850, a primeira lei de terras do país. Essa lei foi um marco jurídico para a adequação do sistema econômico e de preparação para a crise do trabalho escravo, que já se ampliava. (STÉDILE, 2011 p.23)

Na Câmara maranhense:

senador Costa Ferreira por exemplo defendia o ponto de vista dos sesmeiros contra os posseiros, afirmando que “não pode estar de boa-fé um homem que não tem título e vai roçar as terras da nação”.*” O ilustre senador e ex-presidente da província era originário de Alcântara, onde sesmarias haviam sido atribuídas desde o início do

¹² Ver mais em: O COMÉRCIO MARÍTIMO DO MARANHÃO NO SÉCULO XIX (PAULA, SILVA 2009).

período colonial.(ASSUNÇÃO, 2015 p.126)

Dessa forma com a escalada de trabalhadores livres, a propriedade privada da terra se demonstrou necessária para concentrar e tornar o camponês refém das formas de foro, cooperativas e trabalho na plantation do determinado senhor de terras.

A posse através da apropriação informal e eventualmente ilegal, assim como o acesso indireto à terra através do foro e do arrendamento constituíram, como em outras províncias, a base da pequena produção camponesa. Mas esta última também assentou-se em outras formas de apropriação, tal como a propriedade coletiva das corporações e municípios. (ASSUNÇÃO, 2015 p.141)

Importante ressaltar que a propriedade coletiva das corporações e municípios que vão ser construídas para a manutenção das vilas-municípios irá sofrer um processo de corrosão a partir de 1850 com o intuito de concentrar as terras e evitar o acesso ao trabalhador livre.

2.3 Maranhão; Imperialismo e Desenvolvimento do Capitalismo Selvagem

O Maranhão seguia o estatuto semi-colonial auferindo superlucros pela guerra de secessão e o sistema de plantation que já indicava seu refluxo na abolição e posterior proclamação da república, que vai continuar o sistema semi-feudal já projetado na lei de terras de 1850 e aprofundar as ligações com os monopólios imperialistas que vão se formando enquanto novos impérios do capital; uma continuação da mesma forma latifúndio.

Com o fim da escravidão o Maranhão passou por um processo de burocratização e consolidação da semi-colonidade a partir das relações de produções latifundiárias advindas da época colonial. As relações semi-feudais de camponeses que pagavam o arrendamento com linhas de produção retorna com força e o capital imperialista financia o endividamento e o capital fundiário com bancos ingleses partícipes do processo imperialista (ROLIM FILHO, 2017)

O fim da escravidão vai demarcar o processo de intensificação do campesinato através da ocupação de terras que pela baixa produtividade ou pela distancia não irão ser ocupadas pelo latifúndio e na conjugação dessa posse com a roça no sistemas de morador agregado, quarteação, barracão etc... em que uma parcelada produção é destinada ao senhor de terras e no trabalho na fazenda desse ultimo no qual se apropriava dessa renda gerada pelo campones (MARTINS, 2022)

A crise que atravessou o Maranhão deu início as primeiras formas do capitalismo selvagem, burocrático, colonial, seja como for a nomenclatura utilizada: o capitalismo que surge a partir do domínio imperialista nos países colonizados, no qual a industrialização acontece a partir dos empretismos imperialistas e efetua a manutenção dos sistemas semi-feudais e

coloniais para transferencia de valor.

Isso pode ser visualizado a partir da construção de indústrias de tecidos a partir das associações de comercios financiadas pelo capital inglês no Maranhão, e a projeção de infraestruturas com apoio do mesmo, sempre a partir disso mantendo o Maranhão/Brasil em um ciclo de dívida através dos bancos que já dominavam o capital financeiro.

Foi esta Associação que promoveu em Palácio, na noite de 12 de agosto de 1887, sob o patrocínio do Presidente José Bento de Araújo, uma reunião de lavradores e comerciantes, para estudar o problema da transformação do trabalho escravo em trabalho livre. Nesta reunião surgiu a idéia da organização de uma fábrica de fiação e tecidos em São Luís. E logo vencedora, lá mesmo foram subscritos 75 contos, dos 450 que se- riam o seu capital. (VIVEIROS, 1964 p.58)

As dívidas formadas a partir dos empréstimos:

Em verdade, os debêntures prestaram relevante serviço às sociedades anônimas do Maranhão, propiciando-lhes numerário para o seu movimento, mas é inegável que, como má moeda que era, afastou a moeda boa que circulava — o dinheiro geral — dando lugar a uma agiotagem tremenda para adquirí-lo, o que chegou a 20% de ágio, conforme informou o cônsul inglês Henry Airlie no seu relatório de 1895, e a qual nem mesmo o Tesouro do Estado escapou, pois recebendo os impostos na razão de 2/3 em dinheiro geral só pagava em debêntures(VIVEIROS, 1964 p.57)

O capital inglês ditando nossa economia conjuntamente com os empréstimos bancários dos bancos britânicos e as indústrias algodoeiras financiadas por estes a seu molde é o retrato em movimento de um país semi-colonial acumulando-se para sua consolidação enquanto capitalismo burocrático.

Parcimoniosamente, o Governo Federal deu-nos o auxílio pedido, através das carteiras hipotecárias dos nossos bancos locais. Êstes, porém, embaraçaram os empréstimos, por isso que as suas diretorias, compostas de experimentados comerciantes, de espírito conservador, sabiam não comportarem os patrimônios das velhas fazendas agrícolas valores que garantissem as hipotecas. E era uma verdade. (VIVEIROS, 1964 p.11)

Como explicita Pumacahua no caso da economia colonial semi-feudal peruana.

Introduce al país modalidades mas altas de desarrollo, modalidades capitalistas, fundamentalmente a través de su comercio y los ata al comercio mundial del guano. Esto implica que se comience a acelerar la destrucción de la feudalidad. El hecho de que Inglaterra traiga mercancías e introduzca métodos capitalistas acelera, acicatea, la destrucción de la feudalidad. Por otro lado, Inglaterra comienza a controlar e introducir un proceso de colonización en el país. Así, la dominación inglesa implicó el comienzo de un cambio: el pase hacia la conformación de una sociedad semifeudal y semicolonial en el país (MARIATEGUI, apudPUMACAHUA, 2010 p.39-40)

Isso se desenrolou na economia maranhense de forma muito clara como já foi demonstrado mas que vale pontuar os desenvolvimentos de infraestrutura e as negações

protecionistas para servir ao imperialismo inglês. Como pode ser lido na carta feita pela associação de comercio maranhense de 1901: “Deu-se isto nos Estados Unidos. O mesmo se dará no Brasil, por idênticas razões. E, de resto, o nosso país é hoje o que mais garantias oferece aos imigrantes e aos capitais estrangeiros” (VIVEIROS, 1964 p.110)

O processo foi se consolidando pós segunda guerra mundial, com o enfraquecimento do imperialismo britânico cedendo a América do Sul para os USA ocuparem o local do novo bloco dominante e moldante da extração de riqueza e mantenedor das estruturas semi-feudais.

A partir de 1919, após a I Grande Guerra, ‘todo o processo de penetração dos Estados Unidos (...) no Brasil’ — como acentuou Normano — ‘foi um contínuo processo de expulsão e de ocupação das posições europeias e, principalmente, britânicas’. De 1900 a 1930, conforme os dados do Banco Central do Brasil, os investimentos americanos atingiam a cifra de 10.292.331 dólares, representando 37,55% do total (27.411.711 dólares) dos capitais estrangeiros e registrados, no mesmo período. Estes números podem estar e estão muito aquém da realidade, mas indicam, sem qualquer dúvida, uma tendência, expressa pelos percentuais com maior exatidão. E para fechar o círculo da dominação ‘em apenas seis anos, isto é de 1921 a 1927, os Estados Unidos também se tornaram detentores de 35% das dívidas externas do Brasil (BANDEIRA, 1978 p.197)

O capitalismo burocrático que ia se formando, ia retirando determinadas estruturas feudais, porém através nas cidades de capitais comerciais-burocráticos, a introdução de indústria a serventia do capital estrangeiro¹³ e a manutenção do latifúndio para garantir a semi-feudalidade¹⁴, esse processo vai se consolidar em 1930 porém, como já foi falado tem seu início no Brasil a partir da abolição¹⁵.

Ressalta que comerciantes produziram o que importavam; que o comércio interno investiu sua acumulação na indústria; a transformação de empresas familiares em indústrias. Lembra que, com a Abolição e a República, a burguesia industrial, já conservadora, não possuía contradições com o latifúndio, apesar de poder opor-se à sua política econômica. Propõe que, na República Velha, os industrialistas seguiram em geral politicamente a oligarquia regional e não raro se tornaram proprietários fundiários. A reforma agrária surgiria apenas do impulso camponês. (GORENDER, 2012, p.31)

2.4 Maranhão Consolidação do Capitalismo Burocrático.

O coronelismo, a concentração fundiária vão ser marcas que na era Vargas vão servir para consolidar essa relação imperialista na qual as elites brasileiras autocráticas se submetiam.

¹³ Isso pode ser visualizado de maneira plena no dismantelo das possibilidades de manufaturas e artesanatos por lavradores-caboclos do interior maranhense não associados ao capital monopolista de alguma maneira, o o dec. n.º 1.149, de 27/4/1927 expressa-o abertamente.

¹⁴ Ainda no começo do século XX “Compunham-no 57 armazéns (29 de fazendas em grosso, 23 de estivas e 5 de ferragens), 47 lojas, 5 livrarias, 8 tipografias, 9 farmácias, 11 refinações de açúcar, 20 padarias e 181 quitandas. A estas 338 casas comerciais serviam em número 3 bancos — Comercial, Hipotecário e do Maranhão — e 3 agências bancárias — a do Banco do Brasil, a do English Bank of Rio de Janeiro Limited e a do The New London & Brazilian Bank, Limited.” (VIVEIROS, 1964 p.17)

¹⁵ A partir das notas sobre o comércio maranhense de Viveiros, já citado, podemos visualizar esse processo paripassu através dos empréstimos/industrialização monopolista e financiamento do latifúndio pelo capital inglês, além da burguesia brasileira burocrático-compradora ter sua manutenção garantida pela metrópole através das importações e créditos.

Esses padrões políticos vão ser marcas que como já falado denotam o sistema colonial enquanto totalidade, pois é um sistema com nenhum caráter revolucionário. O burocratismo tem em sua face enrigecer o acesso aos aparatos democráticos evitando dessa forma reformas substanciais, o caráter aristocrático vai ser substituído pelo corporativismo e pelo patrimonialismo para garantia do domínio político pela burguesia autocrática brasileira, de caráter colonial.

O poder estatal já se sentia capaz de comandar a economia — num regresso patrimonialista, insista-se —, com a formação de uma comunidade burocrática, agora mais marcadamente burocrática do que aristocrática, mas de caráter estamental, superior e árbitro das classes. O primeiro passo dessa jornada será a disciplina social e jurídica do proletariado, com a fixação de seus direitos e seu capitaneamento governamental. ... A sindicalização abrangia operários e patrões, com organismos próprios, para solverem os seus dissídios sob a supervisão ministerial, ampliando largamente o campo dos direitos dos trabalhadores — a lei de dois terços de trabalhadores brasileiros, oito horas de trabalho, férias, etc. A conciliação legal não válida, entretanto, os reclamos operários, reprimidos severamente, como antes, se apelassem para a greve, assimilada à violência (FAORO, 2001 p777)

Com a ascensão de Vargas perante as contradições do modo de produção semi-colonial, através dos apoios imperialistas e das elites reacionárias vendo as contradições que a forma que estava engendrada o país se desenhava, banditismo, crescimento do campesinato, tenentismo etc... A consolidação do capitalismo burocrático se formulou na, como o próprio nome já indica, opressão das camadas populares conjugada com a burocratização essa marcada pelos estatutos jurídicos e governamentais (administrativos) que a partir dali se tornariam inalteráveis a fins de garantir a manutenção do grande latifúndio da grande burguesia (como a financeira) e do imperialismo.

As reformas conservadoras que vão acontecer no Maranhão como a estrada de ferro, os incentivos às industriais de tecidos monopolistas e as reformas infraestruturais vão apenas ser a prova cabal do capitalismo se consolidando em plano burocrático para garantir as descontinuidades da colônia.

Atrelado a isso, impostos sobre indústrias/manufaturas sobenaras, alto endividamento externo, opressão nas cidades às classes contrárias ao desenrolar econômico e subvenção no campo do campesinato ao modelo latifundiário e o semi-proletariado¹⁶ camponês. Além da potencialização das relações de servilidade frente às quedas da exportação que vão resultar no fornecimento venda de alimentos maranhenses alavancando nessa época¹⁷.

¹⁶ A grosso modo o semi-proletariado camponês é aquele que não consegue garantir sua sobrevivência a partir da relação de produção somente da roça/plantação da maneira que for e necessita vender sua mão de obra na cidade ou em regiões próximas Ver mais em: MACHADO, E. Lutas sociais e movimento “semiproletário” no Equador*. **Lutas Sociais**, [S. l.], n. 29, p. 172–186, 2012. DOI: 10.23925/ls.v0i29.18507.

¹⁷ Isso irá ser mais abordado na questão agrária caxiense.

No geral a era varga e a nova república vão ser marcadas no Maranhão pela concentração política na classe burocratica-compradora, do corporativismo da sociedade civil através da cooptação de sindicatos e associações, do aprofundamento da dinamica do campo semi-feudal tendo a maior parte da classe camponesa marcada pelas roças na qual se pagava 1/5 para o latifundiario e por vezes trabalhava em sua fazenda, uma clara continuação da dinamica semi-feudal para se manter o latifundio, e os exodos rurais pelo avanço do capital comprador e burocratico além das ausencias de perspectivas no campo causados pelas relações semi-feudais; a consolidação do capitalismo em sua face burocratica/ selvagem¹⁸.

Esse processo econômico favoreceu uma explosão demográfica e uma concentração urbana, bem como tendeu a universalizar as relações capitalistas de mercado para as grandes cidades, mas também para as cidades do interior. No entanto, essas transformações ainda não foram suficientes para alterar as relações sociais de produção no campo brasileiro, mantendo-se práticas pré-capitalistas, e a tradicional depressão dos salários da massa trabalhadora urbana (MARTINS 2022, p.122)

Esse padrão de não inclusão do campesinato nos processos de rupturas economicos politicas, mas ao contrario, atando acordos com a oligarquia pelo alto para a modernização do latifundio vai ser a via de regras das contrarevoluções brasileiras.

Todavia, apesar disso como Gorender (2012) já tinha relatado citações acima, o campesinato estava em luta de classes no campo, no latifundio, através da posse garantindo uma determinada parcela de terra, exigindo reforma agraria, que vai ser refletido nas explosões de movimentos sociais que irão surgir no periodo anterior a ditadura empresarial militar, que vai, como a ditadura do estado novo, assegurar os moldes coloniais para nossa economia atraves da concentração politica, dando um golpe fatal nessas lutas que permeavam o campo

Apesar disso, tivemos o crescimento por conta da concentração originada através dos incentivos as novas fronteiras agricolas do latifundio, dos movimentos camponeses pela reforma agraria¹⁹.

Esse processo de acumulação de capital na agricultura e a consequente expulsão dos camponeses do interior das fazendas geraram lutas, resistências e organizações de classe dos camponeses. Essas organizações se expandiram por todo o território nacional, portadoras de um projeto político expresso na reforma agrária radical e na luta pelos direitos trabalhistas no campo. (MARTINS 2022, p.134-15)

2.5 Maranhão Ditadura Militar: Raízes das contradições agrárias.

Esse tensionamento do sistema colonial brasileiro de concentração de terras, da

¹⁸ O termo “capitalismo selvagem” é mais utilizado por Florestan Fernandes, autor que recupero na análise da ditadura militar, porém o termo equivale ao capitalismo burocrático. Ver mais em: FERNANDES, Florestan. Revolução Burguesa no Brasil. Editora Concracorrente, São Paulo. 2021.

¹⁹ As Ligas Camponesas no Nordeste e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) no Rio Grande do Sul isso demonstra os aumentos das necessidades pela questão agraria como ponto focal.

pauperização causada pela desigualdade colonial, vai culminar depois da tentativa de reforma agrária de estrada de Jango, no golpe empresarial militar apoiado pelos Estados Unidos da América, vai demarcar ultimo giro autocratico para consolidação do capitalismo burocratico/selvagem/dependente que vai abrir caminho para sua decadencia neoliberal até os dias atuais.

Os requisitos políticos do desenvolvimento econômico sob o capitalismo monopolista dependente [...] exigem um tão elevado grau de estabilidade política (pelo menos nas fases de eclosão e de consolidação, que nos é dado observar), que só uma extrema concentração do poder político estatal é capaz de garantir. Doutro lado, nos momentos mais críticos da transição, que ainda não foram vencidos, operou-se uma dissociação acentuada entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento político. Isso fez com que a restauração da dominação burguesa levasse, de um lado, a um padrão capitalista altamente racional e modernizador de desenvolvimento econômico; e, concomitantemente, servisse de pião a medidas políticas, militares e policiais, contra-revolucionárias, que atrelaram o Estado nacional não à clássica democracia burguesa, mas a uma versão tecnocrática da democracia restrita, a qual se poderia qualificar, com precisão terminológica, como uma autocracia burguesa. (FERNANDES. 1981, p. 267-8. Itálicos do autor)

Focando na questão agrária, o Estado brasileiro, vai direcionar todo seu aparato para garantir a sobrevivência da grande propriedade rural latifundiária. Na ditadura militar vai se consolidar bases utilizadas até hoje para o agronegócio exportador. Bases como: Direcionamento das pesquisas para a revolução verde, financiamentos por capital de terra para a modernização conservadora do campo subsidiados, desenvolvimento do proletário rural e intensificação do semi-proletario, agroexportador enquanto princípio econômico frente a importação.

Tudo isso mascarado pelo discurso desenvolvimentista que vigora até os dias atuais vão ser as raízes do sistema agroexportador vigente que pela própria lógica na qual é desencadeado de acumulação irá desembocar no cerrado maranhense.

Podem ser divididos os marcos da ditadura militar na questão agrária de maneira resumida em: revolução verde, mercado de terras e Consolidação do grande capital no campo. Tudo isso acometeu os Estados brasileiros de diferentes formas, importante elucidar o que cada um significa para continuarmos em seus significados no cenário maranhense.

A revolução verde foi um avanço da extração do campo por meios tecnológicos apoiados pelo capital imperialista estrangeiro e nacional com o fim de reafirmar a dependência ou em outras palavras:

A Revolução Verde foi um processo lento, não só de mudança técnica, mas sobretudo econômica e também cultural que impulsionou transformações na agricultura,

associadas a um pacote tecnológico (fertilizantes, sementes, agrotóxicos e máquinas, (fármacos, rações, instalações, matrizes e reprodutores animais), que induziu a especialização produtiva (monocultivos e confinamentos e criação extensiva de animais) em grandes extensões de terra, com objetivo de exportação de matéria-prima. A agricultura foi subordinada à indústria e assumiu sua lógica na produção agropecuária, constituindo o que se denomina complexo agroindustrial. O processo da Revolução Verde só foi possível com o aporte de recurso público, consistindo numa aliança entre as elites industriais e agrárias, para realizar intencionalmente uma modernização conservadora, para desenvolvimento das relações capitalistas no campo, sem alterar as estruturas de poder e propriedade (HADICH, ANDRADE, 2022, p.651).

A revolução verde que aconteceu nos países colonizados do terceiro mundo foi um processo muito mais estrutural do que o que houve a partir da década de 60 com o advento da ditadura militar, pode ser dito por exemplo que o processo de capitalização dos latifundiários na república velha por influência inglesa já era parte desse desenvolvimento, todavia na década de 50/60 vimos um avanço avassalador do que seria formador das dinâmicas do campo hoje com suas contradições, um dos adversários da reforma agrária o agronegócio, fruto da revolução verde.

O pacote da Revolução Verde baseia-se em monoculturas geneticamente uniformes (cultivos homogêneos de variedades de laboratório); já os sistemas agrícolas tradicionais são complexos e extremamente diversos (cultivos diversificados com sementes nativas milenares de grande variabilidade genética), e sua produção também envolve a conservação das condições de produtividade. (PEREIRA, 2012 p.689)

O mercado de terras para sua concentração/modernização conservadora e especulação, financeirização vai ser outra demarcação importante para entendermos o movimento da divisão internacional do trabalho e as configurações do campo posteriores.

Sob esse contexto de política fundiária dos governos militares, articulada com enormes incentivos fiscais e financeiros (sobretudo o crédito rural), a propriedade da terra tornou-se altamente interessante para o grande capital seja como fonte de reserva de valor, seja como espaço de produção captando os incentivos fiscais e creditícios, seja como forma de valorização patrimonial lastreadora de garantias bancárias para futuros financiamentos, seja como forma de valorização pela especulação fundiária, a terra se tornou um ativo financeiro dentro das possibilidades de diversificação dos investimentos dos grandes grupos econômicos, como bancos, sociedades anônimas industriais ou comerciais, como holdings, ou grandes cooperativas, imobiliárias etc.(MARTINS 2022, p.215)

A política de créditos subsidiados juntamente com a financeirização da economia imperialista foi o palco perfeito para o crescimento do mercado de terras, em cima do latifúndio brasileiro a nova fronteira agrícola buscava consolidar o capitalismo selvagem brasileiro, com

as terras concentradas e a única exploração rentável sendo a agroexportadora de grande porte.

No Maranhão isso foi visto em dois movimentos a Lei Sarney de Terras que efetuou um movimento de privatização geral e garantiu a manutenção de terras ditas devolutas, prova disso é as enormes lutas que vão se formar no Maranhão analisadas por Alfredo Wagner (2017) nesse contexto.

É nesse contexto que o governo do Maranhão, utilizando o argumento de promoção do progresso, decidiu alienar as terras devolutas deste estado. Primeiramente, elaborou a Lei de Terras, em 196943. Para operacionalizar seu propósito, o governo criou a Companhia Maranhense de Colonização, COMARCO44, no ano de 1971. No âmbito da retórica oficial, esta empresa surge como instrumento para atender à prioridade de distribuição e ocupação racional das terras devolutas e com o objetivo de realizar as metas fundiárias formalmente estabelecidas, que eram a execução de projetos de colonização, a ordenação das ocupações já existentes e a localização de médios e grandes empreendimentos agropecuários. (SILVA, 2006, p.97)

Nesse período de 64 até 80 foram os ápices desse processo acumulativo. Marcado pela grilagem e invasões de terras com o foco na ampliação da propriedade privada e na agropecuária em oposição a camada camponesa:

Na década de 1970, a economia maranhense passa por outra grande rede-niçaõ, com um maior enfoque da propriedade privada no campo, em detrimento da pequena produção, e incentivo aos grandes projetos agropecuários. Segundo Moacir Feitosa, esse processo foi acelerado com a Lei de Terras do governo Sarney, promulgada no governo posterior, de Pedro Neiva de Santana. As terras devolutas do Estado passaram a ser alvos de grilagem cartorial, apropriação forçada por parte dos grileiros, aquisição de terras por preços irrisórios, tudo isso contando com apoio governamental e omissão do poder judiciário. (ABRANTES, 2013, p. 88)

Tal movimento no sentido de autocracia oligarquia era apoiado por tais elites para impedir a autonomia do camponês e a ascensão da lavoura familiar

As “oligarquias”, através de mandatários políticos, se valiam da impossibilidade de os “lavradores” terem suas formas próprias de representação, pelo rígido enquadramento político a que estavam sujeitos, para se colocarem como seus porta-vozes. A usurpação estava presente no próprio ato de assumirem por autoridade própria tal delegação. Torna-se, portanto, impossível separar, no movimento de lutas e conflitos que geram a Associação, as “lutas políticas” das “lutas econômicas”, estando estes planos fundidos nos próprios meios de enfrentamento dos problemas cotidianos. Agrupar os “lavradores” de forma autônoma, por si só, significava uma ruptura com o severo enquadramento político urdido pelas “oligarquias” e uma ameaça à manutenção do monopólio da terra desfrutado por elas. (ALMEIDA, 2015, p.28)

Nesse período, o que Ignacio Rangel (2005) chamava de 4 renda da terra em

consonância com Ricardo, vai tomar nova roupagem, as terras coloniais vão virar verdadeiras bancadas de rentabilidade com a modernização conservadora da revolução verde, impossibilitando e empobrecendo cada vez mais o campesinato.

E terceira base fundante do agronegócio exportador que vai ser analisado na contemporaneidade e que se forma nessa época, é a proletarização do campesinato pelo processo de modernização conservadora. Através do capitalismo burocrático essa forma se acomete pelo camponês em sua relação de propriedade estar em uma matriz entre pequena burguesia e proletariado, os camponeses que detinham suas terras e estavam em uma posição mais favorecidas tiveram ou parte delas griladas e foram forçados a se retirar como aconteceu muito no cenário Maranhense, ou pela capitalização do campo esses camponeses foram perdendo a capacidade de sustento puro e simplesmente com a roça pelo cercamento de latifúndios e era forçado a vender sua mão de obra um determinado período do ano (semi-proletariado) ou ele saía de seu campo, esse é o processo marcador do capitalismo burocrático nos campos coloniais de forma resumida.

Nesse período, a forma hegemônica de produzir a riqueza no campo não era apenas a apropriação da renda da terra extraída dos camponeses pelas relações de sujeição, mas fundamentalmente pela extração de mais-valia dos trabalhadores no campo, agora assalariados e morando principalmente nas vilas e bairros das cidades (pequenas e médias), recrutados sazonalmente conforme os ciclos das atividades agropecuárias (MARTINS 2022 p.223)

Explicitada dentro da teoria marxiana:

Nesse período, o capital passou a se reproduzir na agricultura com a mesma lógica que se reproduzia nos setores industriais. A isso, Karl Marx (1980) denominou de capital industrial: uma determinada lógica de geração de riqueza (mais-valia extraída do trabalhador assalariado) que amplia o dinheiro (capital) inicialmente aplicado, valorizando-o, e confirmando o circuito econômico da reprodução ampliada do capital. Essa forma de reprodução ampliada tornou-se a forma hegemônica de geração de riqueza no campo brasileiro na década de 1980, submetendo as outras formas econômicas, como as formas camponesas, inseridas em um circuito de reprodução mercantil simples.¹¹⁰ A produção camponesa passou a contribuir com a ampliação do capital, na medida em que o capital passou a capturar o trabalho excedente das famílias camponesas por meio dos mecanismos comerciais e bancários (MARTINS 2022 p.225)

No Maranhão o advento das plantações de cana-de-açúcar foi marcante para esse processo, ocupando terras, valorizando e gerando essas mãos de obras sazonais, além da ampliação das vilas e cidades.

No meio dessa imensa contradição idem a nova república no Maranhão vai se formando o campesinato resistente a essas fronteiras do capital, marcados pelos campesinatos, pelos

acampamentos de resistências amontoados de pessoas jogadas as condições precárias por essa dinâmica em frente a uma luta pelo acesso a sobrevivência.

O acampamento é o lugar do encontro dos despossuídos da terra: trabalhadores rurais, atingidos por barragens, boias-frias, arrendatários, meeiros, pequenos proprietários, parceiros, desempregados. Enfim, famílias que estavam desprovidas do seu direito de produzir alimentos. Trabalhadores expulsos por um projeto de agricultura capitaneado pela ditadura civil-militar (1964-1984). (GASPARIN, WITCEL, SANTOS, 2021, p. 24)

O acampamento é o local desses semi-proletariados, lumpemproletariados²⁰, camponeses etc... que foram sendo formados pelos processos de avanço do latifúndio e da modernização conservadora como explicitado alguns parágrafos acima, é a frente que se une em prol da causa camponesa para ter o direito de subsistência.

E dessa forma se consolida o mapeamento geral que a partir dos anos 80/90 vai apenas entrar em declínio frente ao neoliberalismo da questão agrária Brasil/Maranhão.

Essas são as raízes do último giro autocrático da burguesia brasileira para consolidação dos processos que sucederiam e que podem ser vistas amplamente no contexto maranhense. Com esse terreno batido, se constrói aos tambores do neoliberalismo frente a crise do capital a forma de acumulação financeira colonial do campo: o Agronegócio²¹.

O Agronegócio foi uma resposta dos países centrais e de suas burguesias latifundiárias nas colônias agrícolas; foi o neoliberalismo no campo na sua forma mais pura e simples²², com seu acúmulo primitivo pelas reformas ditatoriais e posteriormente as flexibilizações do governo Collor de Melo, o Brasil de FHC adotou o agronegócio como alternativa para a estabilidade cambial que no fim das contas era fomentada pelo próprio centro capitalista, que buscava um modelo para garantir os rentiers transnacionais.

O Agronegócio foi essa pária, juntando a agroindústria formada durante a ditadura

²⁰ Lumpemproletariado se trata daquela parcela que está fora da cadeia produtiva principal: prostitutas, ladrões, moradores de rua, etc... a parcela sem condições de estar na cadeia produtiva, são marginalizados e, portanto, abaixo do proletariado. ver mais em :MARX, Karl. 18 Brumario de Luis Bonaparte. Editora Boitempo, São Paulo, 2019.

²¹ O Agronegócio apesar de já ter suas raízes fundadas

²² Entendemos neoliberalismo como: "Se fossemos sintetizar de outra forma, poderíamos dizer que o neoliberalismo esteve marcado por três grandes fatores: 1) um processo de hiperfinanceirização no qual se buscou desregular um conjunto de regras financeira para oferecer soluções de créditos a velhos problemas, aumentando o endividamento das famílias e dos Estados e criando condições ainda mais arriscadas para rentabilidade capitalista 2) uma ofensiva do capital contra o mundo do trabalho, situada na reestruturação produtiva visando criar melhores condições para exploração de mais-valor em políticas fiscais e monetárias com o intuito de achatar o Estado no sentido de seus serviços públicos combinado com a desvalorização salarial e outros mecanismos para criar melhores condições para o socio metabolismo do capital e 3) como desdobramento desses fatores uma forma agressiva do imperialismo para submeter países dependentes pelas vias econômicas no contexto de restauração capitalista, partindo das experiências ditatoriais como foi a política dos Chicago Boys no Chile sob a ditadura de Pinochet para forma pragmáticas de políticas concentradas de exploração do mais-valor no Sul do mundo, com governos da chamada transição democráticas, herdeiros em muitos casos da estrutura política e policial das ditaduras militares mas com "novo rosto" (TONELO, 2021, p.82)

militar e a grande propriedade de terras características da semicolônia, o agronegócio conseguia modernizar isso e ajusta-lo ao capital financeiro, transformando as terras das colônias e suas matérias-primas em ativos especulativos e adentro a dinâmica neoliberal, além de garantir sua conservação

"Observe-se que agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado"(DELGADO, 2012, p.94) " grandes empreendimentos agroindustriais apoiados na grande propriedade fundiária, voltados à geração de saldos comerciais externos expressivos. "(DELGADO, 2012 p.2)

Para resumir a nova face do latifúndio brasileiro: o Agronegócio é um modelo de produção do campo baseado na exportação de commodities e especulação fundiária focada na máxima extração de renda da terra por meio do acúmulo de terra ligado ao rentismo financeiro e lucros exorbitantes calcados em uma muleta estatal de garantias de isenção fiscal e garantias de taxa média de lucro. Tudo isso refletido em uma classe/ burguesia dependente do agronegócio em uma classe reinante/bancada ruralista em uma indústria cultural etc. O agronegócio é o modo de produção dominante no campo brasileiro por se consolidar enquanto modo de produção da classe dominante. O agronegócio em sua forma invertida reflete o processo de colonialismo-neocolonialismo brasileiro em diversos aspectos da sua forma de acumulação pois sua imagem é a da burguesia dependente brasileira.

No Maranhão o agronegócio vai chegar ainda na década de 90, todavia, sua hiper expansão só irá se consolidar a partir de 2009, e mais precisamente pós 2015 com a consolidação do plano MATOPIBA que irá ser melhor desenvolvido nos últimos capítulos.

3 A QUESTÃO AGRÁRIA EM PERSPECTIVA CAXIENSE.

Nesse capítulo não vamos nos aprofundar nas questões que foram relatadas até os anos 80/90, apenas vai ser situado a questão caxiense para se situar no cenário geral que se encontra o contemporâneo. Para que no último capítulos analisarmos *cum granu salis*²³ as formas qualitativas do campo após 80/90 e seus sentidos frente a expansão do latifúndio.

3.1 Caxias Colonial: Esboço

Caxias na época colonial correspondia como uma das mais importantes áreas de plantation para exportação. Com forte presença algodoeira, Caxias seguia a cartilha colonial como relatado na análise maranhense.

Se focalizarmos áreas plantacionistas isoladas, encontraremos percentuais escravistas superiores. O caso mais extremo parece ter sido o da Ribeira do Itapicuru, abrangendo os distritos maranhenses de Caxias e de Frigidella, detentores da maior produção algodoeira da capitania (GORENDER, 2012 p.350)

Ou outros pontos que mostra o tamanho da economia colonial caxiense

Foi assim até o ano de 1849, quando o legislativo maranhense resolveu estimular ainda mais a iniciativa particular, autorizando um empréstimo de 25:000\$000, sem juros, a quem fizesse a navegação a vapor no rio Itapecuru, sendo Caxias o ponto terminal da linha e Rosário, Itapecuru-mirim, Coroatá e Codó portos de escala. (VIVEIROS, 1954 P.256)

Outras documentações nos mostram o investimento do imperialismo britânico na semi-colônia maranhense na região de Caxias nas vésperas da abolição.

Caxias 75 13 4,5 50 30 6 18 Dias Vieira 76 16 1 3 50 30 5 17 Nos estaleiros da Inglaterra construíam-se dois, e aqui mesmo armava-se um terceiro, na Fundição, situada ali pelas imediações da Praça Gonçalves Dias, a qual longe de ser "uma forja de ferreiro", como auguravam os detratores, era uma oficina modelo, donde saíram dezenas e dezenas de hábeis mecânicos. No primeiro semestre desse mesmo ano de 1870, o rendimento dos fretes, passagens e subvenções foi de 385:210\$000(VIVEIROS, 1954 p.259)

Pela própria fronteira latifundiária dessa época, o que desenhemos no plano maranhense se demonstra aqui: a formação do campesinato e a revolta de povos originários frente a esse avanço.

Poucos dias passados, em 27 do mesmo mês, pedia a Junta ao Presidente da Comissão que oferecesse sugestões sobre a maneira de evitar as depredações dos índios na

²³ Do latim: Com uma pitada de sal.

lavoura, conforme reclamavam os Comandantes Gerais de Itapecuru-Mirim, Caxias e Viana.(VIVEIROS, 1954 p.240)

Importante ressaltar como esses estímulos eram efetuados para inibir os posseiros, e qualquer tentativas de resistência ao latifúndio, o berço do campesinato.

Passados 3 anos, em plena Balaiada, o Coronel Luís Alves de Lima (futuro Duque de Caxias), então na Presidência da Província, reconhecendo a necessidade da navegação fluvial para jugular a revolução, pediu à Assembléia a lei n.º 91, de 7-7-1840, que dilatou o prazo do privilégio para 20 anos e autorizou um prêmio de 800\$000 mensais, enquanto durasse a rebelião, à empresa que se organizasse.(VIVEIROS, 1954 p.255)

Como pode ver pelo recorte Caxias, era na época colonial uma das mais importantes fontes de plantations das capitanias do norte, isso vai se refletir no desenrolar das outras formas econômicas, como na pós-abolição.

Na pós-abolição Caxias foi um destacamento importante para o desenvolvimento do capitalismo selvagem/burocrático no leste maranhense, tendo sido implementados os primeiros capitais ingleses para o desenvolvimento de fábricas de tecido e impulsionado o desenvolvimento de vias férreas para escoamento na capital logo na pós-abolição.

O êxito das duas primeiras fábricas de tecidos — uma na cidade de Caxias e outra em São Luís — arrastou-nos impensadamente no vórtice da aventura. Das têxteis passamos às de outros mistérios.(VIVEIROS, 1964 p.8) Caxias, o mais desenvolvido município do Estado, com três fábricas de tecidos, rendia 38 contos de réis.(VIVEIROS, 1964 p.42)

As construções de estradas e financiamentos de infraestruturas pelo capital estrangeiros marcaram essa época como a nível maranhão, também pelas dívidas das formadas e obras incompletas.

A 5 de março de 1909, reprinciaram-se os serviços da São Luís a Caxias, começando-os desta última cidade. Por conta própria, sem aprovação das instâncias superiores, os empreiteiros faziam, simultaneamente, o projeto e a locação. Sobrevindo embaraços financeiros, Proença, Echeverria & Cia. transferiram seu contrato à firma Ibirocai & Cia. Em 1911, esgotava-se o prazo de 40 meses para conclusão da estrada e não tínhamos pronto um só quilómetro, mas em compensação havia duas tabelas — uma do contrato e outra suplementar, que fôra aprovada pelo Congresso Nacional. (VIVEIROS, 1964)

Como pode ser visualizado Caxias acompanhou a forma maranhense enquanto um alicerce de sua economia semi-colonial. Prova disso é o grande êxodo que recebeu durante a consolidação do capitalismo burocrático durante a era varguista.

3.2 Caxias Capitalismo Selvagem.

Ao espelho de outras localidades Caxias perante a ditadura do estado novo recebeu amplos financiamentos para consolidação do capitalismo de tipo burocrático sendo esses a construção de rodovias, escolas e infraestruturas básicas para a manutenção do município, investimentos ingleses e apoio a fabricas de tecido e óleo babaçu (Mandifatura, Sanharó, Castro) e o Aprofundamento do capital varejista que vai ser uma das pontas de lanças do capital burocrático. Dessa forma vai se consolidar o latifúndio- o capital comercial e o capital burocrático administrativo recebendo parcelas de camponeses que sem perspectivas no campo e com a ampla violência causado pelos sistemas semi-feudais submetidos como já comentados vão ser o primeiro ciclo de alojamento na cidade.

No campo, o campesinato servil vai continuar com base no trabalho pago por meio de trabalhos na fazenda ou parcelas de matérias plantadas. O latifúndio vai se consolidar com a plantação de cana, algodão e a pecuária, geralmente coligadas com a extração de renda do camponês. Outras partes camponesas que conseguirão uma terra para plantio irão na mesma dinâmica, diferenciando que a sobra irá ser direcionada para a venda geralmente nas cidades que já irão compor essa classe semi-proletaria, proletária.

Nas décadas de 1950 e 1960 verificou-se um grande crescimento da lavoura temporária de arroz, milho, feijão e mandioca. Avanço proveniente da fertilidade das terras “disponíveis” e do processo de ocupação do território maranhense principalmente por migrantes nordestinos. (SANTOS, 2015 p.90)

Sobre a venda na cidade:

Caberia dizer ainda que os excedentes econômicos desse modelo de produção extensivo de gêneros alimentícios foram apropriados pelo usineiro, pelo comerciante e demais intermediários que em sua maioria foi investido na aquisição de terras para a pecuária bovina e especulação diante do contexto da política de integração econômica da Amazônia pelos governos militares que fizera a opção pelos “grandes projetos agropecuários” incentivando-os através de subsídios fiscais e creditícios e de programas tais como: o Plano de Integração Nacional ± PIN e Programa de Terras do Governo Federal ± PROTERRA, além de outros projetos complementares(SANTOS, 2015 p.92)

Os tensionamentos causados pela dinâmica das contradições no campo não resolvidas levaram também ao avanço dos movimentos camponeses, sindicatos, associações e movimentos sociais no geral foram predominante nos campos de Caxias que devido a esses movimentos de grilagem, êxodos e violências no campo relacionados ao latifúndio ligado ao debate nacional fizeram eclodir várias frentes camponesas em prol da reforma agrária que foi substituída pela ditadura varguista e entrava em desgaste devida a manutenção do velho

Alfredo Wagner Berno de Almeida em seu livro Autonomia e Mobilização Política dos

Camponeses no Maranhão traz isso de forma muito clara.

Em maio de 1955, na cidade de Caxias, com a presença de elevado número de 22 trabalhadores, foi fundada, em assembléia geral, a Comissão Central do Município de Caxias Pró-Reforma Agrária. Compunham a comissão efetiva, eleita na própria reunião, não apenas “trabalhadores agrícolas e lavradores”, mas, notadamente, ferroviários, estivadores e “artistas”, esta última designação compreendia artesãos, ferreiros, carpinteiros, sapateiros e pintores. A luta pela reforma agrária não se apresentava, portanto, como uma luta exclusiva dos denominados “trabalhadores agrícolas”, mas sim como uma reivindicação básica do conjunto das classes trabalhadoras (ALMEIDA, 2017 p.21-22)

Os foreiros se rebelavam pela reforma agrária e o direito a posse da terra, os camponeses que já detinham sua posse se rebelavam pelas grilagens e pelos conflitos gerados através da ampliação do grande latifúndio por sua manutenção.

Dois meses após instalada a Comissão em Caxias e terem sido feitos encontros, debatendo os problemas agrícolas, foi criada, no mesmo município, a Associação de Defesa dos Lavradores e Agricultores do 3º Distrito de Caxias. Fundada em 24 de junho de 1955 no povoado chamado Poção, a Associação teve como marco de criação uma assembléia dos lavradores do lugar, em que foi discutido como exigir das autoridades providências para a retirada do gado de suas roças. Os conflitos gerados pela devastação das roças dos “lavradores” daquele “setor” ou “distrito” pelo gado dos grandes fazendeiros vizinhos tinham se agravado. Os “lavradores” mencionados eram pequenos proprietários e foreiros e haviam feito um acordo com os fazendeiros, separando a zona de criação e pastagem da zona da lavoura. Os fazendeiros, porém, não respeitaram os termos de compromisso que haviam firmado. Na invernada, quando escasseavam as pastagens, soltaram o gado na área destinada aos plantios. Os “lavradores” passaram então a se organizar para defender os seus roçados (ALMEIDA, 2017 p 25-26)

A presença do capitalismo burocrático se percebe também no patrimonialismo presente através das instituições burocráticas que estavam a serviço do grande latifúndio e constituíam essa casta que se formava já em 1920-30 e na continuidade do coronelismo por métodos como a contratação de jagunços e assassinatos recorrentes, isso é uma marca clara tanto da consolidação como das contradições não resolvidas pelo modelo colonial, assinala Alfredo:

Passaram-se meses e a Câmara Municipal pouco ou nada resolveu. Em virtude disto os “lavradores” prepararam eles próprios, à sua “maneira”, os esquemas de defesa para evitar maiores estragados às suas roças. Confeccionaram armadilhas para inutilizar as reses que se aproximassem dos roçados; montaram um sistema de espreita e vigia valendo-se, inclusive, dos meninos e das mulheres e mantiveram-se atentos com seus facões, pataxos e espingardas de caça. (ALMEIDA, 2017 p.27)

Continuidades coronelistas:

Aumentou o nível de organização e de reconhecimento das lutas. Os grandes

proprietários, por outro lado, ameaçavam expulsar de suas terras qualquer “trabalhador agrícola e lavrador” que fizesse parte das Associações. Em Guanaré, município de Itapecuru, houve vários destes casos, conforme noticiava o Tribuna do Povo. Em Caxias foram contratados pistoleiros para perseguir os associados e desfazer as reuniões¹⁷. Os grandes proprietários e as entidades patronais preferiam os métodos de coação e violência, mantendo em ação constante bandos de jagunços (ALMEIDA, 2017 p.40)

Frente a essas dinâmicas e contradições que estavam cada vez mais questionando a relação de propriedade que se instalava no Brasil a ditadura militar interrompeu abruptamente, apoiada pelo imperialismo ianquês em qualquer forma de tentativa de reformar o modo produtivo.

3.3 Caxias: Manutenção do latifúndio; Raízes do agronegócio

Em Caxias isso foi visto com o giro autocrático para a atualização do latifúndio a perseguição primeira dos líderes camponeses e suas mortes em todos os distritos de maneira brutal.

Reconhecendo como limitadas as possibilidades de recorrer aos organismos municipais e estaduais, os líderes dos trabalhadores rurais de Caxias e da própria A.T.A.M. decidiram recorrer às autoridades federais. Instaurou-se uma perseguição sistemática e generalizada aos membros das Associações numa escala crescente de violências e arbitrariedades, que encontrarão expressão definitiva somente cinco anos depois com o golpe militar de março de 1964. (ALMEIDA, 2017 p.55)

Com o golpe de 1964 o latifúndio foi mantido através da concentração política. A grilagem, a repressão e venda de terras foram a marca dessa época no cenário caxiense. A expulsão dos camponeses vai gerar as ocupações dos atuais assentamentos caxienses (como o Caxirimbu) e sua modernização vai ser as marcas dos aprofundamentos coloniais.

Para a garantia do latifúndio a ditadura militar em Caxias vai promover a privatização das terras em total escala, a Lei Sarney de Terras vai ser o ponto alto, marcado pela Colonização Maranhense promovida através do governo federal, a Lei vai privatizar todas as terras maranhenses que vão ser adquiridas pelos antigos latifundiários comerciantes e burocratas caxienses, as pessoas expulsas dessas terras vão ou para bairros periféricos em Caxias como o Itapecuruzinho onde realizei meu primeiro PIBIC.

É nesse contexto que o governo do Maranhão, utilizando o argumento de promoção do progresso, decidiu alienar as terras devolutas deste estado. Primeiramente, elaborou a Lei de Terras, em 1964⁴³. Para operacionalizar seu propósito, o governo criou a Companhia Maranhense de Colonização, COMARCO⁴⁴, no ano de 1971. No

âmbito da retórica oficial, esta empresa surge como instrumento para atender à prioridade de distribuição e ocupação racional das terras devolutas e com o objetivo de realizar as metas fundiárias formalmente estabelecidas, que eram a execução de projetos de colonização, a ordenação das ocupações já existentes e a localização de médios e grandes empreendimentos agropecuários. (SILVA, 2006, p.97)

Ou irão para os acampamentos de ocupação, onde vão sofrer inúmeras investidas do capital para sua expulsão e extermínio, para manutenção do latifúndio e garantia do capitalismo burocrático imperialista.

Há dezenas de anos, os posseiros vêm trabalhando nesta terra que hoje o Coronel Germano pretende transformar num grande curral, administrando-a através de preposto, uma vez que reside em Fortaleza. Esse Coronel, que se vale de sua patente para intimidar trabalhadores, na defesa de seus interesses privados, teve acesso à terra de que se considera proprietário em condições, quando não, suspeitas. Trata-se de uma extensão de 8.100 hectares adquiridos em novembro de 74, pela irrisória quantia de Cr\$ 100.000,00 e hipotecados na Agência do Banco do Brasil de Caxias (Maranhão), sete meses depois, por Cr\$ 1.490.000,00. (ALMEIDA, 2017 p.)

O latifúndio em Caxias vai se dividir entre cana de açúcar e pecuária, no qual serão os bastiões do campo caxiense da modernização conservadora durante a ditadura militar, para garantir as terras dos posseiros e grila-las com o aparato do discurso do desenvolvimentismo²⁴, a pecuária vai ser o ponto alto de concentração de terras em clara continuação com a ditadura do estado novo.

a expansão da pecuária acarretou um aprofundamento generalizado da concentração da terra e de outros problemas a ele relacionados, como a redução da área plantada com arroz e mandioca (MESQUITA, 2006 p.368)

A pecuária utilizada como ativo para especulação e concentração de terras vai ser marca na política fundiária caxiense na época ditatorial, sendo o principal avanço nas fronteiras com os posseiros.

O avanço da pecuária empresarial no Maranhão como atividade econômica expressiva data de meados da década de 1960 exatamente no mesmo período que a SUDAM e SUDENE, através de incentivos creditícios induziram à formulação de grandes projetos agropecuários, tendo como principal pré-requisito para o acesso ao crédito necessariamente a propriedade da terra, o que trará implicações fundamentais ao nosso estudo. (SANTOS,)

O incentivo ao capital pela terra e subsídios estatais garantidos pelo governo brasileiro

²⁴ Discurso muito utilizado pela esfera pública com o intuito de legitimar o avanço dos agroempreendimentos com a justificativa de improdutividade das terras e um suposto vácuo. Ver mais em: ALMEIDA, A. W. B. Agroestratégias e desterritorialização – os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: Federação de Órgãos para Assistência Soc. e Educacional. O Plano IIRSA na visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica. 2009.

foram pontas de lanças para a pecuária grileira, incentivando a concentração de terra e sua especulação, o que vai dar as raízes para o cenário caxiense no séc XXI

A grilagem, que será objeto de estudo do próximo capítulo, atrelada à especulação fundiária se tornaram faces de uma mesma moeda, como afirma Arcangeli (1987), a frente de expansão da pecuária constituiu-se através da apropriação de grandes extensões territoriais pelos grandes grupos capitalistas e grileiros/especuladores. Assim sendo, a terra após passar de grileiro em grileiro passa às mãos do capital que ou a mantém improdutivo à espera de melhores oportunidades, preços de venda elevados, melhores condições de produção, ou a incorpora aos projetos agropecuários captadores de incentivos fiscais, fartamente distribuídos pelo Banco do estado do Maranhão ± BEM por intermédio da Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão ± SUDEMA e, pelas agências regionais de desenvolvimento: SUDAM e SUDENE(SANTOS

O final da ditadura militar e as décadas seguintes vão ser marcadas em Caxias pela aquisição de terra para especulação e pastagem conjuntamente com as ocupações sendo frentes de batalhas pela reforma agrária.

3.4 Caxias e o avanço do agronegócio.

No final do Séc XIX e começo do séc XX em Caxias foi possível visualizar o avanço de setores camponeses como assentados e quilombolas em busca da sobrevivência no campo, porém apesar da reforma agrária realizada nesses locais a economia camponesa na colônia tem como pressuposto manter o campesinato em miséria para dessa forma garantir a super-exploração e fragilização dos seus meios de sobrevivência.

No Séc XX pudemos vermos o agronegócio avançando no leste maranhense e chegando a Caxias através de mecanismos de compra de terras antes dos antigos latifundiários agora passando para mão de transnacionais com fazendas administradas por Gaúchos²⁵.

Os megaempreendimentos formados pelo agronegócio estavam já em avanço pela região antes ainda não ocupada por tal modelo extrativista focada apenas no latifúndio/pecuária extensiva.

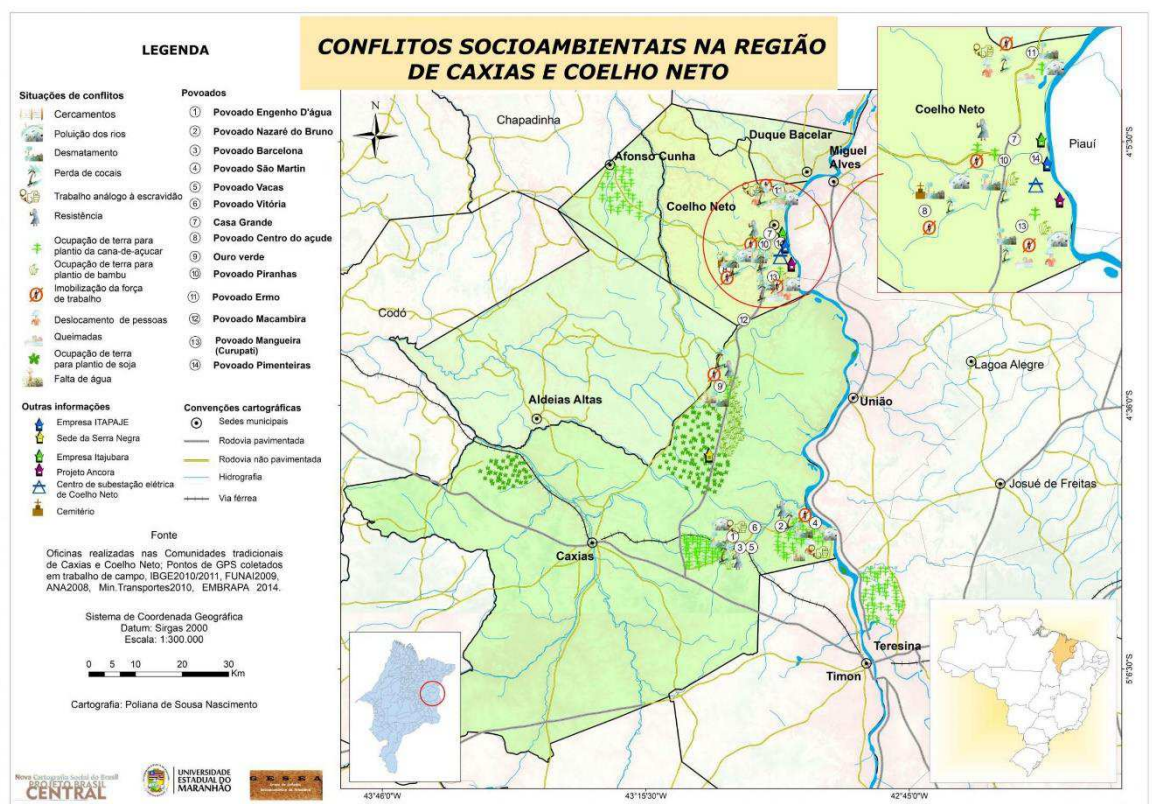
Nos municípios de Coelho Neto, Caxias e Afonso Cunha, como locus de investigação, foi indentificado o avanço do agronegócio nos últimos anos, com a presença de novas empresas e produtos, alterando significativamente a paisagem e o modo de vida de famílias que tradicionalmente ocupam e exploram os recursos naturais. (Boletim

²⁵ Forma específica de denominação pelos maranhenses dos fazendeiros que vem principalmente da região sul do país.

No relatório de 2019 podemos ver claramente que a dinâmica nacional de avanço do agronegócio em detrimento das pequenas lavouras e em consequência diversos aspectos da dinâmica campo-cidade. O desmatamento das áreas florestais e das reservas de comunidades juntamente com deslocamento compulsório como foi alvo de relato no boletim.

O resultado da expansão dos megaempreendimentos é a expulsão ou o deslocamento de famílias das localidades que serão destinadas a produção agrícola para a sede municipal ou para outras localidades mais distantes, denominadas pelos entrevistados de quebradas de morro. Segundo as famílias, essas localidades não dispõem de qualquer infraestrutura para a reprodução física e social das famílias e ocasiona na perda da autonomia no uso e controle dos recursos naturais (Boletim Informativo- Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central, 2019, p.07)

Comunidades inteiras desapareçam com o avanço das monoculturas como relatado no Boletim Informativo, isso nos ajuda a pensar as situações contemporâneas relatadas pelos *Modus Operandis* que se mantêm no avanço contra as comunidades- lembrando a dinâmica a nível nacional e estadual de causalidades da autonomia econômica alimentar debetidos antes.



Mapa Região Leste Maranhense, Cartografia Social- Boletim Informativo- 2019.

O processo devastação ocasionado pelo avanço das plantações de cana de açúcar, bambu e soja nessa região tem gerado outros níveis de problemas que alteram o

cotidinao das familias que ali vivem a cabam imobilizando a força de trabalho a ponto de não conseguirem mais se manter no teirrorio, sentindo-se obrigadas a procurarem outros locais para sobreviverem.(Boletim informativo- Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentavel no Brasil Central, 2019, p.13)

Com esses relatos e o mapa seguido pode ser visualizado os problemas de imobilização da força de tralho, deslocamento compulsório, impedindo o acesso a requisitos básicos, comprometendo a soberania alimentar desse grupo e sua autonomia, através de estratégias de ataques a região vistas no contemporâneo e nos anos de mapeamento.

Esse avanço em Caxias reflete a dinâmica de acumulação do latifúndio modernizado, através da especulação fundiária e grilagem, para acesso ao credito estatal e sua reprodução. Três marcos normativos são importantes para entendermos esses processos: Lei 13.465/2017, Lei 13.986 de 2020 e a recente lei Lei n. 12.169, de 19 de dezembro de 2023, do Estado do Maranhão.

Basicamente a lei 13.465/2017 foram os tambores do MATOPIBA pois fragilizava os mecanismos de fiscalização e de posse de terra de latifundiários e garantia que o agronegócio conseguiria aumentar suas fronteiras agrícolas nas terras de camponeses altamente fragilizados pois acelerava os títulos para essa parcela. Não atoa a partir dessa lei o processo de implementação do agronegócio em Caxias como foi mostrado pelo Boletim explode²⁶.

A lei mais recente 12.169 de 2023 do Estado do Maranhão foi um propulsor pro agro, o Estado maranhense como um estado burocrático, colonizado a partir dessas raízes já comentadas abriu as portas para o agronegócio de vez na fronteira MATOPIBA, deslegitimando terras de comunidades tradicionais e aumentando a possibilidade de posse do latifúndio exorbitantemente, isso mostra como o agronegócio é uma continuação do latifúndio colonial e necessita da acumulação de terras sem fim para capitalizar em créditos e especular²⁷.

A última 13.986 de 2020 em plena COVID, flexiona os mecanismos de posse de terra por estrangeiros, facilitando transnacionais de comprarem terras e se dividirem para garantir e auferir mais lucros/renda da terra²⁸.

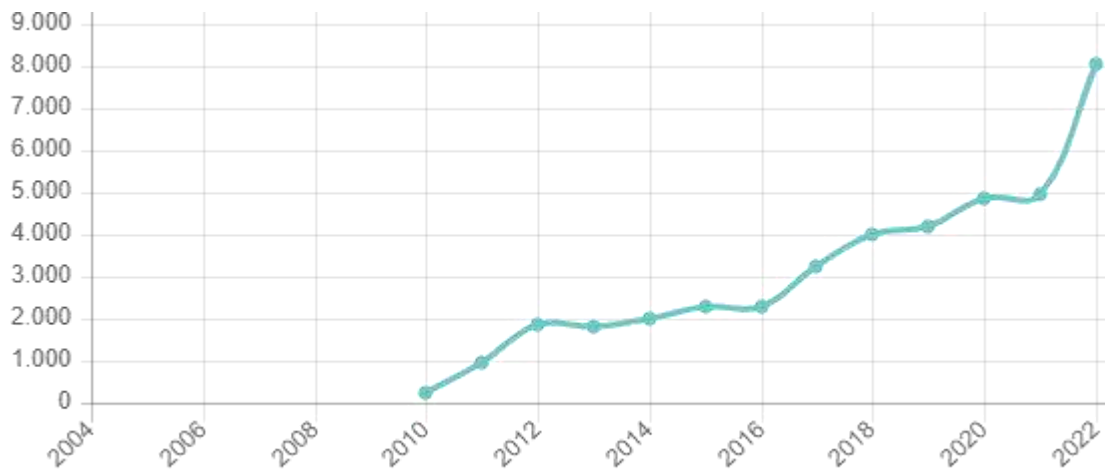
Esses marcos normativos são importantes para refletirmos sobre o verdadeiro caráter da questão agraria Caxiense/Maranhense/Brasileira, no qual a terra é ativo para latifundiários e o campesinato é jogado para uma condição de pobreza extrema caso não consiga nenhum acesso- esse que é negado e impedido como vai ser visualizado nos próximos capítulos-. Eles (As leis) demonstram de maneira indubitável a contradição do campo que perdura desde a colonização pois se trata de um capitalismo

²⁶ Ver mais em: LOPES, R. de C.; OLIVEIRA, M. R. L. de. Considerations about Law 13,465 / 2017 and the possible effects in relation to the agrarian reform policy in Brazil. Research, Society and Development, [S. l.], v. 10, n. 1, p. e14510111165, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i1.11165. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/11165>. Acesso em: 6 jun. 2024.

²⁷ Ver mais em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/12/13/bolsonaro-acelera-entrega-de-terras-da-uniao-para-grileiros-no-mt-denunciam-entidades>

²⁸ Ver mais em: <https://www.tauilchequer.com.br/pt/insights/publications/2020/04/federal-law-n-13986mp-agro>

selvagem em decadência



Crescimento dos Hectáres de soja plantados em Caxias Fonte: IBGE, Censo de 2022.

O Gráfico demonstra de forma clara as plantações de soja acometidas em Caxias nos últimos anos, percebe-se o vórtice que se forma a partir de 2016/2020 precisamente em consonância com os marcos normativos.

Importante ressaltar a crescente de hectares plantados de soja, pois através dos últimos censos fundiários podemos visualizar o crescente aumento da especulação imobiliária e da concentração de terras; o movimento do capital colonial no campo caxiense.

Segundo o IBGE o Maranhão em 2017 bateu o recorde de 0,888 no índice de Gini de concentração de terra, o período em que começa as investidas do agronegócio no MATOPIBA. Em pesquisa de 2022:

Na microrregião de Caxias, o município de Parnarama e Buriti Bravo se destacam, mais recentemente, na produção de soja. As terras de cerrado dessa região foram bastante valorizadas pela grande procura por produtores de outras regiões tradicionalmente produtoras de grãos.[...] Os preços de terra do MRT Cacaiais ano 2022, em comparação com o MRT/2020, encontram-se em trajetória ascendente, principalmente para a agricultura de grãos, devido a valorização das commodities agrícolas, especialmente nos anos de 2020 e 2021(INCRA, 2022)

Outra citação do Incra na região dos cacaiais

O MRT Cacaiais engloba municípios do Estado com maior concentração de terras sob o domínio de particulares em razão de em época recente, ter sido retalhada em grandes glebas de terras, e vendidas a várias empresas rurais do país, sob a alegação de com isso, alavancar o progresso social e econômico da região(INCRA, 2021)

Figura 9 – Valores médios do VTI/ha para as tipologias de uso existentes no 2º nível tecnológico.



Fonte: INCRA, 2021

Nesse gráfico disponibilizado pelo INCRA podemos ver a discrepância dos valores totais de imóveis por hectares do agronegócio nos cocais (incluindo Caxias) em comparação com outras agriculturas, demonstrando toda a dinâmica de valorização/especulação, aferição da máxima renda da terra capitalista.

4. O ASSENTAMENTO CAXIRIMBU.

Nesse capítulo vamos rapidamente explicar o surgimento e a consolidação do assentamento do Caxirumbu, suas dimensões e sua formação dentro da dinâmica apresentada no trabalho até agora, e comentar sobre seu avanço até a chegada da fronteira neoliberal do agronegócio essa na qual vamos em duas etapas: 1 relatar os efeitos e 2 comentar mais aprofundamento sobre as implicações.

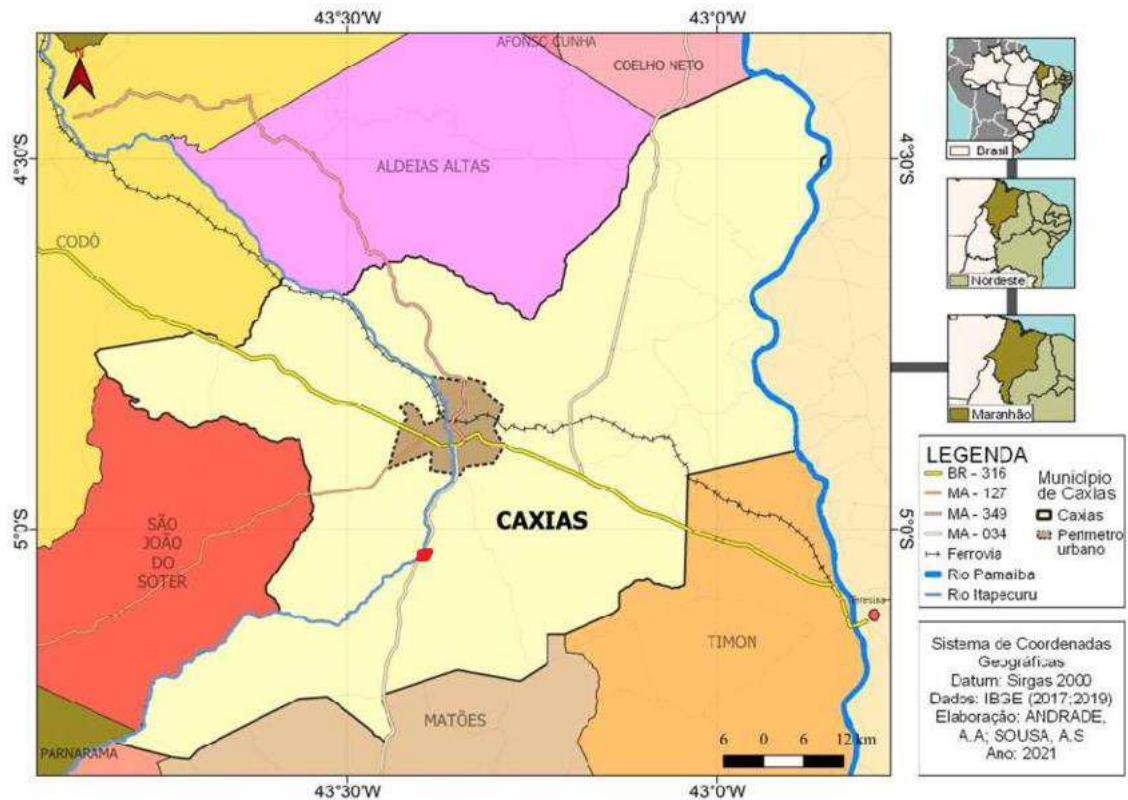
4.1 O CAXIRIMBU.

O Caxirumbu é atualmente o maior assentamento de Caxias com cerca de 3.360 km² e o maior fornecedor de alimentos do primeiro distrito Caxiense, tem uma população registrada de aproximadamente 791 pessoas e tem acesso a cidade por meio da MA-034.

Ocupa uma área de 3.360 km² e inclui parte da zona rural dos municípios de Timon, Matões, Caxias e Parnarama. O povoado Caxirumbu possui população residente de aproximadamente 791 pessoas conforme os dados DRP. Há duas rodovias vicinais, a MA-03 e a BR-226, que cortam o povoado e influenciam o fluxo comercial e industrial da região. A comunidade dispõe de uma escola estadual e duas municipais, uma Unidade Básica de Saúde (UBS), três igrejas evangélicas e uma católica, uma casa de fazer farinha e sistema de armazenamento de água. (SANTOS, ROMÉU, COSTA, SANTOS ARAUJO, CONCEIÇÃO, 2023)



Limites do Caxirumbu esboçado em cinza, é cortado pela MA-034, fonte: Google Maps.



Ponto em vermelho: Assentamento do Caxirimbu, marcação do autor Fonte:SEPLAN(2022)

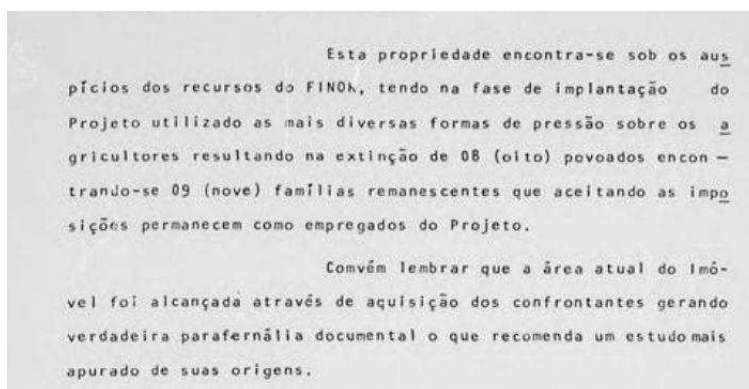
Para se explicitar determinadas características do assentamento é necessário primeiro fazer uma viagem no tempo, e entender como o Caxirimbu surgiu enquanto assentamento, dentro de toda essas dinâmicas que se afluíram na questão agrária caxiense esboçada.

Hoje onde se encontra o assentamento do Caxirimbu consistiu em uma região de presença camponesa, registros apontam para pessoas no Caxirimbu em 1940 e bem antes mesmo a presença de lavouras como vai ser representado. O Povoado Caxirimbu vai monopolizar a região pois na época do Estado Novo, quando através da modernização conservadora, aquela região onde residiam povoados como o Caxirimbu vão ser invadidos por fazendas, se tornando vários latifúndios privados reproduzindo a dinâmica de pastagem conjuntamente com a extração de renda dos camponeses que ali residiam através das suas roças-característica semi-feudal.

ocupação irão estar instaladas na época que efetuava a manutenção dessa relação camponesa.

O Período antes do golpe de 64, como foi analisado, vai ter como marca essa dinâmica latifundiária que demonstrava vários desgastes com os posseiros exigindo a reforma agrária. A ditadura empresarial-militar vai dar um duro golpe em todos esses movimentos, e o Caxirimbu incluso enquanto um movimento de posseiros vai sofrer um aumento relativo de integrações de famílias nômades expulsas de suas terras pela ditadura militar

Essas pessoas vão se reunir nos povoados de posseiros e muitas trabalhar nas fazendas que ali estavam e consolidar a ocupação, com perspectiva de sobrevivência encontraram no povoado com os desgastes do latifúndio a possibilidade de reforma agrária, porém os latifundiários que ali residiam juntamente com o Estado, em movimento contra reformista vende a fazenda para as famílias pernambucanas que assumiram no leste maranhense o papel de modernização conservadora concentração e contrarreforma.



Citação do Relatório do INCRA, Fonte: CRV Indígena arquivo nacional

É possível ver através do relatório que os moradores que residiam ali vinham de outros povoados, ex-posseiros já assediados pela ditadura militar e que a compra da fazenda conglomerou todos em um grande latifúndio agora capitaneado pela família pernambucana Lira.

O movimento de concentrar aquela porção de terra que oferecia ameaças de ser legalizadas pelos posseiros e diversos povoados que ali compunham, mesmo em fazendas no modelo semi-feudal a sobrevivência e plantio, teve sua resolução com a modernização conservadora, vendendo a terra e balançando uma ofensiva a essas parcelas.

Importante retornar a pontos ressaltados nos tópicos anteriores, como a ofensiva no período ditatorial pela colonização maranhense em prol da garantia de concentração de terras frente aos posseiros/ocupantes gerados pelo problema do latifúndio; o Caxirimbu é esse reflexo.

FAZENDA CAXIRIMBU (Incluindo a Fazenda Rio Preto)

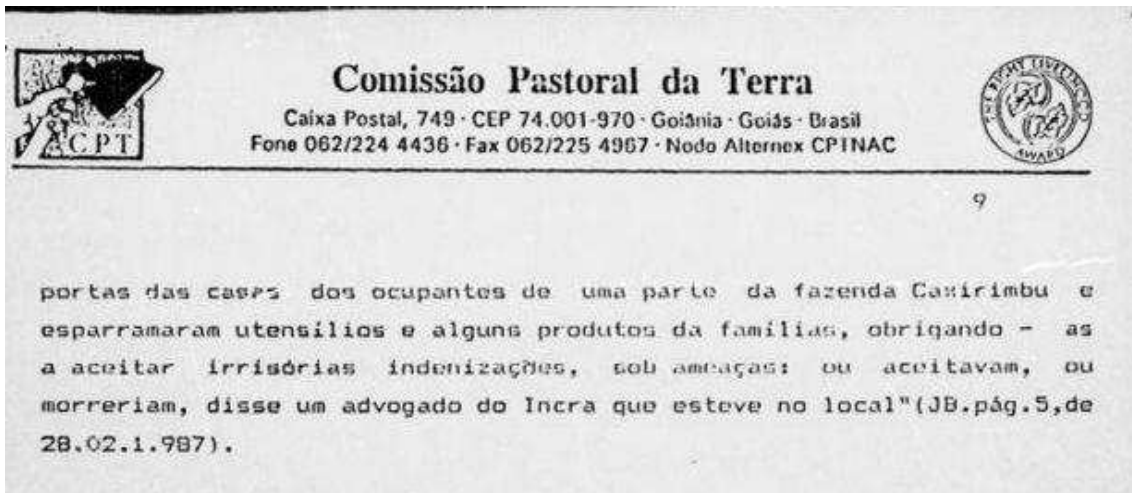
- . Localização: Caxias-Ma
- . Proprietário: Aníbal Freitas / *Eduardo / G. A. de ...*
- . Povoados existentes: Caxirumbu - Mirindiba e Rio Preto
- . Povoados extintos: Beija Flor e São Romão
- . Famílias atualmente residindo: 49
- . Famílias expulsas: 21
- . Média de idade dos chefes de família: 46 anos
- . Variação: 21 a 28 anos
- . Família Média: 06 pessoas
- . Área média cultivada: 1,78 (ha)
- . Média Ocupação: 08 anos
- . Variação: 01 a 58 anos

Relatório Confidencial Incra: Arquivo Indígena.

Nos dados antes confidenciais mas hoje tornados públicos do INCRA mostrados acima podemos visualizar alguns fatores importantes que refletem essa dinâmica latifundiária que expomos aqui: os povoados extintos e anexados no latifúndio de Anibal Freitas, as famílias expulsas com a compra e o processo de modernização conservado e a média de ocupação comparada com a variação, e a média da ocupação que sugere o processo de deslocamento compulsório causado na ditadura empresarial militar e no processo de concentração.

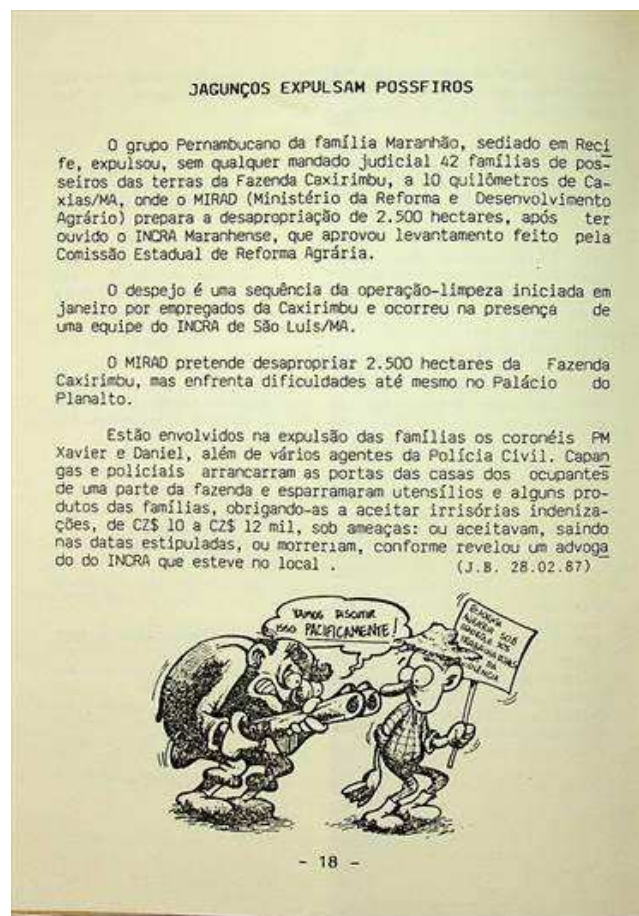
Com a venda da terra, que estava a ocupação que já contava com todos os tipos de pessoas que foram violentadas durante a ditadura e viviam em pauperização começaram a sofrer um processo de coerção através do INCRA, da Polícia, do fazendeiro e de toda a dinâmica do capitalismo burocrático brasileiro que não podia admitir o assentamento, utilizando-se da modernização conservadora e da colonização promovida pela ditadura empresarial militar.

No ano de 1.987, em Caxias, Maranhão, na localidade de São João dos Marreiros, acontece o seguinte fato noticiado pelo Jornal do Brasil, pág. 05, de 28.02.1.987: "O Grupo pernambucano da família Maranhão, sediado em Recife, expulsou 42 famílias de posseiros das terras da fazenda Caxirumbu(...) Estavam envolvidos na expulsão das famílias os coronéis da FM Xavier e Daniel e agentes da polícia civil(...) Capangas e policiais arrancaram as



Relatório CPT 1987 Fonte: Arquivo Indígena.

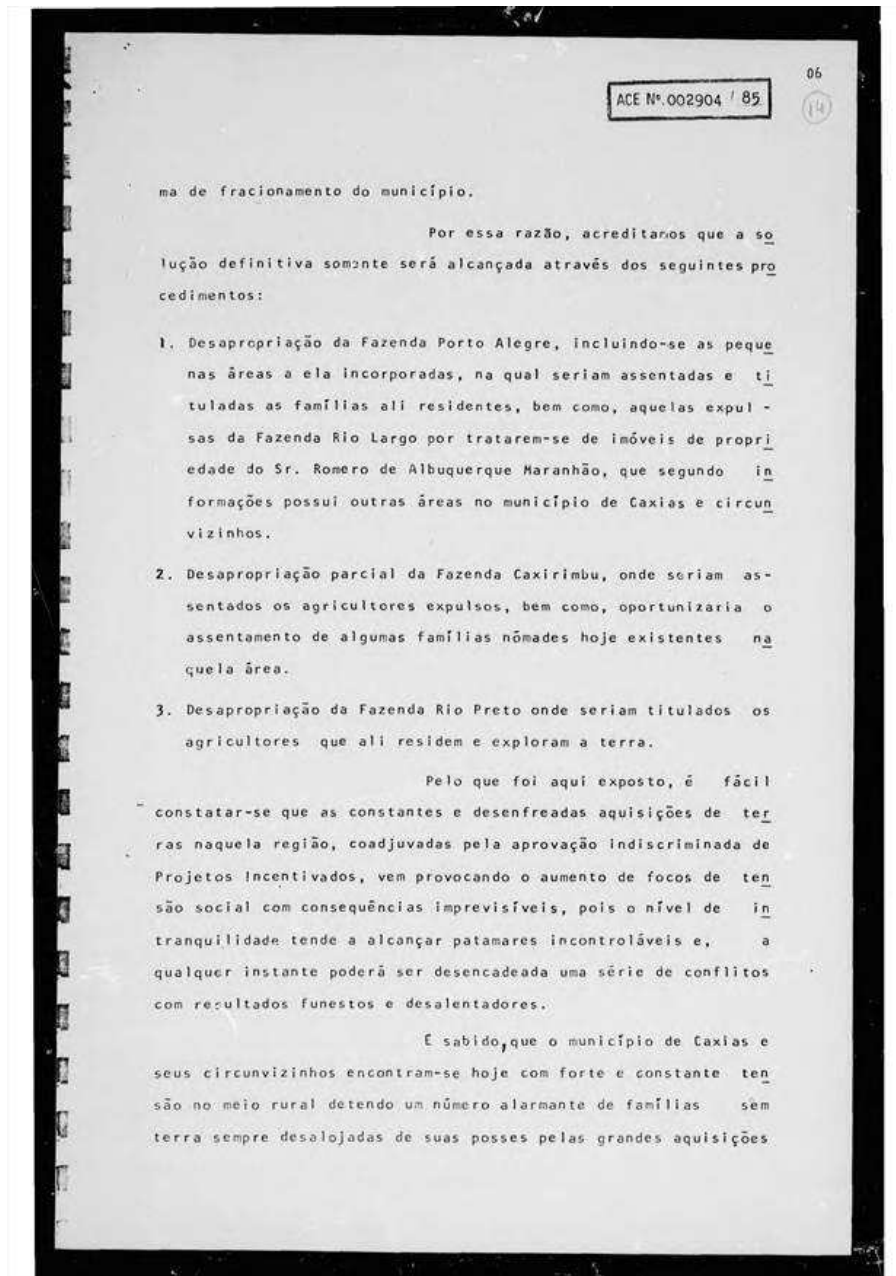
Começaram dessa forma as queimadas e as violências para despejar as famílias que se alojavam e produziam na ocupação e a luta de classe vai ter seu ponto alto com o despejo em massa iniciado em 87 que vai resultar em cárceres e incineração das residências dos posseiros, além de ameaças de morte por jagunços que através do CPT – centro pastoral de terra- vai ganhar repercussão nacional, pressionando as entidades de reforma agrária.



Boletim do GTME 1987 Fonte: Arquivo Indígena.

O processo do Caxirumbu foi um caso particular no meio de varios que ocorriam a nivel Brasil, hoje com acesso ao relatório do INCRA, é possível visualizar dois fatores importantes:

o processo de modernização conservadora para garantir a concentração de terra era sabido pelo Estado apoiado por esse e segundo os assentamentos que hoje existem foram fruto de lutas e da contradição que foi gerada pelas perseguições e desalojamentos efetuados no período bastante debatido nos tópicos acima.



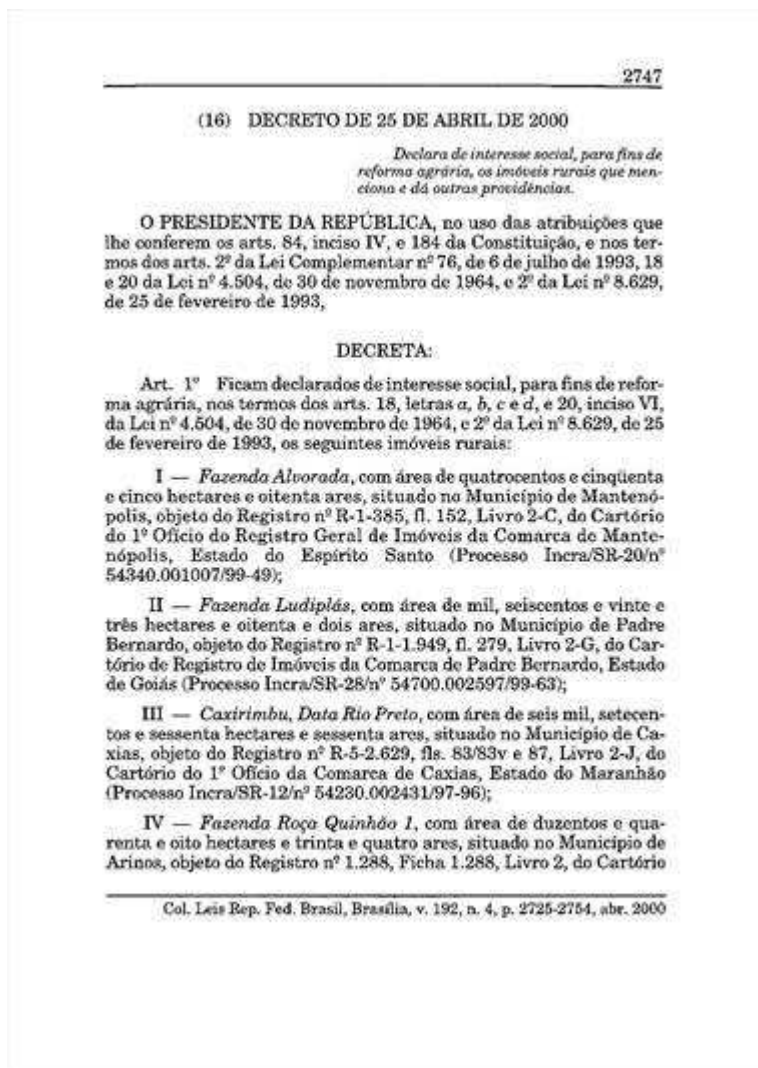
Relatório Confidencial do INCRA 1985 Fonte: Arquivo Indígena.

O INCRA relata textualmente os projetos de colonização maranhenses desesperados para garantir a concentração agrária através da modernização conservadora financiados pelo Estado. Isso vai ser reatualizado no Agronegócio como vamos verificar posteriormente.

Devido a essa situação e a pressão dos próprios camponeses vai se iniciar um processo de articulação para o que no começo simboliza uma desapropriação parcial, pelo tamanho do

movimento e a escalada de movimentos de ocupação pelo Brasil²⁹ vai acabar se tornando uma desapropriação total da Fazenda.

Nisso começa o processo de luta para a desapropriação pela ocupação e garantia da gleba. Com a constituinte de 88 e o governo de FHC garantindo a reforma para evitar a revolução agrária nessas situações o assentamento irá ser consolidado em 2000



Lei de Reforma agrária Caxirimbu 2000 Fonte: Leis Nacionais

Em 2000, com a vitória do assentamento, várias pessoas marginalizadas e sem terras, migraram para o assentamento, para conseguir mais dignidade, isso se demonstra nas inúmeras pessoas que chegaram entre 1999/2000. Isso mostra o caráter do latifúndio brasileiro e a situação que o modelo econômico impõe a esse povo, que vê na reforma agraria a sobrevivência.

Porém, mesmo com a consolidação do assentamento, surgem dificuldades perante ao modelo econômico de capitalismo no qual debatemos, a conservação de aspectos semi-coloniais-feudais a extração máxima de renda da terra vai ser notável na pauperização do

²⁹ Rio grande do Sul e Movimento sem Terras. Ver mais em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/22/mst-completa-40-anos-e-se-torna-o-movimento-popular-campones-mais-longevo-da-historia-do-brasil>

campo, que já ocorrida pela semi-feudalidade como nos relatórios citados é possível visualizar.

Com a terra foi possível as famílias terem seus plantios próprios sem necessidade do foro e a partir dos programas de incentivo a agricultura familiar se inicia tentativa de melhoria da aquisição da subsistência através da terra.

A comunidade acionou o PRONAF-Programa nacional de fortalecimento da agricultura- entre 2006-2007 com a tentativa de melhorar e investir na agricultura através de campos agrícolas e criações. Todavia, pela falta de apoio técnico como vai ser relatado nas entrevistas mais a frente, muitos não conseguiram e geraram problemas crônicos de dívidas com o programa.

A comunidade foi alcançando escolas e determinadas manutenções. A comunidade Caxirumbu teve sua classe camponesa que residia no campo se encaminhando para o campesinato semi-proletariado pela pauperização de mobilização social inversa, algo que já era relatado antes.

Ela vai se dividir em 4 Associações, com um atravessador principal um retrato muito comum das comunidades camponesas pobres e que é necessário atenção para a dificuldade de escoamento.

A partir da pandemia, devido ao intenso avanço do modelo agroexportador em Caxias, a comunidade começou a enfrentar mais problemas e mais desafios em seu Cotidiano

4.2 Agronegócio X Caxirumbu: os impactos do latifúndio

Nesse tópico o foco irá ser a exposição dos impactos do agronegócio/latifúndio desde sua chegada se estabelecendo na fronteira agrícola com a comunidade. Isso se deu por volta de 2021/2022. A fazenda se chama, segundo a neta de uma das lideranças, seu Ribamar, “Fazenda California” que já vinha avançando em Caxias a algum tempo como representante da transnacional Insolo.



Fronteira entre a comunidade e a transnacional; corta o quintal do morador. Fonte: Autor, 2024.

Após a breve exposição da trajetória do surgimento e consolidação do assentamento, agora através de pesquisas qualitativas realizadas na comunidade com Lideranças, atravessadores e agricultores, se tem como objetivo mapear os impactos da atualização do latifúndio (Agronegócio) e seu impacto na comunidade.

Efetuiremos a exposição de duas formas conjugadas, a primeira de forma corrida citando as entrevistas realizadas e pontuando os impactos sem se aprofundar ou tratar da maneira que eles necessitam, isso será realizado no último capítulo – o próximo-, a segunda forma é através de uma tabela, sintetizando o texto corrido de uma maneira que se tenha a possibilidade de acessar e ter uma visão mais gráfica dos acontecimentos.

Antes de prosseguirmos é necessário tratar dois conceitos que irão ser utilizado com muita frequência nesse capítulo e serão os pilares da composição que será formada a tabela: Impactos e Resistencia. Será logrado tratá-los a nível que se torna palpável a exposição que se segue.

Sobre a problemática do impacto o trabalho compartilha da ideia de que:

Por tudo isso, não é adequado caracterizar como "impactos" os processos sociais e territoriais da implantação de hidrelétrica; "impacto", expressão extraída da física (da parte que estuda os choques e as quantidades de movimento) tornou-se palavra meramente administrativa, prescrita para utilizar nos processos de licenciamento ambiental, mas contraproducente, e, quando se trata do conhecimento, da ciência, uma

Ou seja, o termo “impacto”, pura e simplesmente, pode muitas vezes reduzir o que se deseja caracterizar, mas para efeitos didáticos este será utilizado em duas separações: o de impacto direto e impactos indiretos.

Os impactos diretos serão aqueles causados diretamente pela presença do agro empreendimento na fronteira da comunidade. Dessa forma os impactos diretos serão aqueles relatados como os impactos que são diretamente causados pela empresa vizinha.

Os impactos indiretos serão aqueles causados pela presença do agronegócio em si na região, ou seja, um problema que a fronteira MATOPIBA trouxe para a comunidade e que a presença do agronegócio vizinho apenas o torna mais visível. Poderíamos falar de um impacto do latifúndio atualizado em seu avanço.

Enquanto resistência daremos o mesmo trato de complexidade, entendemos resistência tanto enquanto uma resistência mais “direta” coordenada e sob a forma de luta de classe enquanto uma versão cotidiana disso uma resistência cotidiana como explica James Scott:

Por todas essas razões, ocorreu-me que a ênfase sobre rebelião camponesa estava mal posta. Ao invés disso, pareceu-me muito mais importante aquilo que poderíamos chamar de formas *cotidianas* de resistência camponesa – a prosaica, mas constante, luta entre o campesinato e aqueles que procuram extrair-lhe trabalho, alimentos, impostos, rendas e juros. A maioria das formas assumidas por essa luta não chegam a ser exatamente a de uma confrontação coletiva (SCOTT, 2011, p.219)

Essas duas formas irão ser contempladas no decorrer da tabela e da exposição. O importante é a ressalva de entender o papel de cada uma enquanto uma forma de resistência própria que visa a sobrevivência e emancipação de um grupo da situação em que se encontra.

Para começar o primeiro impacto direto, provavelmente o único que foi repercutido nas mídias sociais e ganhou uma reverberação nos ciclos em que ele foi alcançado: a pulverização de veneno- agrotóxicos³⁰, que provoca impactos diretos como: morte de animais, adoecimentos, impossibilidade de plantio de horta³¹.

³⁰ Como Explica Friederich Karen e Vicente Almeida: “Agrotóxico é o termo utilizado na Constituição Federal (Brasil, 1988) e na lei federal 7.802 de 1989 (Brasil, 1989). Os agrotóxicos são definidos na legislação brasileira de 1989 como os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos. (Brasil, 1989)” utilizado em larga-escala pelo agronegócio, no seu modo produtivo reflete-o em lucratividade, ataque a outras agriculturas, e desgaste do solo. Ver mais em: FRIEDERICH, Karen; ALMEIDA, Vicente Eduardo Soares. Agrotóxico.

³¹ A lei que foi aprovada esse ano por conta desses incidentes no Caxirimbu teve repercussão nacional. Ver mais em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/05/14/maranhao-avanca-na-proibicao-de-pulverizacao-aerea-de-agrotoxicos>

A pulverização começou desde a primeira lavoura temporária de soja da fazenda, isso em 2021. Desde lá, a população lutou de diversas formas: indo até a câmara municipal até gravando as pulverizações e jogando na mídia.



Vídeo em que mostra drone jogando agrotóxico na cerca limite entre a comunidade e a monocultura, Fonte: Morador do Caxirimbu, 2024.

Tanto por avião, no qual atinge muitas casas, até por drone, a pulverização é uma das formas de impactos mais notórias na comunidade, pois temos casos de adoecimentos severos, até morte de vários animais.

Como relata uma das lideranças: dona Lindalva em várias partes da entrevista:

Tem não porque aqui quem plantava horta era eu, era ele aqui, plantava aqui atrás e meu sobrinho bem ali, plantava atrás também. Ele fica pelejando, pelejando, mas depois do veneno aí desgramou tudo. Depois do veneno ficou impossível plantar horta, né? Não tem como plantar horta. (LINDALVA GOES, 2024) É o veneno passar ali dentro da casa. Fazer o quê? Não vão negar a casa. E eles não vão parar de botar (LINDALVA GOES, 2024)

Em outra passagem sobre a descrença no processo de luta:

Mas isso aí, essa questão de reclamação sobre o produto, isso aí realmente reclama que nem calma bem. Mas não acaba isso aí, não. Não acaba porque lá no Mato Grosso ele diz que as casas é assim, a fazenda é aqui, o avião passa por cima das casas aí. (LINDALVA GOES, 2024)

A utilização de veneno como uma forma de fragilização da comunidade é notória, impossibilita a subsistência dos camponeses atingidos através de hortas e criação de animais e causa adoecimentos físicos, lembrando que boa parte dos que residem nessa região são crianças.

A pulverização é um retrato da modernização conservadora, um retrato de um passado no qual os bovinos eram soltos e comiam as plantações dos agricultores, hoje o veneno além de impossibilitar a roça, causa adoecimento, uma necessidade do capitalismo, de valorização da renda da terra em cima da concentração de terra e morte dos camponeses.

Os moradores foram até a câmara municipal e reivindicaram que parassem de borrifar os agrotóxicos no território do assentamento, depois de anos de luta, a lei que está em uma alçada de tentativas e Lobbys³² para ser derrubada foi aprovada, apesar dos limites é uma conquista e um marco para entender a situação



³² A totalidade caxiense mostra o *modus operandi* da modernização conservadora

Foto de local onde antes ficava uma horta de feijão, depois da pulverização ficou impossível o cultivo Fonte: Autor, 2024.

Outro impacto direto se trata das ameaças sofridas pela comunidade pelos Gaúchos – Fazendeiros- para utilizar a reserva legal como travessia entre as duas fazendas e o acesso a estrada. Isso surge pela tendência ao crescimento da fronteira agrícola o fazendeiro necessita cortar a comunidade para o mais rápido escoamento das commodities

Ele veio falar para gente se a gente aceitava[...]nós não aceitamos e ele não quis mais negociar, disse que ele mesmo ia resolver (LINDALVA, GOES, 2024)

Os moradores chegaram a relatar que o Gaúcho falava com eles por áudio desdenhando e menosprezando a posição dos camponeses de suas terras, algo comum frente a dinâmica analisada até agora. Isso causa um movimento de que, o Gaúcho acaba cortando a reserva sem muitos problemas pela ausência de possibilidades de resistência.

Importante ressaltar que a reserva é onde hoje se encontra o melhor solo para plantio, dessa forma esse avanço vai cada vez mais marginalizando o camponês.

Devido a substituição do que antes era um latifúndio de um burocrata que estava apenas especulando sem gado e por isso ainda mantinha a mata virgem, e a modernização desse mesmo latifúndio por uma transnacional sojeira, acaba propiciando enchentes pela ausência de capacidade da soja de retenção de água.

Isso acabou forçando os moradores do Caxirumbu a duas coisas: aqueles que tem melhores condições como aposentadoria constroem muretas para evitar a entrada de água nas casas, aqueles mais pobres, são forçados a buscar meios alternativos como cavar valas para tentar conter a água, o que provoca erosão.



Exemplo de vila que erodiu no quintal de uma casa, a cerca separa o sojeiro da residência Fonte: Autor, 2024.

Outro fator que é notável é a água, desde que o agronegócio começou a fazer fronteira com a comunidade a água piorou de qualidade, os relatos são desde a água espumando até ela sendo impossibilitada de banho.

E a água ainda tá ruim, né? Tá. Meu Deus do céu. A água a gente vai falar pro prefeito, ver se manda o SAAE, ver o que faz com a água, pra ver se melhora. Porque... Essa água, ela começou a piorar, assim mesmo, ficar muito ruim. [...]ela começou a ficar impossível.[...] Aí a água, tipo, ela sai... De cor escura. Não, sai limpinha, sai limpinha, sai da cor de queboa mesmo. Quando a gente bota a queboa, nem na água.(LINDALVA GOES, 2024).



Água para café sendo fervida, observe a espuma e a coloração escura. Fonte: Autor, 2024

A água se torna impotável o que força os moradores a comprarem água mineral ou aqueles que não tem condições ferver para tentar tirar a espuma e tomar muitas vezes diretamente da torneira. Importante lembrar que a água prejudica a saúde dos animais. É possível verificar que todos os problemas convergem para a fragilização do camponês.

Para finalizar, um impacto direto muito comum é a danificação das Estradas que vão em direção ao Caxirimbu, por conta do aumento do fluxo de caminhões as MA que chega até o Caxirimbu – MA-034 se encontra extremamente danificada, dificultando o acesso das crianças a escola e a ida dos camponeses para trabalhar na cidade tendo em perspectiva que a maioria se consiste em semi-proletariados.

Impactos diretos	Consequência	Formas de resistência	Reivindicação
Pulverização de veneno	Adoecimento dos corpos; incapacidade de produção, mortes de animais.	Tentativa de divulgar nas redes sociais para denunciar à sociedade; denúncias à prefeitura.	Que cesse a utilização de agrotóxico
Ameaça à invasão de Terra	Insegurança, medo, incertezas quanto à produção.	Evitar o rompimento da comunidade	Que tenha fiscalização sobre a reserva
Inundações	Alagamento das Residências	A partir de valas ou construções	Que o fazendeiro execute um sistema de escoamento

Contaminação da Água	Adoecimento, empobrecimento, impossibilidade de plantio, Adoecimento dos animais	Denúncias e Vídeos em redes sociais.	Que a prefeitura tome uma atitude sobre essa condição da água
Danificação da Estrada	Dificuldade de locomoção, acidentes.	Tentam cobrir	Que a prefeitura faça a manutenção da Estrada

Fonte: Levantamento e sistematização. João Marcelo C. S. De Siqueira.

Enquanto Impactos Indiretos, serão destrinchados no último capítulo, quando formos entender esse fenômeno de acordo com o modo de produção brasileiro e seu desaguar em Caxias a partir do contemporâneo.

Mas é oportuno ressaltar que todos os impactos indiretos, tal qual os impactos diretos vão acabar convergindo para a sucção da renda da terra do camponês pelo agronegócio, e o empobrecimento do agricultor como resultado; isso vai ser melhor debatido pós exposição.

O primeiro impacto indireto identificado, e que foi denunciado, é a ausência de políticas para a Agricultura Familiar, isso, enquanto um projeto, vai acabar ocasionando na ausência de crédito e acessos ao agricultor, além da impossibilidade da sobrevivência a partir apenas do seu acesso à terra.

2010 foi meu menino, ele que mora em São Luís, que é o Jová, aquele que estava lá naquele dia. E 2019 foi eu, que era presidente da associação. Só que eu encerrei o projeto antes de terminar.[...]Porque estava muito barato, os preços estavam baixos demais, não estava dando. Até que eu botava pro Ifma, né? Botava no Ifma, botava naquela casa ali, Renda Brasil, Mesa Brasil, parece que é ali perto da Playboy, botava ali também. Mas aí os preços estavam baixos demais, não estava dando. Eu falei com o superintendente, encerrei o projeto. Isso em 2019.(LINDALVA GOES, 2024)

Como relatado, é importante olhar como um desmonte, a partir de 2019, os preços ficaram tão baixos que eles não conseguiam manter a roça para a venda para o CONAB, dessa forma foram forçados a desligar.

Junto com isso a ausência de políticas públicas para agregação de valor de seus produtos é nula.

Hoje aqui não tem nenhum equipamento necessário, não temos acesso a equipamento necessário. (ANA LUCIA, 2024)Nem casa de farinha nem nada, as casas de farinhas que temos hoje são porque nos juntamos se não...(ANA LUCIA, 2024).

Isso acaba revelando outros dois processos: o de burocratização e o da ausência de

escoamento, hoje o Caxirimbu não consegue ter acesso ao PRONAF e sua única venda é para atravessadores de cooperativas que retornam muito pouco, e como vamos ver no último capítulo representa na verdade uma ausência de possibilidades.

Nós fizemos o Pronaf pra criação de caprino. Outros fizeram pra gado, outros fizeram pra porco, outros pra galinha.[...]Só que a gente não tinha aquele acompanhamento técnico, não tem? O técnico chegava aqui, a criação estava morrendo, a gente dizia, ó, tá morrendo. Ele também não sabia o que era e nós não tínhamos veterinário pra dizer, ó, bota esse remédio aqui. E assim foi morrendo, morrendo, morrendo, se acabando até quando acabou.[...]Porque a gente não tinha como pagar um veterinário e o técnico que acompanhava não sabia o que botava pros bichos tomar, o que passava. E aí foi se acabando. [...]Lá no centro, na criação de gado, muito pasto que tinha. Porque aqui era fazenda, né? Tinha muito pasto. Mas os bois morriam, um assim, outro assim, outro assim, outro assim. O técnico chegava e aí não sabia o que passava pra aplicar no animal, o que o animal tinha pra não morrer mais. Sem nenhuma ajuda. Hoje tem uns que pagou, tem outros que não pagou, ainda tá em nada de preço com o banco. Agora nós estamos com dificuldade pros outros que não fizeram fazer, porque o banco alega que tem deles que não pagou, né?[...]Agora pro pequeno, pro pequeno tem um crédito mal aplicado, né? Porque é assim. O crédito na época era 17 mil, né? O dinheiro que a pessoa pegou foi 5 mil reais pra comprar de criação. Aonde é que 5 mil paga 17? Me fala. Porque foi 17 mil, mas a maioria foi em recuperação de pasto e cerco. E eu nunca vi cerca, parei. Entendi.[...]Bem menos do que deveria foi aplicado de verdade. Foi aplicado de verdade. Aí nós ficamos até sem o dinheiro de comprar o remédio pros animais.(LINDALVA, GOES, 2024)

O primeiro PRONAF que acionaram não tiveram nenhum apoio, o que gerou muitas percas. Depois disso, eles não conseguiram acesso para a arrecadação de crédito rural para plantação; isso faz 13 anos. Isso é um processo de desmonte, o avanço do latifúndio e juntamente o desincentivo da agricultura familiar é um processo conjunto.

A burocratização entendida como a ausência de acesso dos mesmos aos mecanismos de venda e políticas públicas se refletem desde o citado PRONAF até a impossibilidade de conquista do SIN/SIF- Serviço de inspeção de qualidade federal- torna o escoamento muito difícil e essa falta de acesso revela esse processo burocrático, como revela o chefe de uma das cooperativas COOPEFARC.

Hoje um dos maiores problemas é a ausência do SIN/SIF que impede ser revendido para a maioria das empresas, nos só conseguimos vender a maioria para a prefeitura, e eles que decidem o que querem (LUDSON, 2024)

Esse vetor origina um escoamento extremamente precário. Dependem única e exclusivamente de cooperativas e não tem um retorno desejável. O Escoamento marginal força a semi-proletarização em conjunto com a ausência de políticas públicas, e o combo disso tudo

é a falta de maquinário para a possibilidade de subsistência plena.

Por último é importante pontuar a problemática da ausência de maquinário/crédito no geral os investimentos e políticas públicas adequadas que não permitem sequer o camponês conseguir a sobrevivência a partir da terra.

Até lá no centro era capim. Aí o capim também, ele puxou muita natureza da terra assim, né? Aí a gente não tem uma mecanização pra gente estar roçando toco, tá entendendo? A gente tá vendo pra ver se muda esse plantio. Porque a roça no toco dá muito mato e pouco legume, né? Ela dá muito mato. Mas a gente tá vendo aí com a secretaria, com esse povo aí, pra ver se arruma um maquinário pra gente fazer uma roça melhor. Porque a gente trabalhando mecanizada, mesmo que a condição é pouca, se a pessoa desmata um hectare, você vai trabalhar naquele hectare, né? Todo o tempo. E na roça no toco, você bota quatro linhas de roça aqui, ou dez linhas, quando dá no outono, já bota em outro lugar, né? Aquela terra ali já ficou pra trás. E aí estraga muita terra e tem pouco resultado. (LINDALVA GOES, 2024).

Essa ausência de maquinário foi a maior reclamação indireta, pois, é possível observar que a falta de investimentos impossibilita a produção e introdução desses camponeses no mercado de uma forma que eles sobrevivam com isso. Enquanto uma transnacional vizinha tem bilhões no banco, eles fazem uma roça no toco que “dá mais capim que legume” (LINDALVA GOES, 2024).

Dessa forma os efeitos indiretos do latifúndio se demonstram como o empobrecimento do campo, como sua semi-proletarização e constante retirada do seu meio de subsistência, acompanhado de um projeto de capitalismo.

Impactos indiretos	Consequência	Formas de resistência	Reivindicação
Semi-Proletarização	Trabalham para o dono da fazenda em períodos sazonais em trabalhos extremamente explorativos ou nas cidades fazendo bicos.	Tentam não necessitar do fazendeiro	Melhores condições para subsistência
Burocratização	Impossibilidade de venda, impossibilidade de acesso a mecanismos públicos.	Ações coletivas e pressões políticas	Que tenham acesso as vendas e ao crédito

Ausência de políticas para Agricultura familiar	Impossibilidade de agregar valor ao produto, falta de incentivos.	Movimentação Social e pressão sobre a câmara	Que tenham incentivos e políticas públicas voltadas para a comunidade
Falta de equipamentos para a roça	Roça no toco é inviável para a reprodução econômica do grupo	Denúncias e Vídeos em redes sociais.	Que a prefeitura tome uma atitude sobre essa condição da água
Escoamento	Dificuldade de locomoção, acidentes.	Tentam cobrir	Que a prefeitura faça a manutenção da Estrada

Fonte: Levantamento e sistematização. João Marcelo C. S. De Siqueira.

5-CAXIRIMBU: O LATIFUNDIO DA COLONIA CONTINUA.

Nesse último capítulo buscaremos analisar os impactos observados no tópico anterior à luz do entendimento do latifúndio e toda a questão agrária percorrida até agora e postergada para esse capítulo com a finalidade de entender a dinâmica inserida a partir dos anos 90/2000

5.1 Renda da Terra.

Para prosseguirmos, temos que entender o que é renda da terra, e porquê da sua importância para elucidarmos toda essa dinâmica que acontece no Caxirimbu e que está em volta do latifúndio modernizado enquanto concentração de terra.

A renda da terra, na qual é necessário explicar, é a teoria desenvolvida por economistas políticos como Adam Smith(2000), David Ricardo(1989) e Marx(2008) para explicar o movimento do capital na terra, na propriedade fundiária, ou seja, como que o dono da terra consegue lucrar por ser dono da terra.

Qualquer que seja a forma específica da renda fundiária, todos os seus tipos têm de comum: o apropriar-se da renda é a forma econômica em que se realiza a propriedade fundiária, e a renda fundiária supõe propriedade fundiária, que determinados indivíduos sejam proprietários de determinadas parcelas do globo terrestre (MARX, 2008, p. 845, grifos nossos).

O pressuposto primeiro para auferir renda da terra é a propriedade privada desta, é a acumulação primitiva que garante a manutenção de terras na mão de uma classe latifundiária. Mas especificadamente no Brasil isso aconteceu através da acumulação de terras que surge a partir da nossa colonização, as capitanias hereditárias foram embriões para o que hoje é o agronegócio, por isso falar em latifúndio modernizado não é exagero.

A renda da terra é em última instancia aquilo que no mínimo é cobrado para ser produzido na terra (MARX, 2014). O preço cobrado pelo produto agrícola capitalista é o preço cobrado do pior terreno de produção.

Mas só auferir renda da terra aquela classe que consegue retirar uma parte do capital para a renda da terra, um camponês que detém uma parcela de terra ao contrário, por pressão do mercado é obrigado a não auferir nem a renda da terra, nem o lucro, e na maioria das vezes retira a própria subsistência média salarial da produção para conseguir competir no mercado. A existência do camponês aos moldes que se encontra o latifúndio Maranhense só é possível a troca da pauperização desse. A semi-feudalidade e semi-coloniedade sobrevive sobre essa massa super explorada.

Ou seja, se a propriedade privada do solo é capitalista ou não dependerá do tipo de renda que ela proporciona ao seu proprietário. O camponês é proprietário e trabalha

na própria terra, mas também, por vezes, o arrendatário capitalista trabalha em conjunto com seus assalariados agrícolas. Portanto, não é o trabalho do proprietário o fator decisivo na caracterização do tipo de propriedade. O que escancara a condição de propriedade não capitalista do camponês é o que Marx (2008) apresentou acima: um proprietário fundiário que não aufera a renda capitalista, nem mesmo o lucro médio e as vezes nem o correspondente ao salário, não pode ser um proprietário capitalista. Mesmo que ele seja proprietário jurídico e de fato, sua fragilidade econômica, o risco que terá de perder sua terra para um grande capital ou para um latifundiário local, se assenta nesta condição de proprietário não capitalista. (MELO, 2019 p.32)

Dessa forma a pobreza do camponês é justificada em um padrão de acumulação que busca essa renda da terra e a superexploração e concentração dessa, o Brasil enquanto um país colonizado vai ter suas características desse gênero conservadas para garantir a fragilidade dessas parcelas e o domínio imperialista juntamente com os super-lucros do mercantilismo.

Se mantém a colônia enquanto um celeiro de exportação barata, mas a exportação barata é a custo de concentração fundiária e latifúndio para se ter um lucro a partir da renda de terra apropriada pela concentração de terra.

[...] É errôneo supor que, por terem colônias e países jovens em geral a possibilidade de exportar trigo a preços mais baratos, suas terras possuam necessariamente fertilidade maior. Os cereais aí são vendidos abaixo do valor, abaixo do preço de produção, isto é, abaixo do preço de produção determinado nos velhos países pela taxa média de lucro.

[...] toda a produção excedente [do USA] se configura em trigo. É o que de antemão distingue os Estados coloniais baseados no mercado mundial moderno, dos que existiram antes, especialmente os da Antiguidade. Recebem do mercado mundial produtos acabados que noutras circunstâncias [como no período antigo] eles mesmos teriam de produzir: roupas, instrumentos de trabalho etc. Só nessa base puderam os Estados do Sul da União fazer do algodão seu produto principal. A **divisão do trabalho no mercado internacional** permite-lhes tal coisa. Se, por isso, apesar da existência recente e da população relativamente escassa, apresentam produto excedente muito grande, não se deve essa ocorrência à fertilidade da terra, nem à fecundidade do trabalho, mas à **forma unilateral** deste e por conseguinte do produto excedente em que se materializa.

[...]

Em regiões menos férteis desse gênero, o excedente decorre não da fertilidade do solo, nem do rendimento por acre portanto, mas da quantidade de acres que se possa cultivar de maneira superficial, uma vez que a terra nada custa ao lavrador ou custa-lhe uma insignificância, se tomarmos por termo de comparação o que vige nos velhos países. [...] O decisivo aqui não é a

qualidade, mas a quantidade da terra.

[...]

Em países de velha agricultura, as relações de propriedade, o preço da terra inculta determinado pelo preço da cultivada etc. torna impossível essa exploração extensiva(MARX, 2008, p. 889-891, grifos nossos).

A colônia é mantida a base da quantidade de terras que se consegue cultivar, como Kautsky (1989) já explicava, a agricultura capitalista ela busca mais-valia extraordinária como regra e não como exceção.

Entender essa teoria da necessidade do latifúndio, nos explica a superestrutura que nasce dele -autocracia- que serve como concentração política para a manutenção desse modelo, que se baseia no aumento de fronteiras agrícolas e na fragilização do camponês frente a monopolização da terra.

Essa renda da terra absorvida nos países coloniais como o Brasil que faz o agroempreendimento alcançar super lucros é baseado na renda da terra em seu movimento enquanto capital no campo, dessa forma é preciso entender que a valorização da terra que acontece como verificado nos gráficos apresentados acima é resultado da potencialização da renda da terra diferencial possibilitada pelo status colonial.

A Renda diferencial basicamente é a especulação que se baseia a renda a ser extraída da terra a partir da capacidade que essa vai conseguir auferir lucro para o capitalista/proprietário. A Renda diferencia 1 é aquela conseguida através da fertilidade e do acesso do solo, proximidade com estradas, rios etc... A Renda diferencial 2 se refere aquela atingida por meio da intensificação tecnológica da produção, oque potencializa a especulação da renda da terra.

5.2 Agronegócio em Totalidade

Mas, se a renda da terra nos auxilia a entender cientificamente o movimento do capital no campo e a teoria por trás do latifúndio modernizado, o agronegócio só pode ser apreendido enquanto totalidade, ou seja, entendendo os meandros políticos que perpassa sua sustentação.

Nesse tópico vamos elucidar três questões o surgimento do agronegócio como necessidade colonial, a financeirização do agronegócio e a crescente do latifúndio e o capitalismo burocrático decadente como sustentáculo desse modelo.

Primeiro, o agronegócio ele surge como uma necessidade colonial de extração de lucros das colônias pelo imperialismo, as revoluções verdes não estouram no terceiro mundo ditatorial atoa, ela atualiza os moldes latifundiários e antipopulares para garantir a manutenção do status

colonial (HAIDCICH, ANDRADE, 2021)

As transnacionais, são a nova forma do imperialismo garantir a extração de valor colonial dos países destinados a ser seus celeiros. Em um mundo que passava pela crise do neoliberalismo³³, os países coloniais tinham que ser seus ativos financeiros e seus rentieres, a agricultura brasileira se torna isso.

Esse plano, a partir de diversas medidas provisórias, realizou uma reforma monetária, substituindo a moeda Cruzado Novo pela anterior, o Cruzeiro. Também implementou um ajuste fiscal, instituindo o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para as operações na Bolsa de Valores e na caderneta de poupança, liberou as importações e abriu o período de privatizações das empresas estatais, além de extinguir outras, como a Embrater e o Banco Nacional do Crédito Cooperativo (BNCC).(MARTINS, 2022 p.258)

Para reiteirar:

Pode-se dizer que, com o governo Collor, o Brasil iniciou sua caminhada para a adesão ao neoliberalismo e ao ciclo de acumulação por meio do capital financeiro (rentismo). Nessa passagem faz-se necessário lembrar o contexto internacional. A crise de reprodução da riqueza nos países centrais, instalada na década 1970 e agravada com as mudanças nos preços do petróleo (1973 e 1978), indicada por vários estudiosos como uma crise estrutural do capitalismo, produziu reações econômicas e políticas por parte da burguesia internacional. No plano econômico, já na década de 1970, realizaram-se diversas alterações, rompendo-se com os acordos estabelecidos em Bretton Woods (1944),⁸ tirando as amarras do capital financeiro. No plano político, governos eleitos na Inglaterra (Margareth Thatcher, 1979) e nos EUA (Ronald Reagan, 1981) promoveram as desregulamentações finais para a livre circulação do capital financeiro, acompanhado de um forte processo de retirada de direitos dos trabalhadores, flexibilizando as relações de trabalho naqueles países. Estes governos inauguraram a fase política do neoliberalismo, e estas políticas passaram a ser difundidas pelo mundo por meio das agências internacionais, como o Banco Mundial e o FMI.(MARTINS, 2022 p.261)

No governo FHC Isso se demonstra de forma muito clara, o agronegócio surge como

³³ Entendemos como neoliberalismo: "Se fossemos sintetizar de outra forma, poderíamos dizer que o neoliberalismo esteve marcado por três grandes fatores: 1) um processo de hiperfinanceirização no qual se buscou desregular um conjunto de regras financeira para oferecer soluções de créditos a velhos problemas, aumentando o endividamento das famílias e dos Estados e criando condições ainda mais arriscadas para rentabilidade capitalista 2) uma ofensiva do capital contra o mundo do trabalho, situada na reestruturação produtiva visando criar melhores condições para exploração de mais-valor em políticas fiscais e monetárias com o intuito de achatar o Estado no sentido de seus serviços públicos combinado com a desvalorização salarial e outros mecanismos para criar melhores condições para o socio metabolismo do capital e 3) como desdobramento desses fatores uma forma agressiva do imperialismo para submeter países dependentes pelas vias econômicas no contexto de restauração capitalista, partindo das experiências ditatoriais como foi a política dos Chicago Boys no Chile sob a ditadura de Pinochet para forma pragmáticas de políticas concentradas de exploração do mais-valor no Sul do mundo, com governos da chamada transição democráticas, herdeiros em muitos casos da estrutura política e policial das ditaduras militares mas com "novo rosto" (TONELO, 2021, p.82)

uma exigência dos países imperialistas para derramarem sua crise neoliberal nas costas do terceiro mundo colocando a atualização do latifúndio que permitisse o capital financeiro-especulativo no campo.

Ao adotarem políticas neoliberais, estes países ficaram reféns dos grandes especuladores internacionais (agentes financeiros como bancos, fundos de investimentos, fundos de pensão, entre outros) que, ao ingressarem nesses países para especularem nas bolsas de valores com diversos títulos (títulos das dívidas públicas dos governos, ações de empresas, títulos de commodities, moedas), ampliavam a vulnerabilidade das economias locais. (MARTINS, 2022 p.268)

O agronegócio através de Lei Kandir³⁴, de modernização do latifúndio e fragilização econômica é uma expressão da nova colonização do terceiro mundo escancaradas em formas como o fato de que a maior parte do lucro do agronegócio se dirige para o capital bancário e o capital exterior os controladores das transnacionais como a INSOLO que hoje faz fronteira com o Caxirimbu, e tal qual a colonização se baseia no avanço dessa fronteira.

A Financeirização³⁵ do agronegócio e a crescente do latifúndio são fatores extremamente importante a serem pontuados para se entender o MATOPIBA no qual vamos destrinchar melhor no prox. capítulo enquanto uma fronteira de especulação, uma fronteira de financeirização e especulação.

A financeirização se resume na separação da esfera produtiva da esfera financeira o que é um mercado o neoliberalismo, isso reflete na dinâmica de acumulação do agronegócio que se baseia em especulação de commodities na bolsa de valores e aquisição de terras para rentier-perceba que a busca por extração máxima da renda da terra está sempre presente.

Essa separação da esfera do capital produtivo com relação à esfera financeira é uma das características fundamentais do funcionamento do capitalismo contemporâneo, que por sua vez assume um significado peculiar com a crescente autonomização e hegemonia das instituições financeiras, crescentemente envolvidas com o comando da centralização e valorização dos capitais. Esse processo, marcado por uma potenciação muito maior de mobilidade e concentração do capital no conjunto da

³⁴ Lei criada em 1997 e isenta impostos de Commodities, ver mais em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp87.htm

³⁵ Entender como Financeirização: o capital fictício só é capital para seu possuidor individual, que obtém renda advinda da sua posse, e apenas temporariamente, enquanto a ciranda de valorização financeira nos mercados for capaz de se sustentar graças a correspondentes injeções de liquidez, advindas, primariamente, da produção real, de modo que o funcionamento regular dos mercados seja capaz de garantir sua conversão em dinheiro e, assim, em riqueza efetiva. Isto posto, torna-se clara a natureza fetichista e contraditória dessa figura: não sendo capital do ponto de vista social, na medida em que não há riqueza suficiente para materializá-lo de modo integral, o capital fictício só pode existir, enquanto tal, na medida em que todos ou muitos de seus possuidores não tentem convertê-lo em dinheiro ao mesmo tempo” (PARANÁ, 2016, p. 62-3). Para aumentar ganhos, há um incentivo à especulação financeira, exigindo ainda mais do que a economia consegue fornecer, ampliando a tendência capitalista à crises. Isto pois, o capital fictício necessita se ancorar em uma riqueza objetiva e produtiva para remunerar os seus juros, caso contrário, as chamadas “bolhas” se estouram, deflagrando uma crise (PARANÁ, 2016, p. 72-6).

economia é, ao mesmo tempo, campo de grande instabilidade para o investimento produtivo na economia. (DELGADO, 2012 p.46)

O agronegócio responde a especulação de commodities e a especulação fundiária quando ele atualiza o latifúndio trazendo esse para as novas necessidades do imperialismo neoliberal; Assinala Murray: “com o desenvolvimento do investimento intensivo e da renda diferencial II, há uma tendência da renda fundiária de mudar de sua forma, para lucros agrícolas e juros pagos aos bancos” (Murray, 1978, p. 29)

Ele força a especulação e circulação líquida da propriedade fundiária modernizando o latifúndio nas suas mesmas bases

A existência de um mercado independente para circulação dos títulos de propriedade e a pressão para descongelar e financiar aplicações fixas de capital, são, a meu ver, faces conexas, mas distintas da operação autônoma do capital financeiro. Por um lado, essa esfera de circulação dos títulos de propriedade guia-se por uma lógica de avaliação dos preços desses ativos, que é distinta da formação do preço de oferta dos equipamentos de capital. (DELGADO, 2012 p.47)

A modernização do campo e o aumento da renda da terra pressiona os valores e estoura a especulação, estimulando mais concentração fundiária. Como explicava Ignácio Rangel: “o preço da terra propende para o correspondente ao valor do capital (que no seio da mesma economia e coetaneamente) produza um lucro igual a sua renda (RANGEL, 1968, p.31)”. O agronegócio aumenta a renda da terra e com isso sobe o valor da terra que se insere em uma dinâmica de acumulação que na ponta se encontra a concentração e o *rentier*.

Temos que lembrar que a especulação imobiliária está no seio do processo qual elucidamos no capítulo 1 e 2 enquanto conservação do latifúndio e garantia através do capital por terra.

Não é exagero dizer que o primeiro mercado de valores a se estruturar no Brasil, nos quadros do processo de industrialização, foi, precisamente, o mercado de papéis imobiliários. A escritura de promessa de compra-venda circulava com uma intensidade que não gozavam nem as ações nem as obrigações. Mesmo agora (década de 70), quando já existe uma bolsa de valores estruturada, seu papel não se compara com o do sistema de poupança, todo ele estruturado sobre ativos imobiliários (Rangel, 1979, p. 190).

O aumento do preço das terras é um movimento do capital em crise buscando a maior taxa de valorização, como assinala Sérgio Silva:

Na verdade, trata-se de um movimento estrutural que se realiza via especulação. O preço da terra não se move por si próprio. Ele apenas reflete as condições do movimento do capital no campo, mas as possibilidades de mobilização do capital-dinheiro via sistema financeiro que esta estrutura atribui ao monopólio da terra resultam em reforço da tendência ao crescimento da renda (Silva, 1984, p. 46).

A colônia sempre foi o local de garantia do império, as novas necessidades do capital refletem isso por meio da financeirização do campo: o Agronegócio. É importante salientarmos que os movimentos que ocorreram no campo Brasil/Maranhão nos últimos anos refletem isso de maneira explícita.

Tanto as Leis já comentadas que tem como pressuposto garantir essa acumulação e a concentração de terra, como o movimento do próprio capital imperialista no capitalismo selvagem brasileiro explicam o neo-latifúndio chamado de agronegócio.

Todos esses ramos produtivos operam com base em monopólio de recursos naturais, que nas suas dotações originais independem de investimentos ou da aplicação do trabalho humano para produzi-las esses recursos, submetidos à exploração intensiva ou extensiva, derivada da demanda por commodities, produzem rendas fundiárias, que são objeto de ávida disputa no processo de apropriação da renda e da riqueza social, (DELGADO, 2012 p.127).

Isso se demonstra no fato de que as transnacionais acionistas são em sua maioria estrangeiras, a INSOLO que faz fronteira com o Caxirimbu é uma transnacional que especula terras na bolsa de valores e commodities, é o retrato da colônia, da Inglaterra que monopolizou, dos EUA que consolidaram o capital burocrático em Caxias e agora o agronegócio surge como essa expressão.

Mais próxima da verdade é, talvez, a crença racional de que as inovações tecnológicas e organizacionais introduzidas pelo capital financeiro no desenvolvimento rural vieram para ficar. Contudo, enquanto processo de acumulação capitalista, o capital financeiro é semelhante àquela máquina de destruição criadora de que nos fala Schumpeter, erodindo continuamente estruturas sociais, grupos e instituições econômicas primitivas, na busca incessante das novas fronteiras de acumulação. Esse processo de destruição e suas implicações não ficam socialmente regulados pelas instituições capitalistas que os promovem. Daí porque é fundamental que o controle social das inovações criadas pelo capital financeiro – em nível de produtos, mercados, organizações monopolistas, distribuição da renda, etc. – ocorra no âmbito das organizações da sociedade civil, guiadas por uma lógica social distinta da acumulação de capital. (DELGADO, 2012, p.70)

Esse movimento só é possível pela forma do capitalismo burocrático que se instalou na modernização por meio colonial apresentada os primeiros capítulos. Esse capitalismo burocrático que alia a classe latifundiária com o grande varejo que se transfiguram em bancos para atender a necessidade do capital financeiro³⁶ e que instala uma classe burocrática para garantir suas necessidades é o capitalismo imposto pelo imperialismo e efetuado sua manutenção pela burguesia autocrática (FERNANDES, 2021)

³⁶ Ver mais em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/bancos-trafficantes-como-familias-tradicionais-do-seculo-19-continuam-no-poder-no-brasil/>

O apoio do Estado na dinâmica do agronegócio não foi somente as sementes plantadas na Ditadura pela centralização do capital, como já visto anteriormente as reformas promovidas por Collor e posteriormente FHC são a continuidade disso. Os planos safras potencializados nos governos Lula -Inclusive agora no Lula 3³⁷- são literalmente o capital-terra do séc. XIX atualizado para os dias atuais para garantir a concentração de terra- como a que foi no séc. XIX. O Estado no capitalismo colonial selvagem ele incentiva o latifúndio.

Observe-se que, ao se reestruturar o sistema de financiamento para o setor agrícola, considerando-se a complexidade da economia rural e sua inserção no domínio do capital financeiro, promove-se, implicitamente, alterações profundas nas relações sociais de diferentes e heterogêneos grupos sociais rurais e urbanos. Nesse contexto, não se pode abstrair a presença financeira do Estado, pois é a partir dela que sua função regulatória se torna eficaz em qualquer novo sistema financeiro que venha a ser organizado (DELGADO, 2012, p.32)

O Estado acaba reforçando através da pressão pelo crédito o monopólio da terra.

Assistimos então a reprodução e ao reforçamento do monopólio da terra subordinado ao grande capital. Processo garantido: (1) pelas possibilidades de 53 reprodução da terra como parte do lucro ou como renda capitalizada, através do mercado de terras; (2) pelas possibilidades de ampliação da capacidade de acumulação (isto é, de apropriação da mais-valia, seja lucro, seja renda) por parte do proprietário-capitalista, via maior acesso ao crédito e, diretamente, pela própria valorização da terra. [...] As novidades, estão na pouca expressão da renda sob sua forma clássica, no imbricamento da renda com o lucro, no papel especial da renda capitalizada e, em última análise, pela articulação entre o monopólio da terra e o movimento do capital a nível financeiro (Silva, 1984, p. 44)

Dessa forma o crédito Estatal concedido ao agronegócio é a forma de garantia da renda de terra máxima, é sua manutenção na maneira mais pura possível revestida de potencialização de lucros para transnacionais. Eles muito mais do que expansão do agronegócio garantem a sua própria expectativa de futura acumulação.

Particularmente no caso brasileiro, compreende um enorme poder de determinação, simultaneamente, da produção e da demanda final. Em particular, as empresas integradas verticalmente na agricultura e na indústria, as cooperativas centrais de comercialização rural e os ramos agrícolas de alta integração com o comércio, desfrutam de condições privilegiadas de planejamento da produção, tendo, ao mesmo tempo, acesso privilegiado aos canais de financiamento do crédito rural em geral e do crédito favorecido para exportação. Ademais, o seu próprio poder de monopólio, combinado aos benefícios diferenciais da política agrícola conferem-lhes margens de lucratividade mais estáveis e generosas (DELGADO, 2012, p.30)

³⁷ Ver mais em: <https://www.brasildefatores.com.br/2023/07/05/plano-safra-demonstra-compromisso-do-governo-com-a-agricultura-afirma-deputado-adao-pretto>

Além do crédito o Estado burocrático através impossibilita o acesso do camponês e reforça o acesso do latifundiário como veremos no caso caxiense no ultimo subtópico. Ele acaba empobrecendo o campo e forçando a mobilização social inversa assistida na forma se semi-proletarização que é marca dos aspectos semi-feudais.

Além do impacto desarticulador sobre um grupo social expressivo, inclusive em termos de contribuição à produção, haveria um movimento muito mais agudo de desestruturação desse grupo, promovendo mobilidade social inversa e revertendo-o à escala social inferior, representada pelo grupo informe de agricultores minifundistas, com fraca contribuição econômica em termos de produção, baixíssimos rendimentos e alto nível de subemprego.(DELGADO, 2012p.32)

Isso conjugado com um Estado que opera na desarticulação do campesinato efetiva a conjuntura de acumulação colonial do agronegócio.

5.3 MATOPIBA: A Fronteira do Imperialismo Neoliberal em Caxias

há uma valorização média de 2.000% entre terras com Cerrado em 2005 e terras já abertas em 2016. Essa valorização espetacular tem atraído o interesse especulativo de investidores internacionais e fundos de pensão em busca de ganhos a qualquer custo, acelerando sobremaneira a posse irregular e o desmatamento na região[...], que pelo menos 1 milhão de hectares de terras seriam controladas por 10 maiores empresas, das quais pode-se citar: Radar (do grupo Cosan), Brookfield BR (fundo de investimento canadense), SLC Agrícola (empresa gaúcha com capital aberto na BM&F Bovespa), e Brasilagro (controlada pela grupo argentino Cresud e com capital aberto na BM&F Bovespa), Insolo (controlada pela família Ioschpe), Agrinvest (fundada em 2007 com suporte financeiro de um fundo norte-americano), Ceagro (controlada pelo grupo argentino Los Grobo), Tiba Agro (controlada pela gestora de investimentos Vision Brazil Investments), Agrifirma (fundo de investimento criado em 2008), XinguAgri (subsidiária da trading Multigrain, controlada pelo grupo japonês Mitsui), Calyx Agro Brasil (empresa de investimentos em terras controlada pela trading Louis Dreyfus Commodities e AIG Investments), Sollus Capital (empresa de investimentos em terras controlada Vinci Partners, Touradji Capital Management e Grupo Los Grobo).(WWF, 2017)

Essa citação expressa abertamente o aumento da valorização das terras no Maranhão, que expressei gráficos acima no leste maranhense. Esse aumento agora com o aporte teórico sobre o agronegócio enquanto financeirização do campo nos permite entender que o MATOPIBA além de uma nova fronteira agrícola do agronegócio é a sua forma mais selvagem em busca de acumulação de terras especulativas frente a própria crise neoliberal.

Não atoa o crescimento do agronegócio no maranhão é ligado a Crise de 2008 e a crise Neoliberal que se intensifica a partir de 2016 refletidas nos capítulos acima no contexto de

flexibilização de leis fundiárias. O capitalismo imperial quando entra em crise traz para a colônia suas formas mais barbaras, e a terra brasileira, que sempre foi alvo da colonização estrangeiras, seja no mercantilismo, seja na agroexportação que são continuidades agora se torna o ativo financeiro que é almejado pelo capital imperial visando garantir o lucro médio em seus países.

por essa chave, portanto, que a análise de K. Marx permite compreender a contínua centralização do capital e a monopolização em diversas esferas produtivas e do mercado como “guerra” pelas massas de lucro, face à tendência imanente de queda da taxa de lucro. "Essa formulação permite dar fundamentação teórica nova ao quadro de um regime alimentar corporativo e policêntrico (MCMICHAEL, 2014), ou de agigantamento dos conglomerados que agem na agricultura (BOECHAT, 2015) incluindo em suas práticas novas modalidades de land grabbing" Adnan (2013) argumenta que quando as classes não capitalistas já detém a propriedade da terras - camponeses, indígenas e demais – os capitalistas que desejam aquela terra devem necessariamente estabelecer o seu direito sobre as tais por qualquer meio que seja viável. Isso levanta novamente a questão da transferência involuntária da terra através dos métodos utilizados pela coerção extra-econômica, ou seja, mecanismos não mercantis, deve ser ou não uma característica que define a acumulação por despossessão(PEREIRA, 2015)

Dessa forma o agronegócio encontra no MATOPIBA sua predação especulativa fundiária, visando o tensionamento da concentração de terra. Não à toa, os últimos censos fundiários demonstram o aumento da concentração de terra Maranhense/Caxiense³⁸.

Observa-se na região do MATOPIBA o processo atribuído em Frederico (2013 e 2015) como difusão da expansão da fronteira agrícola moderna com a incorporação de áreas para agricultura intensiva em capital e tecnologia, em substituição à vegetação original, as áreas de pastagens e as formas tradicionais de agricultura praticas por pequenos agricultores (FREDERICO, 2013). Todavia, acrescentamos nessa formulação de Frederico (2013) a questão do controle de terras por capital estrangeiro a essa dinâmica da expansão da fronteira agrícola moderna, sendo uma fronteira de expansão da estrangeirização de terras no Brasil como apontado por Pereira e Pauli (2016) (PEREIRA, 2024).

O Estado Burocrático garante essa manutenção, a autocracia burguesa é provada no congresso de todas as formas possíveis, o plano MATOPIBA é uma NEO-SUDENE, é uma nova forma de colonização para garantia do lucro do capital estrangeiro frente ao latifúndio colonial.

O MATOPIBA foi oficializado com 73.173.485 hectares, sendo 23.982.346 hectares (33%) do Maranhão, 27.772.052 hectares (38%) do Tocantins, 8.204.588 hectares (11%) do Piauí e 13.214.499 hectares (18%) da Bahia, abrangendo 337 municípios.

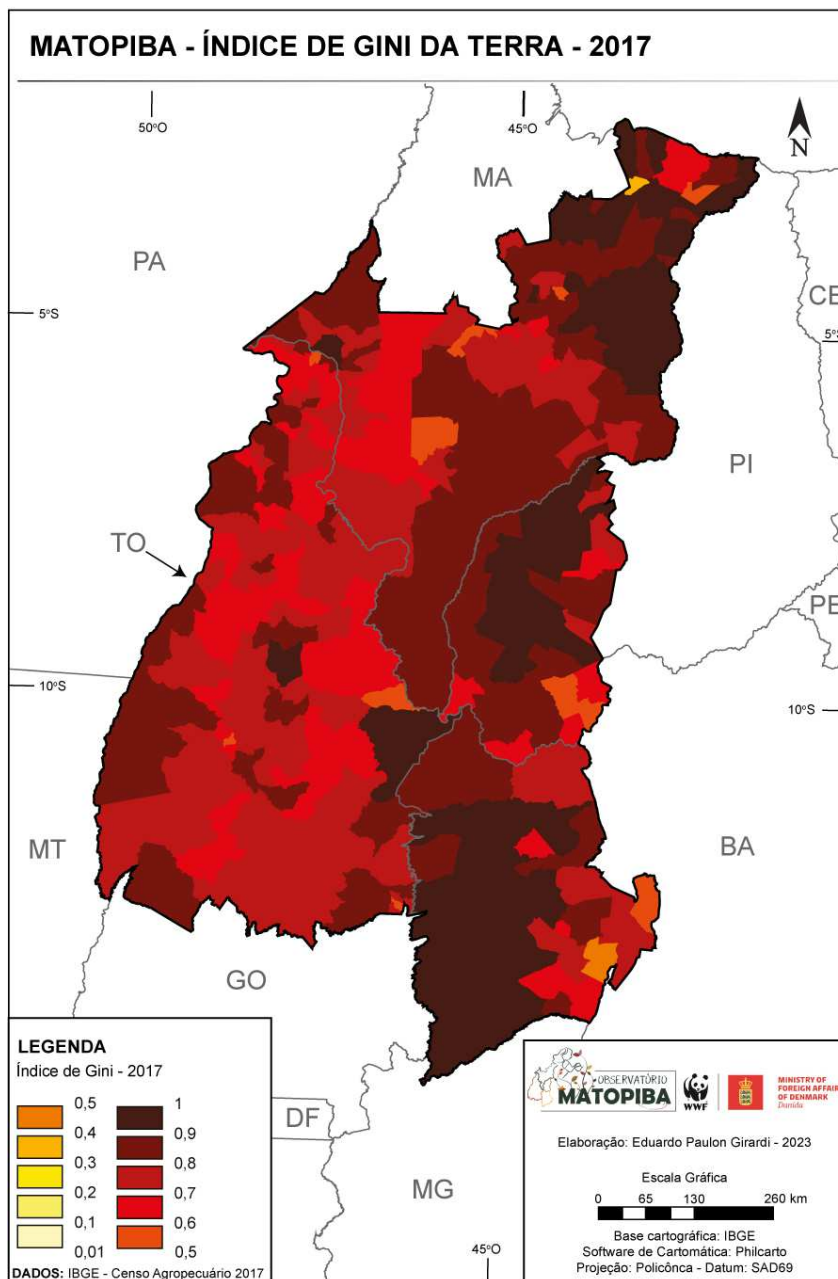
³⁸ Ver mais em: https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/02_00_Texto.pdf

O MATOPIBA não é composto por terras marginais, como é abordado pelo discurso do Banco Mundial (2011), mas sim por diferentes territórios e territorialidades camponesas, quilombolas, indígenas e por dezenas de outras comunidades tradicionais que além de lutar pela terra em relação a ofensiva do capital, especialmente financeiro e especulativo, lutam pela preservação dos recursos, lutam por seus territórios de vida. " Contudo, em 2015, a regionalização é institucionalizada, através do Decreto Presidencial n. 8.447, de 06 de maio de 2015, que dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agrícola do MATOPIBA e a criação de seu comitê gestor (PEREIRA, 2024).

Tudo isso é sustentado pelo já comentado discurso agro estrategista, um conceito utilizado por Alfredo Wagner de Almeida (2009) enquanto Conjunto de discursos, ações, mecanismos articulados para incorporar novas terras ao agronegócio. O conceito de agro estratégias se torna fundamental para se entender em um conjunto todas as configurações utilizadas pela classe dominante para acumulação/espoliação de terras.

Consideramos como desterritorialização conjunto de medidas agro estratégias que sido adotadas pelos interesses empresarias vinculados ao agronegócio para incorporar novas terras ao seu empreendimento(...) liberando tanto de fatores jurídicos como de fatores étnico-raciais" (ALMEIDA, 2009 p.141)" uma imagem hiperbolizada do Brasil e de seu potencial agrícola. De acordo com esta formulação, no Brasil, a terra seria um bem ilimitado e permanentemente disponível" (ALMEIDA, 2009, p. 68).

O MATOPIBA é a colonização moderna do cerrado por transnacionais visando o lucro e o valor do seu capital financeiro a todo custo, não atoa todas as fazendas agroexportadoras possuem sociedade com capital financeiro internacional, é a prova mais cabal da continuidade da colonização.



INDICE GINI TERRAS MATOPIBA 2017 fonte: Observatorio MATOPIBA

Observe que por onde o MATOPIBA avança se conserva a estrutura latifundiária ou se amplia pela natureza da sua dinamica.

5.4 Caxirimbu: A Conservação da Colônia.

Até aqui, foi executado um mapeamento da questão agrária e do Caxirimbu, nesse tópico pretendemos com embasamento dos argumentos apresentados e outros adicionais apresentar a tese de que: o que hoje ocorre no Caxirimbu é o neocolonialismo, a semi-feudalidade e o imperialismo de um capitalismo selvagem decadente. Conservando os mecanismos de dominação colonial/ditatorial até os dias atuais

A exposição será executada de uma forma que através dos impactos diretos e indiretos conseguimos relacionar com a dinâmica de acumulação do agronegócio enquanto continuidade colonial e consequências da acumulação e centralização de terra pelo latifúndio.

A questão do Veneno- agrotóxico-reflete toda uma dinâmica: ele surge da dependência, impede a soberania, se torna uma necessidade da agroexportação para maximização do lucro e da renda da terra e funciona como negação a agricultura camponesa; o que antes era pecuária extensiva que atacava as plantações, e desgaste do solo por monocultura, hoje é veneno que impede uma produção.

O agrotóxico responde ao modo de capitalismo burocrático semi-colonial da seguinte forma, primeiro ele é uma fonte de lucros para as burguesias europeias, a revolução verde fez questão de manter as dependências industriais e químicas do campo à mercê do império. Hoje o Brasil é um dos maiores importadores de agrotóxicos, no quais veem da Europa. Relatórios recentes revelam como as empresas de agrotóxicos europeias efetuam lobbys na política brasileira- capitalismo burocrático- para permitir sua utilização e auferir o máximo de lucro.

O agrotóxico que eles não utilizam em solo europeu exportam para os países colonizados com função de se construir essa dependência desse mercado, adoecendo a colônia e garantido sua taxa de lucro em cima dessa.

Empresas europeias, como a Bayer/Monsanto e a BASF, que estão liderando os fabricantes europeus de agrotóxicos, têm promovido o acordo comercial UE-Mercosul através de grupos de lobby. Esse lobby tem buscado aumentar o acesso ao mercado para alguns de seus agrotóxicos mais danosos ao unir forças com associações brasileiras do agronegócio. Fazendo isso, eles têm apoiado uma agenda legislativa que procura minar direitos indígenas, remover proteções ambientais e legitimar o desmatamento. (BOMBARDI, CHANGOE, 2022 p.03)

No relatório acima realizado em 2021/2022 é possível constatar a pressão imperialista para impor o uso do agrotóxico, a partir da interferência direta do Estados europeus e lobbys para a liberalização e intensificação da importação. Isso coligado com um modelo de produção capitalista selvagem que conserva latifúndio, acaba sendo um prato cheio para auferir superlucros a partir da renda da terra.

Isso impede a soberania nacional, mantém essa dinâmica, atualiza o latifúndio e junto com esse tal qual os outros violenta a produção camponesa de maneira direta. A produção camponesa, que não se utiliza dos venenos da monocultura é amplamente prejudicada pelos agrotóxicos que devido a desregularização que junto com a concentração de terra entendida pela dinâmica apresentada o que faz as comunidades serem cercadas pelo latifúndio modernizado submete essas ao convívio com o veneno; a exemplo o Caxirimbu que seus lençóis freáticos e suas plantações foram impossibilitadas.

A própria forma do latifúndio modernizado através do agrotóxico ela mata a possibilidade de outras formas produtivas vizinhas, é uma imposição que a luz do Caxirimbu conseguimos ver isso claramente com o que foi apresentado no tópico sobre impactos.

Com isso o debate da água não se torna menos importante. A água enquanto mercadoria na dinâmica apresentada favorece o agroexportador que controlando o Estado (quem detém boa parte do monopólio da água) e monopolizando a terra consegue monopolizar a água.

A partir da contaminação da água com agrotóxicos e a ampla utilização da água para irrigação de grandes latifúndios³⁹ o agronegócio consegue prejudicar o pequeno camponês pelo seu monopólio o impedido de ter a água para subsistência de maneira plena. E a partir do monopólio do Estado consegue privilégios que o pequeno agricultor não detém.

O que explica o preço da água, portanto, é que além do lucro médio que o Estado recebe como aquele que investe o capital, o monopólio estatal da água proporciona-lhe uma renda absoluta. E apesar de ser um capital de composição inferior, ele consegue vender a mercadoria água por um preço de mercado acima do preço de produção. Essa diferença entre os preços é paga pelos consumidores, agrícolas, industriais ou domésticos, constitui a renda absoluta do Estado proporcionado pelo monopólio estatal da água. Como vivemos numa sociedade de classes, esse Estado não cobrará de todos da mesma maneira. Por isso, a água consumida pelos vinhedos do Vale do Rio São Francisco, ou pelos latifundiários produtores de soja do Oeste baiano²⁹ que fazem irrigação através de pivôs centrais, proporcionalmente custam muito menos do que aos consumidores domésticos. Economicamente, isso significa que os consumidores domésticos pagam renda absoluta ao Estado. O latifúndio quando paga menos pela água, na verdade, auferir a renda absoluta que seria apropriada pelo Estado, mas agora passa a compor seu lucro global.(MELO, 2019 p. 116-117)

Dessa forma o próprio Estado garante esse lucro ao latifúndio e em contrapartida negligencia o campesinato. Isso acrescido da contaminação efetuada pelos agrotóxicos no cerrado⁴⁰ fazem da água refletir a essa dinâmica de dominação.

O problema do acesso ao crédito e de investimentos reflete um projeto para o campo, o projeto do latifúndio modernizado em busca de acumulação de terras. Enquanto a comunidade do Caxirimbu, não consegue receber créditos para ampliar a produção, o que acomete seu empobrecimento pela falta de investimentos e sua sobrevivência, sendo um dos fatores para sua semi-proletarização, o agronegócio recebe todo o abono estatal

³⁹ Ver mais em: <https://mst.org.br/2014/04/07/agronegocio-concentra-consumo-e-utiliza-70-da-agua/>

⁴⁰ Ver mais em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/07/09/cerca-de-600-milhoes-de-litros-de-agrotoxicos-sao-lancados-no-cerrado-por-ano-diz-pesquisa>

como demonstrado.

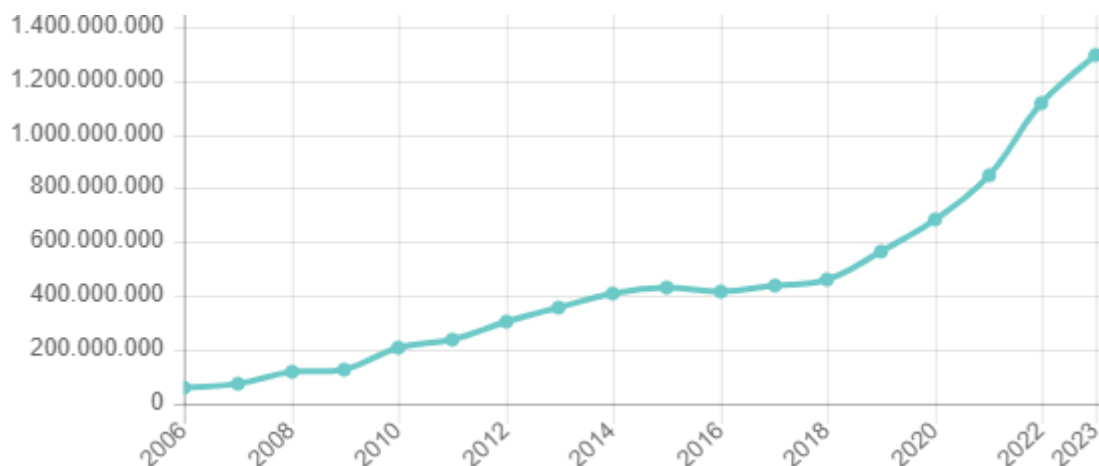


Gráfico de operações de crédito no município de Caxias. Fonte: IBGE, 2022.

A partir do gráfico podemos verificar algo: *pari passu*⁴¹ a ampliação do agronegócio em Caxias, as operações de créditos triplicam. Dessa forma podemos constatar que enquanto a agricultura familiar não consegue ter acesso ao PRONAF com dificuldades burocráticas, o agronegócio recebe um estímulo assustador. Isso mostra a ameaça da renda frente a produção camponesa.

A continuação do capital-terra dos tempos coloniais, que garantiram e garantem a concentração do latifúndio se mantem pelas formas de incentivos de capital/credito rural ao grande agronegócio sempre em consonância com os bancos privados que são a ponta do capital financeiro tal qual eram os bancos ingleses no maranhão se demonstra hoje os bancos privados.

O único acesso dos camponeses são a no máximo microcréditos como o Agroamigo⁴² que apesar de ajudar na manutenção da sobrevivência, serve apenas para isso, garantem algum mínimo para o agricultor não ir diretamente a cidade. A maioria se encontra financiado pelo microcrédito demonstrando a tamanha necessidade e a falta de acesso a créditos de incentivo a agricultura familiar que garantam a subsistência pela terra.

Isso é um dos fatores que contribuem para a mobilização social inversa, um nome longo para empobrecimento da classe camponesa, que se inicia na semi-proletarização e a leva para a massa marginal.

Além do impacto desarticulador sobre um grupo social expressivo, inclusive em termos de contribuição à produção, haveria um movimento muito mais agudo de desestruturação desse grupo, promovendo mobilidade social inversa e revertendo-o à

⁴¹ Tradução Livre: Em passo, em conjunto, ao mesmo passo.

⁴² Programa de micro-crédito do BNB-Banco do Nordeste. Ver mais em: <https://www.bnb.gov.br/agroamigo/sobre>

escala social inferior, representada pelo grupo informe de agricultores minifundistas, com fraca contribuição econômica em termos de produção, baixíssimos rendimentos e alto nível de subemprego.(DELGADO, 2012 p.31)

A ausência de escoamento tal qual o crédito é um reflexo de um projeto que não beneficia a produção camponesa. A limitação do escoamento através apenas de atravessadores como cooperativas, demonstram apenas a ausência de outras possibilidades. O escoamento é uma necessidade para se produzir, a garantia da venda de seu produto.

Como conseguimos verificar o camponês somente sobrevive se vender o produto abaixo do preço que equivaleria a seu próprio salário, a falta de escoamento e a presença desses a partir de monopólios comerciais como grandes varejistas que buscam a máxima extração de lucro participando dessa autocracia burguesa coloca o campones em um entrave de venda.

O PNAE⁴³ e o PAA representam uma sobrevivência, um respiro para essas parcelas. A importância do PNAE é a importância da manutenção do camponês em sua terra com a garantia de escoamento a um preço mais justo.

Tanto que a partir de 2018 com o desmonte desses aparelhos como fim para maior fragilização da parcela camponesa para colonização de suas terras os camponeses assentados demonstraram grandes dificuldades de se manter em seu solo, aumentado sua fragilização como foi relatado no caso Caxirimbu.

Isso acaba refletindo um capital monopolista que concentra terra e monopoliza o grande varejo e sempre tentando extrair ao máximo do camponês. A análise política do escoamento revela que por conta da forma colonial e semi-feudalidade o campesinato é extraída até a última gota.

No segundo exemplo de expansão do capitalismo na agricultura, ocorre a monopolização do território pelo capital monopolista. Neste caso, o capital monopoliza o território sem se territorializar o que dá a possibilidade de criação, recriação e redefinição de relações não-capitalistas de produção – camponesa. “Abre espaço para que a economia camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social” (p. 42). Portanto, se na territorialização do capital a lógica especificamente capitalista se instala na agricultura, ou seja, a reprodução ampliada do capital, na monopolização do território, não. O próprio capital cria as condições para que os camponeses forneçam matéria-prima para as indústrias capitalistas, ou mesmo viabilizem o consumo dos bens industrializados no campo [...] Isso revela que o capital sujeitou a renda da terra gerada pelos camponeses à sua lógica, ou seja, se está diante da metamorfose da renda da terra em capital. Revela-se, portanto, que tem-

⁴³ Programa Nacional de Alimentação Escolar. Ver mais em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produitiva-rural/paa/paa-ci/pnae/pnae#:~:text=O%20PNAE%20tem%20car%C3%A1ter%20suplementar,ano%20anterior%20ao%20do%20atendimento>

se à frente o capital, que nunca deriva de relações especificamente capitalistas. (OLIVEIRA, 2012 p. 42).

Sem contar os processos de burocratização como o SIN E SIF⁴⁴ que impossibilitam a venda e limitam ainda mais o acesso mesmo que por atravessadores dos pequenos agricultores em sua maioria como no caso do Carximbu.

A burocratização estatal garante que os camponeses fiquem à mercê da política municipal que pelo seu empobrecimento faz através de uma dinâmica quase coronelística o contrato para mantê-los nessa condição. O município no caso Caxirimbu reflete a dinâmica do coronel mantendo os assentados que devido a toda a dinâmica e fragilização são forçados a cooptação.

O problema da roça no toco reflete em sua totalidade o problema da concentração de terra, do latifúndio que não se interessa no acesso do camponês a sobrevivência e ao meios mínimos de renda.

A ausência de maquinário, campo agrícola etc... é parte de um projeto que não se sustenta financiando a agricultura familiar, pois se baseia ao contrário, no empobrecimento dessa a partir de super-lucros- uma continuação da semi-feudalidade- o domínio da terra é garantido pela ausência de acesso do camponês.

O latifúndio que o cerca é uma transnacional, com foco no capital financeiro exterior e na arrecadação máxima da renda da terra, é a atualização do latifúndio, da plantation.

O Grupo InSolo Agroindustrial (fundado em 2008) negocia com soja no Maranhão, Piauí e Tocantins (OLIVEIRA, 2016) e possui terras na Chapada Até Que Enfim, com fazendas próximas às da Radar e da SLC Agrícola/LandCo, em uma área toda rodeada por fazendas com processos de cancelamento de títulos de propriedade pela Vara Agrária do Piauí, por suspeita de origem ilegal (Processo n.º 0000759-98.2016.8.18.0042 de 5 de julho de 2016 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ).. O Grupo InSolo Agroindustrial recebe recursos da Universidade de Harvard por meio de um veículo financeiro criado no Brasil—IPA Investimentos e Participações Agrícolas Ltda. (PEREIRA e PAULI, 2016, p. 9). Pereira e Pauli (2016) explicam que 95% do capital da InSolo Agroindustrial pertence ao fundo da Universidade de Harvard (Harvard Endowment Fund). Em setembro de 2016, o brasileiro Colin Butterfield foi contratado como diretor executivo para recursos naturais deste fundo e é responsável por investimentos em participações agrícolas. Anteriormente foi diretor-executivo da Radar S/A(REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 2018).

O grupo INSOLO é mais uma transnacional que fragiliza o campo e a econômica

maranhense tal qual o mercantilismo e tal qual as imposições semicoloniais e perpetuadores da semi-feudalidade, garantindo a extração de valor da colônia.

A concentração e grilagem são marcas desse grupo que faz parte de sociedades de capital estrangeiro⁴⁵. O que foi relatado aqui é um padrão de acumulação, a poluição a contaminação que visa a concentração venda e especulação.

Sendo dessa forma acredito ser possível pontuar que a tese do latifúndio que visa a concentração de terra e que surge na nossa colonização e vai efetuando sua manutenção a semicolônia, depois capitalismo burocrático e por último sua decadência até os dias atuais consegue dar algumas bases para a devido entendimento do processo que se passa no Caxirimbu enquanto uma contradição do próprio modo de produção em continuidade decadente.

⁴⁵ Ver mais em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/12/grilagem-financiada-pela-universidade-de-harvard-afeta-vida-de-comunidades-locais>

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentamos primeiro trabalhar as ferramentas analíticas necessárias para se pensar a questão agrária no Maranhão: Modo de produção. Com isso, buscamos elucidar quais foram as genes das classes e das formas produtivas que permeiam o campo e como elas foram se desenrolando em um contexto maranhense. Através disso, foi possível constatar o Maranhão enquanto um Estado que nasce no seio do escravismo mercantilista e vai tendo seu latifúndio e sistema de exportação alinhado com o campesinato servil, cada vez mais se mantendo por concentrações políticas. A partir dessas bases se forma a burguesia comercial, que vai ser um vetor da semi-colônia maranhense e do Maranhão com capitalismo burocrático.

Quando visualizamos esse cenário em Caxias, percebemos essa mesma dinâmica, com a classe latifundiária sendo muitas vezes a classe varejista comercial e efetuando a dominação por meio da concentração política, garantida através da modernização conservadora do Estado brasileiro. Através desse mapeamento de Caxias e do Maranhão, constatamos uma continuidade do latifúndio através de outros moldes, todavia conservando a concentração de terra, seu acúmulo como resposta ao capital e à serventia colonial, ou seja, um modo de produção de capitalismo selvagem colonial em decadência, mantido pelo imperialismo e pela burguesia autocrática.

Dentro dessas bases, podemos partir para o Caxirimbu, que representa uma expressão das contradições da modernização conservadora, que conservando o latifúndio, efetua uma ofensiva contra os camponeses que já tinham migrado para aquela região após outros assédios e resistem buscando sobrevivência. Dessa forma, o Caxirimbu se demonstra enquanto uma ocupação resultante da contradição surgida a partir da modernização conservadora efetuada no período militar que pressionou os camponeses ao máximo, buscando resolver a reforma agrária pela via conservadora.

Com isso, o Caxirimbu ganha notoriedade devido ao Centro Pastoral de Terra e outras entidades que noticiam os abusos sofridos pelos posseiros, o que pressiona o poder público e efetua a Reforma Agrária em 2000, depois de um longo processo.

Com a análise, é possível constatar que a Reforma Agrária efetuada em 2000 foi apenas um paliativo para ofensivas futuras, tendo em vista que, frente à nova fronteira agrícola neoliberal, o Caxirimbu ainda se encontra pauperizado e fragilizado, tal qual na década de 80/90, pois a reforma agrária acabou titulando a terra, sem o incentivo apenas posterga a situação da pauperização do camponês.

Com o avanço do agronegócio em Caxias, a pressão da renda da terra sobre a comunidade, com os efeitos indiretos e diretos, torna mais claro a insuficiência da reforma

agrária isolada por si só. Pois é possível constatar que a modernização conservada do latifúndio vai sempre buscar novas fronteiras agrícolas tendo em vista seu próprio modo de produção e de acumulação de capital, isso desintegra a renda camponesa, levando-os à pauperização, à pobreza e à marginalização.

Tudo isso com o aparato estatal seguindo os mesmos ditames observados no século passado. Esse Estado burguês que mata as reformas agrárias a conta-gotas, pois oferece a terra, mas através da burocratização e da insuficiência do incentivo, torna a sobrevivência do camponês um desafio. Apesar de políticas públicas muito importantes como PNAE, PRONAF e PAA serem importantíssimas para a manutenção dos camponeses na sua terra, são paliativos na medida que ou são burocratizados ou são flexibilizados a ponto de serem insuficientes, como pode ser visualizado no Caxirimbu.

A concentração de terra é um dos pontos fundantes necessários para a acumulação do agronegócio. Tendo em vista seu aspecto financeiro-especulativo, ele necessita de acumulação de terras com o passar da crise do capital, pois se transfigura para uma necessidade imperialista, como pode ser visto pelo LandGrabbling. Isso é viável, pois ele é a nova manutenção do latifúndio, a nova modernização conservadora que conserva a concentração de terra e oferece aos interesses imperialistas de extração de valor. Hoje, as terras do MATOPIBA são de transnacionais, comandadas por sociedades privadas estrangeiras. A dinâmica do colonialismo latifundiário não mudou em sua essência, apenas se modernizou pelas necessidades do capital e da luta de classes.

Isso pode ser visualizado pela concentração de terra no Maranhão, que com o advento do Agronegócio não se modifica e tem suas leis de garantias de terras para povos tradicionais cada vez mais flexibilizadas e as titulações de assentamentos aceleradas, uma busca desenfreada do Estado para oferecer a acumulação que o agronegócio necessita nessa nova fronteira.

Dessa forma, se constata que a mudança necessária para o povoado Caxirimbu não se passa somente de mudanças paliativas, mas sim de uma mudança estrutural, pois a existência de um modo de produção que conserva o latifúndio é a existência da pauperização e da insegurança do camponês frente a sua terra, pois ele vai sempre buscar adquirir ou fragilizar o camponês, grilando sua terra ou arrancando sua renda.

A mudança necessária seria uma revolução camponesa, com a reconfiguração do modo produtivo, além da reforma agrária, quebrando o latifúndio por completo, incentivando o campesinato a um salto produtivo e garantindo a sua sobrevivência. Isso em um país colonial que faz parte da divisão do trabalho internacional como um elo de transferência de valor para os impérios resultaria em um golpe como foi em 1964. Por isso, a mudança só pode vir da tomada de poder e da revolução camponesa, quebrando o latifúndio internamente e impedindo

o imperialismo de continuar sua extração de valor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **História Regional/Elizabeth Sousa Abrantes**. – São Luís: UemaNet, 2013.

ALMEIDA, A. W. B. Agroestratégias e desterritorialização – os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: Federação de Órgãos para Assistência Soc. e Educacional. O Plano IIRSA na visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica. 2009.

ALMEIDA, Alfredo Wagner de. **Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão**. Maranhão: PNCSA, 2015.

ALMEIDA, Manuel Bosco de. Elementos Feudais no Nordeste do Brasil. Revista Ciencias Sociais. Vol 1 n.1 Rio de Janeiro, p-55-68

ANTUNES, Paulo Fernando Rocha. **MARX, ENGELS E A CONCEÇÃO DE MODO(S) DE PRODUÇÃO: UMA RESPOSTA AO “PARADOXO NO CENTRO DA TEORIA MARXISTA”**. PROBLEMATA. V1 n1, 160-182 2020.

ASSUNÇÃO, Matthias Rhoring. De caboclos a bem-te-vis: formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão, 1800 – 1850, São Paulo: Annablume, 2015.

BANDEIRA, Luiz Alberto de Viana Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

Boletim Informativo. Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central: Vai derrubando tudo pela frente: os efeitos do megaempreendimento. Manaus: UEA Edições: PNCSA, 2019.

BOMBARDI, Larissa Mies; CHANGOE Audrey. **COMÉRCIO TÓXICO A ofensiva do lobby dos agrotóxicos da União Europeia no Brasil**. Helen Burley, 2022.

CALVINO FILHO, José. Imperialismo tomo II, Compilação Calvino Filho. Calvino Filho Editor, Rio de Janeiro, 1951.

DAVIS, Mike. **Holocaustos Coloniais: a criação do terceiro mundo**. São Paulo: Editora Venete, 2022.

DELGADO, Guilherme Costa Do, “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012) Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012

ENGELS, F. . A origem da família da propriedade privada e do Estado. São Paulo: Boitempo, 2019.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: formação do patronato brasileiro. 5ª edição, Editora Globo, Rio de Janeiro, 2012

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERNANDES, Florestan. *Revolução Burguesa no Brasil*. Editora Concracorrente, São Paulo. 2021.

FRANK, André Funder. A agricultura brasileira: capitalismo e o mito do feudalismo. In: *Questão Agrária no Brasil e o Debate Na Esquerda* São Paulo: Expressão Popular, 2012. p.35-111.

GASPARIN, Geraldo, WITCEL Rosmeri, SANTOS dos Marina. Acampamentos e Assentamentos. in: *Dicionário de Agroecologia*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2021. p.23-29

GORENDER, Jacob. O Conceito de Modo de Produção e a Pesquisa Histórica. In :J.R. do Amaral (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1980

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. São Paulo: Editora Fulgor Limitada, 1964.

HADICH, Ceres; ANDRADE, Gilmar. Revolução Verde. In: DIAS, Alexandre Pessoa; STAUFFER, Anakeila de Barros; MOURA, Luiz Henrique Gomes de; VARGAS, Maria Cristina. (ORGS). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2022. p.650-659

INCRA. Relatório De Mercado De Análises de Terra do Maranhão: 2022.

INCRA. Relatório De Mercado De Análises de Terra do Maranhão: 2022.

IZÁ PEREIRA, L. MATOPIBA: DOS AJUSTES ESPACIAIS DO AGRONEGÓCIO AO TERRITÓRIO DE ESPERANÇA DO CAMPESINATO. *REVISTA NERA*, [S. l.], n. 47, p. 09–21, 2019

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LENIN, Vladimir Ilyich. *O Imperialismo: Etapa Superior do Capitalismo*. Campinas: Navegando, 2011.

MANCHESTER, Alan K. The Rise of the Brazilian Aristocracy. *The Hispanic American Historical Review*. Vol 11 n 2. Duke P.145-168

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. *Questão Agrária no Brasil, A: da Colônia ao Governo Bolsonaro – Vol. 10*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2022.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MELO, Maria José de. Transposição do rio São Francisco e renda fundiária: uma análise da propriedade camponesa do Alto Paraíba-PB. 2020. 264 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019

MESQUITA, Francisco de Assis Leal. **Vida e morte da economia algodoeira do Maranhão**. Maranhão: Editora da Universidade do Maranhão, 1987.

MURRAY, Robin. Value and theory of rent: part two. *Capital and Class*, n. 4, Spring 1978

OLIVEIRA, Manoel Pedro de. Sujeição da Renda Camponesa. 2012. Dissertação de Mestrado (Geografia). Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós Graduação em Geografia, Sergipe, 2012.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso; SILVA, Mario Roberto Melo. O comércio marítimo do Maranhão no século XIX. *Revista HEERA*. V1,N1 jan- 131-145, 2009.

PEREIRA, Iza. L. A ACUMULAÇÃO POR DESPOSSessão NA ANÁLISE DO LAND GRABBING. *Caderno Prudentino de Geografia*, [S. l.], v. 1, n. 41, p. 3–20, 2019.

PEREIRA, Monica Cox de Britto. Revolução Verde. In: CALDART, R., PEREIRA, I. B., ALETEJANO, P., FRIGOTTO, G. (ORGS). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p.687-691.

PUMACAHUA, David Huamani. **EL CAPITALISMO BUROCRÁTICO: Hacia una morfología del atrasado**. Editora Bubok, 2010.

RANGEL, Ignácio. A questão agrária brasileira. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de PE, 1962.

RANGEL, Ignácio. Estrutura Agrária, Sociedade e Estado. *Boletim Reforma Agrária*, ano VII, n. 6, nov./dez. 1968.

RANGEL, Ignácio. Questão agrária e agricultura. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 7, jan. 1979.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, IMOBILIARIAS AGRICOLAS E TRANSNACIONAIS E A ESPECULAÇÃO COM TERRAS NA REGIÃO DO MATOPIBA, 2018.

RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. São Paulo: Abril Cultural, Coleção “Os economistas”, 1982

ROLIM FILHO, Claudiomar Matias. Formação econômica do Maranhão: de província próspera a estado mais pobre da federação: o que deu tão errado? 2016. 104 f., il. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SANTOS, Frednan Bezerra dos. **Questão Agraria no Maranhão: singularidades da mediação do capital**. Verlag: Novas Edições Academicas, 2015.

SANTOS, L. B. dos; ROMEU, A. V. M. .; COSTA, M. G. da .; SANTOS, I. S. dos .; ARAÚJO, M. de F. V. .; CONCEIÇÃO, G. M. da . Use of the cotton plant (*Gossypium* sp.) by the

community of Caxirimbu, in the municipality of Caxias/Maranhão, as an alternative home remedy: Uso da planta do algodão (*Gossypium* sp.) pela comunidade do povoado Caxirimbu, do município de Caxias/Maranhão, como alternativa de remédio caseiro. **Concilium**, [S. l.], v. 23, n. 6, p. 55–69, 2023.

SCOTT, J. C.. Exploração normal, resistência normal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5, p. 217–243, jan. 2011.

SEVÁ, Oswaldo. ESTRANHAS CATEDRAIS. NOTAS SOBRE O CAPITAL HIDRELÉTRICO, A NATUREZA E A SOCIEDADE. *Cienc. Cult.* vol.60 no.3 São Paulo Sept. 2008

SILVA, Jose de Ribamar Sá. **SEGURANÇA ALIMENTAR, PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR E ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO MARANHÃO**. 2006. Tese (Doutorado em Políticas Públicas). Pos-graduação em Políticas Públicas-Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2006.

SILVA, Milton Torres da. *O Maranhão e o Piauí no Espaço Colonial*. Maranhão, Instituto GEIA 2015.

SILVA, Sérgio. Observações sobre a questão agrária. Estudo n. 3. Campinas: IFCH/Unicamp, 1984.

SILVA, Sérgio. *Sobre a estrutura de produção no campo II*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1983.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 2 vls, Coleção “Os economistas”, 1983

STÉDILE, João Pedro. *Questão Agrária Debate Tradicional 1500-1960*. São Paulo Expressão Popular. 2011.

STÉDILE, João Pedro. *Questão Agrária*. In: CALDART, R., PEREIRA, I. B., ALETEJANO, P., FRIGOTTO, G. (ORGS). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p.639-645

TONELO, Iuri. *No entanto ela se move; a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2021.

VIVEIROS, Jerônimo de. *História do Comércio do Maranhão, 1612-1895*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954

VIVEIROS, Jerônimo de. *História do Comércio do Maranhão, 1895-1934*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1964.

WWF. *Por dentro do MATOPIBA*, 2017.